

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

Santander Totta

Índice

Orgãos Sociais	4
Enquadramento Macroeconómico.....	5
Evolução do Sector Segurador em Portugal	16
Atividade da Santander Totta Seguros em 2019	18
Proposta de Aplicação de Resultados	30
Perspetivas e Desafios para 2020.....	31
Considerações Finais.....	32
Informações Complementares	33
Demonstrações Financeiras.....	34
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	40
Certificação Legal de Contas.....	129
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	136
Relatório sobre a Estrutura e Práticas de Governo Societário.....	139
Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização	143
Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções Chave	156

Ex.mos Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2019.

Orgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral (triénio 2019-2021)

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Secretário	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Conselho de Administração (triénio 2019-2021)

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Francisco del Cura Ayuso
	Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes

Conselho Fiscal (triénio 2018-2020)

Presidente	José Luís Areal Alves da Cunha
Vogais	António Baia Engana
	Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Suplente	José Duarte Assunção Dias

Revisor Oficial de Contas (triénio 2018-2020)

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., lda. representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia

Secretário da Sociedade (triénio 2019-2021)

Efetivo	Raquel João Branquinho Nunes Garcia
---------	-------------------------------------

Comissão de Vencimentos (triénio 2019-2021)

Presidente	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais	Sara Eusébio da Fonseca
	Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Enquadramento Macroeconómico

Internacional

O crescimento económico a nível global em 2019 foi o mais fraco desde a grande recessão, com uma expansão de 2,9%, de acordo com as mais recentes projeções do FMI.

Esta desaceleração foi o resultado da materialização de vários riscos latentes, tais como as “guerras” comerciais, a incerteza geopolítica, fatores específicos em algumas economias emergentes, e eventos climáticos, com repercussões sobre o setor da indústria transformadora e o comércio.

A desaceleração foi generalizada, entre economias desenvolvidas e emergentes, mas mais pronunciada nas primeiras. Os efeitos das “guerras” comerciais, entre os EUA e a China, tiveram claros efeitos de contágio à Europa, amplificando as repercussões adversas nas economias desenvolvidas.

A materialização dos riscos supramencionados afetaram a confiança dos agentes económicos e, conseqüentemente, o investimento, reforçando a desaceleração da atividade a nível global.

Dados Macroeconómicos

	2017	2018	2019
Mundo	3,8	3,6	2,9
Países Avançados	2,5	2,2	1,7
EUA	2,4	2,9	2,3
UEM	2,5	1,9	1,2
Reino Unido	1,8	1,3	1,3
Japão	1,9	0,3	1,0
Países em Desenvolvimento	4,8	4,5	3,7
África	3,0	3,2	3,3
Ásia	6,6	6,4	5,6
China	6,8	6,6	6,1
Europa de Leste	3,9	3,1	1,8
Médio Oriente	2,3	1,9	0,8
América Latina	1,2	1,1	0,1
Brasil	1,1	1,3	1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal e Ministério das Finanças

As “guerras” comerciais entre os EUA e a China, com a imposição bilateral de tarifas entre os dois países, tiveram um papel claro na redução do comércio internacional, entre as duas economias, e com contágios aos demais fluxos comerciais. Em 2019, o volume de comércio mundial declinou pela primeira vez desde a Grande Recessão em 2008, fruto em grande medida deste fator.

Em 2019, a China terá crescido 6,1%, assim prolongando a tendência secular de desaceleração, à qual acrescem os já mencionados efeitos das “guerras” comerciais e os efeitos de medidas destinadas a travar o sobre-endividamento da economia, em especial do “*shadow banking system*”. Em agosto, a Administração norte-americana acusou a China de manipular a taxa de câmbio, após a moeda chinesa ter depreciado acima de 7 renmimbi por dólar pela primeira vez desde 2008.

Os EUA desaceleraram também, em parte pelo esgotamento dos feitos positivos do choque fiscal adotado no início de 2018, mas sobretudo pelos efeitos das “guerras” comerciais, que tiveram o seu

contágio às exportações e ao investimento. O consumo privado manteve-se suportado, beneficiando dos baixos níveis de desemprego, que desceu até 3,5% no final do ano, claramente revelando uma situação de pleno emprego. Contudo, este ciclo caracterizou-se também por aumentos salariais moderados e, conseqüentemente, a ausência de pressões inflacionistas de relevo.

O atual ciclo económico norte-americano é já um dos mais longos da história, entrando no seu 11º ano. Contudo as taxas médias de crescimento são mais baixas do que em ciclos anteriores (2,3% no atual ciclo, comparado com 3,3% no período de 1990 a 2000).

A ausência de pressões inflacionistas, e os riscos que ao longo do ano se foram produzindo e influenciaram também os mercados financeiros, conduziram a uma alteração de postura e atuação pela Reserva Federal dos EUA. A sua orientação, comunicada no início do ano, de que as taxas de juro de referência poderiam subir em 2019, deu lugar a três movimentos de descida, de 25 p.b. cada, em agosto, setembro e outubro, naquelas que foram as primeiras descidas de taxas desde 2008, e conduzindo a taxa de referência dos *fed funds* para o intervalo 1,5%-1,75%

Na Zona Euro, o crescimento desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer apenas 1,2% em 2019, face a 1,9% no ano anterior. Esta desaceleração, apesar de generalizada, não foi uniforme entre os vários estados-membros, sendo especialmente pronunciada nos países centrais, tais como a Alemanha, França e também Itália, ainda que por razões diferenciadas.

As "guerras" comerciais tiveram claros efeitos de contágio à Zona Euro, já que a Alemanha é um importante parceiro comercial da China, e os canais de transmissão afetaram a produção industrial neste país, onde também os efeitos da transição energética, bem como da adaptação à nova regulamentação de emissões de gases com efeitos de estufa, se fizeram sentir sobre o setor automóvel. O ano 2019 revelou-se um ano de transição, em que os principais fabricantes alemães se prepararam para a eletrificação da sua oferta a partir de 2020. O PIB na Alemanha cresceu 0,6% em 2019. O espaço de manobra orçamental criado pela descida dos encargos com o serviço da dívida não foi utilizado para estimular a economia, antes resultando num maior excedente orçamental.

Em França, a atividade desacelerou, também, com o PIB a crescer 1,2%, muito influenciado pelos constantes protestos que marcaram o cenário político. O movimento dos "coletes amarelos" perdeu alguma força, mas viria a ser complementado/substituído pelos protestos contra a reforma do sistema de pensões. O setor automóvel, igualmente relevante em França, foi também afetado.

Em Itália, foi a envolvente política a condicionar a evolução económica, com o PIB a crescer apenas 0,2% (e com uma contração no quarto trimestre). As tensões permanentes no Governo de coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas resultou no abandono, pelo primeiro, do Governo. Foi, contudo, evitado o cenário de eleições antecipadas em 2019.

Em Espanha, a envolvente política parece não ter tido impacto na dinâmica económica, com a economia a desacelerar, mas a crescer ainda 2,0%. Foram realizadas duas eleições gerais, em abril e em novembro, esta última resultando num governo de coligação entre o PSOE e o Unidas Podemos, formado já em janeiro de 2020.

Já formalmente fora da União Europeia, desde 1 de fevereiro de 2020, o Reino Unido cresceu 1,3 % em 2019, sem alteração face ao ano anterior. A evolução da atividade foi condicionada pelo processo político em torno do *Brexit*. Em outubro Boris Johnson assumiu o lugar de primeiro-ministro, substituindo Theresa May, mas inicialmente sem conseguir desbloquear o processo, mesmo com alterações cirúrgicas ao acordo, visando eliminar o chamado “*backstop*” da Irlanda, ao abrigo do qual seria criada uma fronteira entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. Em dezembro, foram realizadas eleições gerais, que deram uma maioria clara a Johnson, que conseguiu aprovar o acordo de saída e concretizar o *Brexit* no final de janeiro.

	PIB	Inflação
UEM	1,2	1,2
Alemanha	0,6	1,4
França	1,2	1,3
Espanha	2,0	0,8
Itália	0,2	0,6

Fonte: Comissão Europeia (fevereiro de 2020)

O Banco Central Europeu, ao longo do ano, incorporou os vários fatores de risco nas suas projeções de crescimento e de inflação, as quais foram progressivamente revistas em baixa, tendo, conseqüentemente, revertido a sua mensagem de “normalização” da política monetária e reforçado o “*forward guidance*” quanto ao cariz expansionista da política.

Num primeiro momento, anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (TLTRO III) a iniciar em setembro de 2019, estendeu até junho de 2020 o período no qual as taxas de juro poderiam permanecer em mínimos, e deixou em aberto a possibilidade de novas medidas, no final do Verão.

Em setembro, anunciou mais um pacote de medidas de estímulo. A taxa de depósito foi reduzida em 10 p.b., para -0,5%, o período de taxas de juro em mínimos seria mantido até que a inflação convergisse para 2% (abandonando o horizonte temporal fixo anterior), foi lançado um novo programa de aquisição de ativos financeiros, ao ritmo de 20 mil milhões de euros por mês, e o regime do TLTRO III foi alterado, para ter condições mais favoráveis

Para mitigar os efeitos adversos das taxas de juro negativas sobre o setor bancário foi adotado um regime de *tiering* para as reservas excedentárias, que ficam isentas da aplicação da taxa de depósito negativa até um montante de 6 vezes as reservas mínimas obrigatórias.

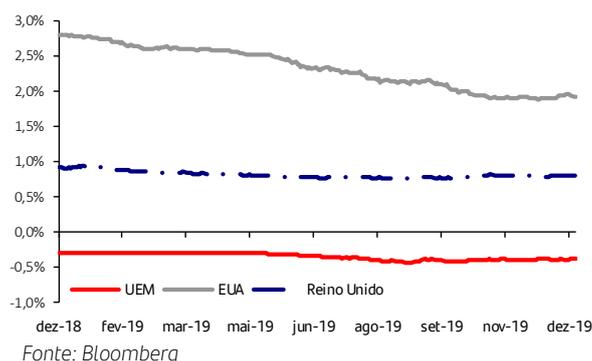
Nas economias emergentes, a desaceleração do crescimento foi especialmente marcada no primeiro semestre do ano, posteriormente corrigindo, mas sempre implicando uma moderação do crescimento face ao ano anterior. Na Índia, o crescimento anual foi de 4,8% (-2 p.p. do que em 2018), fruto de perturbações nos setores automóvel e imobiliário.

Na América Latina, a atividade económica particularmente estagnou, em grande medida devido à evolução da economia mexicana, que estagnou, fruto de condicionantes políticas após a eleição presidencial de 2018, e efeitos relacionados a relação comercial com os EUA (por exemplo, os acordos comerciais e as migrações). O Brasil cresceu 1,2%, em linha com a dinâmica do ano anterior, apesar de um início de ano claramente mais fraco.

Como mencionado, nas principais economias, a política monetária retomou (nos EUA) ou reforçou (na Zona Euro) uma clara orientação expansionista, com descidas de taxas de juro de referência e/ou recuperação dos programas de aquisição de ativos financeiros. Esta atuação teve reflexos sobre toda a curva de rendimentos, com uma descida generalizada das taxas de juro.

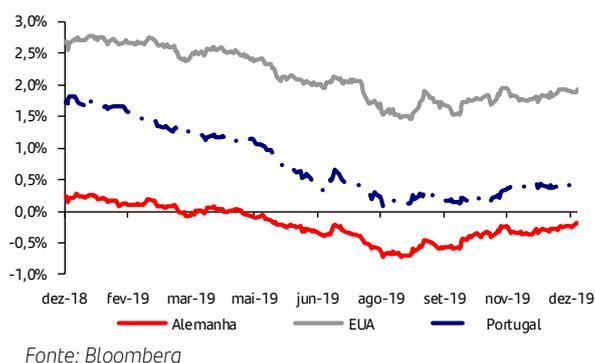
As taxas de juro de curto prazo desceram, deste modo, nos EUA e na Zona Euro, enquanto no Reino Unido, e apesar da incerteza associada ao processo do *Brexit*, as taxas de juro 3 meses permaneceram quase inalteradas.

Evolução das Taxas de Juro a 3 Meses



Ao nível das taxas de juro de longo prazo, o movimento entre os principais países ocorreu em tandem, com uma tendência generalizada de descida das *yields*, em linha com os sinais de desaceleração da atividade e/ou materialização dos fatores de risco. O ponto mínimo foi observado durante agosto, em antecipação à intervenção dos bancos centrais, corrigindo posteriormente. Nos EUA, a taxa de juro dos 10 anos desceu cerca de 80 p.b. e na Alemanha retomou níveis negativos, com uma descida de 40 p.b., face aos níveis do início do ano.

Evolução das Taxas de Juro a 10 Anos

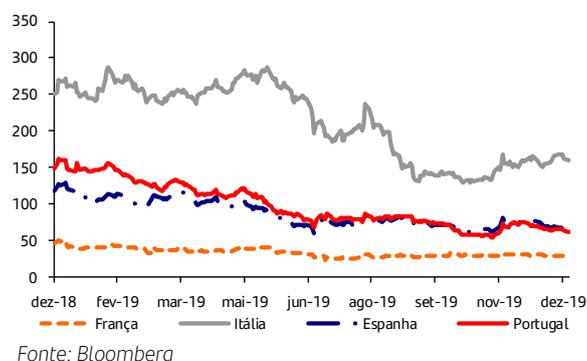


Os *spreads* de crédito desceram de forma continuada ao longo do ano, com uma análise diferenciada dos perfis de risco. Por exemplo, o término da coligação em Itália foi acolhido com uma redução do *spread* face à Alemanha em cerca de 100 p.b., para níveis em redor de 150 p.b.

Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha desceu para cerca de 60 p.b., e na segunda metade do ano assumiu mesmo níveis inferiores aos de Espanha, que estava condicionada pela envolvente política. Essa dinâmica foi também influenciada pela melhoria da notação de risco da República, pela

S&P Global, em março, para BBB, e, em outubro, pela DBRS, para BBB (*high*). As agências S&P e Moodys mantêm um *outlook* positivo, para o *rating* da República, indiciando uma possível revisão em alta da notação de risco, caso as variáveis económicas e financeiras continuem a evoluir favoravelmente.

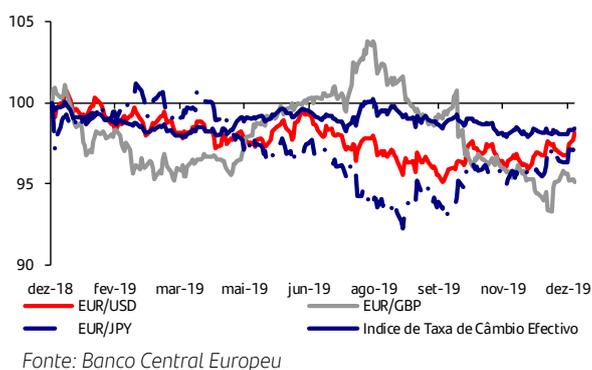
Diferenciais de Taxas de Juro de Longo Prazo Face à Alemanha (p.b.)



No mercado cambial, o euro caracterizou-se por uma tendência de depreciação face às principais divisas, em que as incertezas sobre a dinâmica da economia europeia dominaram a evolução. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,12 dólares, numa depreciação de cerca de 2%, ao passo que face ao iene a depreciação foi de cerca de 3%.

A evolução da libra esterlina esteve dependente do processo do *Brexit*, evidenciando uma maior volatilidade ao longo do ano, em função dos avanços e recuos no processo. No final do ano, com as eleições e aprovação do acordo de saída, a libra recuperou níveis em redor de 85 *pence* por euro.

Evolução das Principais Taxas de Câmbio (Dez-18=100)



Os mercados acionistas revelaram uma tendência contínua de valorização, registando, em alguns casos, máximos históricos absolutos.

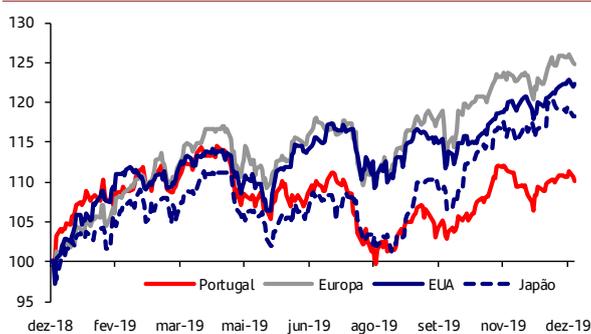
Apesar das incertezas sobre a evolução da atividade económica, e dos potenciais impactos das "guerras" comerciais, o cenário de baixas taxas de juro, ao longo de toda a curva de rendimentos, continuou a dar suporte aos mercados acionistas.

Nos EUA, os principais índices acionistas fecharam em máximos históricos absolutos. Na Europa, a tendência foi igualmente de valorização, apesar da evolução menos favorável do setor bancário, cuja

performance permanece condicionada pelas perspectivas de evolução das taxas de juro de curto prazo.

Portugal acompanhou a tendência global, mas de forma mais modesta, com o PSI-20 a valorizar 10%, destacando-se o comportamento de setores como o retalho e energia. A banca seguiu a tendência europeia, com uma desvalorização.

Evolução dos Mercados Acionistas (Dez-18=100)



Fonte: Bloomberg

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com alguma volatilidade durante o ano, mas terminando com uma tendência de valorização. O petróleo valorizou em 6%, para 62 dólares por barril, embora abaixo dos máximos do ano (de cerca de 72 dólares, observados em maio). As demais matérias-primas valorizaram, também, em cerca de 10%.

O ouro manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 18% durante o ano de 2019, para 1.517 dólares por onça.

Evolução do Preço do Petróleo Brent (US\$ por barril)

Índice de Matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

Em 2019, a economia portuguesa manteve o ciclo de expansão iniciado em 2013, mas prosseguindo a tendência de moderação do crescimento. Embora acompanhando a tendência europeia, Portugal continuou a caracterizar-se por taxas de crescimento acima da tendência de longo prazo.

Dados Macroeconómicos

	2017	2018	2019
PIB	3,5	2,6	2,2
Consumo Privado	2,1	2,9	2,3
Consumo Público	0,2	0,9	0,8
Investimento	11,9	6,2	6,5
Exportações	8,4	4,5	3,7
Importações	8,1	5,7	5,2
Inflação média	1,4	1,0	0,3
Desemprego	8,9	7,0	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-0,4	-0,2
Dívida pública (% do PIB)	126,0	122,2	118,2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	2,1	1,4	0,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal e Ministério das Finanças

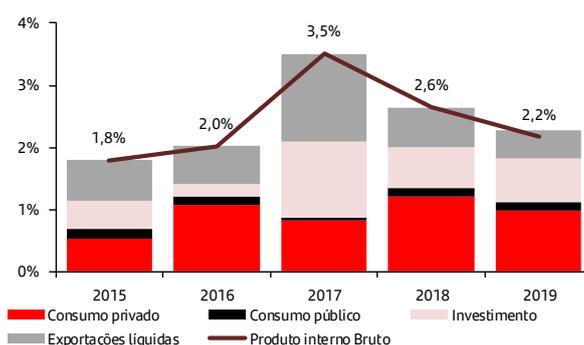
O PIB, em Portugal, cresceu 2,2% em 2019, ainda acima da tendência de longo prazo (estimada em 1,6%), mas com uma desaceleração ligeira face aos 2,6% registados em 2018. Esta evolução reflete uma desaceleração do consumo privado, das exportações e das importações, enquanto que o investimento acelerou.

O consumo privado, apesar de uma desaceleração face a 2018, manteve-se dinâmico, com um crescimento de 2,3%, superior ao do rendimento disponível, largamente apoiado pela redução do desemprego, para 6,5%. Por componentes de consumo, o maior crescimento ocorreu ao nível da despesa discricionária em bens e serviços não alimentares, consistente com um reforço da confiança dos agentes económicos. A despesa em bens duradouros desacelerou, na medida em que tinha ocorrido uma antecipação da aquisição de automóveis em 2018.

Ao nível do investimento, assistiu-se a uma aceleração, particularmente sentida no primeiro semestre do ano, e associado à recuperação da despesa de capital em construção. Com efeito, o ano de 2019 marca uma alteração da composição do investimento, com uma maior recuperação da construção, sendo que nos anos anteriores o maior contributo para a despesa de capital provinha dos segmentos de máquinas e equipamentos e de material de transporte. A forte procura por habitação, na sequência de vários anos em que a atividade de construção foi muito limitada, reflete-se já num aumento das licenças de construção, bem como dos fogos concluídos.

Também o aproximar do término do Programa Portugal 2020 se estará a refletir numa aceleração do investimento, para conclusão dos projetos financiados.

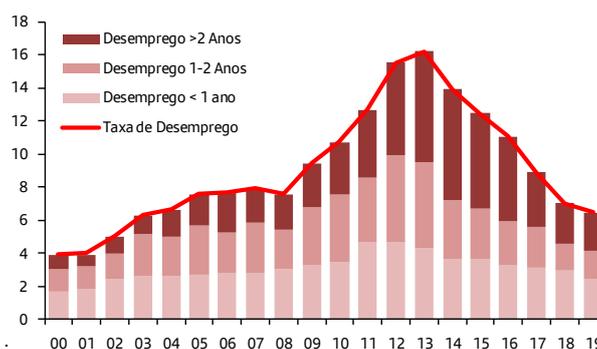
Evolução dos Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O mercado de trabalho continuou a evoluir positivamente, com a criação de 25 mil empregos em 2019 e a descida da taxa de desemprego para 6,5%, já muito alinhada com a taxa de desemprego natural. À medida que a taxa de crescimento do PIB converge para a tendência de longo prazo, também o ritmo de criação de emprego modera.

Evolução da Taxa de Desemprego (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O bom momento do mercado de trabalho, com criação de emprego e aumento moderado dos salários, conjugado com a valorização do mercado imobiliário, pode ser um fator explicativo para os baixos níveis de poupança pelas famílias. A taxa de poupança, em 2019, situou-se em 6,2%, alinhado com os níveis mais baixos verificados desde 2016.

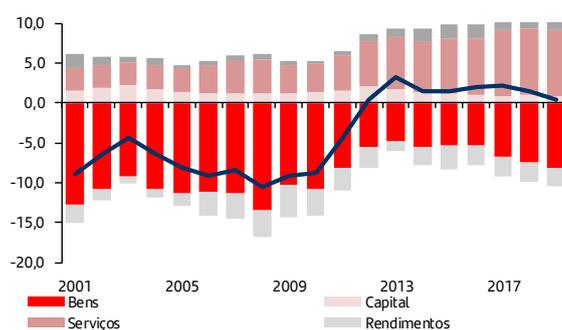
Em 2019, o investimento pelas famílias (que inclui a aquisição de habitação) aumentou cerca de 10%, prolongando o forte dinamismo evidenciado desde 2017. Em 2019, a nova produção de crédito hipotecário ascendeu a 10,6 mil milhões de euros (um acréscimo de 8% face a 2018).

As exportações desaceleraram, apesar de manterem um ritmo de crescimento sustentado, prolongando a tendência dos anos mais recentes. As exportações nacionais foram, também, influenciadas pelas "guerras" comerciais, fruto da interligação nas cadeias de valor globais, e em especial europeias, mas também pela transformação em curso no setor automóvel. As exportações de serviços também evoluíram favoravelmente, mas sendo visível uma desaceleração no número de turistas, que foi compensada pelo crescimento da receita média.

As importações, por seu lado, desaceleraram de forma mais moderada do que as exportações em 2019, em parte devido ao reforço do investimento, já que o maior crescimento ocorreu ao nível de bens de equipamento e de material de transporte. Contudo, o dinamismo do consumo privado, associado ao turismo, está a refletir-se num crescimento das importações de bens de consumo, o que não ocorria desde o período da crise.

Apesar do agravamento do défice comercial, a balança corrente e de capital mantém um excedente, beneficiando do saldo positivo na balança de serviços, em 8,4% do PIB. Contudo, o excedente global é menor do que passado recente, situando-se em 0,4% do PIB.

Evolução da Balança Corrente e de Capital (% do PIB)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal

A economia continuou o processo de correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos. Neste sentido, o endividamento global continuou a reduzir-se, de forma generalizada, entre os setores privado e público, mas em particular no primeiro. O endividamento do setor privado reduziu-se para 191% do PIB, o que consubstancia uma redução de 72 p.p. face aos máximos de 2012. A redução foi mais pronunciada para as empresas (menos 46 p.p., para 125%) do que para os particulares (menos 27 p.p., para 66% do PIB). Contudo, permanece ainda em níveis elevados, constituindo assim um potencial foco de risco.

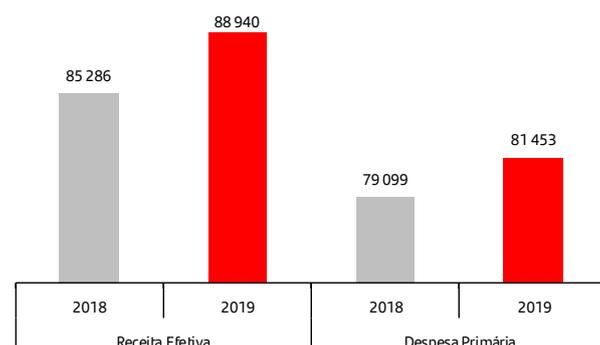
A dívida pública seguiu também uma trajetória descendente, situando-se em 118% no final de 2019, face a 122% no final de 2018.

A política orçamental manteve, em 2019, a orientação para a redução do défice orçamental, o qual ter-se-á situado, igualmente de acordo com as estimativas constantes no OE2020, em 0,2% do PIB, assim aproximando-se do equilíbrio.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 4,3% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +2,3%).

O orçamento de Estado para 2020 prevê um excedente orçamental das administrações públicas, de 0,2% do PIB.

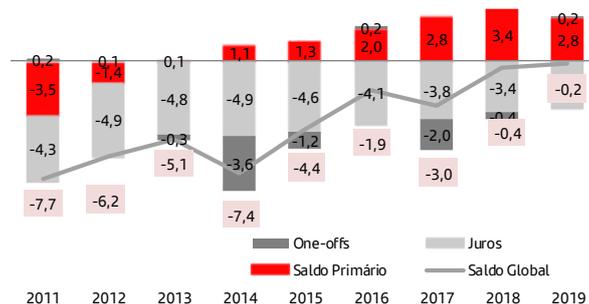
Evolução Receita Efetiva e da Despesa Primária (mil milhões)



Fonte: Ministério das Finanças

A consistência da política orçamental, com a redução do défice orçamental e a geração de um excedente primário, que permite reduzir o rácio da dívida pública, continua a suportar a melhor avaliação do risco pelas agências de *rating*. Em 2019, a notação de risco da República foi elevada para BBB, em março, pela S&P, com *outlook* positivo, e para BBB (*high*) pela DBRS, com *outlook* estável, em outubro. A *yield* dos 10 anos, no final de janeiro de 2020, situava-se em redor de 0,3%, correspondendo a um diferencial de cerca de 70 p.b. face à Alemanha, plenamente alinhado com o spread de Espanha face à Alemanha.

Evolução do Déficit Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro prosseguiu a sua estratégia de gestão dos prazos e custo da dívida, tirando proveito da redução das taxas de juro nos mercados globais, para se financiar a maturidades mais longas, e também proceder a programas de troca de dívida, substituindo os vencimentos no horizonte mais curto por dívida por maturidades mais longas. O Tesouro, em 2019, antecipou o pagamento de 2 mil milhões de euros ao FEEF.

Do ponto de vista de colocação de produtos de aforro destinados ao mercado de retalho, em 2019 o Tesouro focou-se apenas nos certificados do Tesouro, mas com um acréscimo do *stock* em apenas 631 milhões de euros (ao longo do ano, os vencimentos dos certificados emitidos em 2015 foram significativos, revelando uma maior colocação bruta, de quase 4 mil milhões de euros).

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2019, subiram quase 6 mil milhões de euros.

No quadro de correção dos desequilíbrios, o setor bancário português prosseguiu, em 2019, o processo saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o *stock* de NPEs foi reduzido em cerca de 4,1 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 7,7%, mas que permanece ainda acima da média europeia.

À semelhança de anos anteriores, o processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, que se reduziu um ano mais. No conjunto do ano, o *stock* de crédito a empresas reduziu-se em 4% (com uma redução de cerca de 43% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário se reduziu em redor de 1%. Esta dinâmica ocorreu em simultâneo com um novo aumento dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 3,8% face a 2018, para 32,8 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 8,1%, para 10,6 mil milhões de euros (mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

Evolução do Sector Segurador em Portugal

O volume global da produção de seguro direto do sector segurador português em 2019 diminuiu 5,8% para o valor de 12,2 mil milhões de euros invertendo a tendência de crescimento que se verifica desde 2016. Esta diminuição é resultado do decréscimo de 13,9% registado no Ramo Vida em relação ao ano anterior já que o Ramo não Vida registou um aumento de produção de 8,0%.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Ramos

<i>(em milhões de euros)</i>	2015	2016	2017	2018	2019*	Δ
Vida	8.671	6.677	7.089	8.123	6.992	-13,9%
Seguro de Vida	6.522	4.991	4.900	6.355	5.283	-16,9%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2.148	1.686	2.187	1.767	1.704	-3,6%
Operações de Capitalização	1	0	1	1	5	+483,3%
Não Vida	3.994	4.194	4.494	4.825	5.209	+8,0%
Acidentes e Doença	1.354	1.318	1.632	1.789	1.962	+9,7%
Acidentes de trabalho	556	624	705	801	895	+11,8%
Doença	633	694	751	807	877	+8,7%
Acidentes (outros)	165	164	175	182	190	+4,6%
Incêndio e Outros Danos	764	779	804	848	906	+6,9%
Automóvel	1.471	1.522	1.610	1.719	1.839	+7,0%
Marítimo e Transportes	25	25	26	25	27	+4,7%
Aéreo	7	6	7	7	9	+22,1%
Mercadorias Transportadas	23	22	21	21	21	-1,1%
Responsabilidade Civil Geral	112	116	127	131	143	+8,9%
Diversos	238	243	266	284	303	+6,7%
Total	12.665	10.872	11.582	12.948	12.201	-5,8%

* Valores Provisórios

Nota: Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e prestação de serviço

Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Em 2019 o Ramo Vida representou 57,3% do volume global da produção de seguro direto do sector segurador português, -5 p.p. que no ano anterior, representando o Ramo não Vida os restantes 42,7%.

Observando o detalhe da produção da Associação Portuguesa de Seguradores repartido entre seguros Vida Risco e seguros financeiros não *unit-linked* e *unit-linked* observa-se a produção de seguros de Vida Risco mantém estável em relação ao ano anterior, assim como a produção de *unit-*

linked, mas que há uma quebra significativa na produção de seguros não *unit-linked*, que, mesmo assim, continua a ser o principal produto de destino das poupanças canalizadas para seguros.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Produto

(em milhões de euros)	2015	2016	2017	2018	2019
Risco Vida	952	965	958	980	983
<i>Varição YOY</i>		+1,3%	-0,7%	+2,3%	+0,4%
Seguros não <i>unit-linked</i>	5.511	3.997	3.902	5.305	4.240
<i>Varição YOY</i>		-27,5%	-2,4%	+35,9%	-20,1%
Seguros <i>unit-linked</i>	2.151	1.695	2.165	1.772	1.705
<i>Varição YOY</i>		-21,2%	+27,7%	-18,2%	-3,8%
Total	8.615	6.657	7.026	8.057	6.929
<i>Varição YOY</i>		+1,3%	-0,7%	+2,3%	+0,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Já o Ramo não Vida, e resultado da melhoria verificada na situação económica do país e do mercado de trabalho, apresenta crescimentos de produção em praticamente todos os ramos, destacando-se a contribuição dos ramos de Acidentes e Doença e Automóvel, que no seu conjunto representam 73% do mercado de não Vida, com, respetivamente crescimentos de 9,7% e 7,0% em relação a 2018.

Segundo o relatório "Produção de Seguro Direto 2019" publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a STS ocupa o 4º lugar no ranking de produção de seguro direto Vida em atividade em Portugal com uma quota de 9,6%, sendo que no segmento de Vida Ligados em atividade em Portugal onde se pretende posicionar ocupa o 1º lugar do ranking com uma produção acumulada em 2019 de 551 milhões de euros e uma quota de 32,4%.

Atividade da Santander Totta Seguros em 2019

Introdução

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Santander Totta Seguros") incorporou por fusão a Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Eurovida"), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Companhia.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a *Aegon Spain Holding B.V.*, e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano de 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio de vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a *Aegon Spain Holding B.V.*, em 2014.

Ainda neste âmbito, foi acordado em 2018 um preço de 7,8 milhões de euros pela venda do referido ramo autónomo de negócio constituído por parte dos seguros vida da ex-Eurovida, à Aegon Santander Portugal Vida, tendo este valor sido registado, ainda em 2018, como adiantamento na Santander Totta Seguros. No último trimestre de 2019 foi efetuado o *closing* da operação (execução do contrato), após a migração das apólices da plataforma tecnológica da ex-Eurovida para a plataforma tecnológica da Aegon Santander Portugal Vida, tendo a STS registado uma mais-valia de 5,8 milhões de euros.

A atual carteira de Vida Risco da STS encontra-se sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de Dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de Julho 2012 e do novo negócio de vida risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

A construção das parcerias anteriormente referidas e a opção pelo desenvolvimento dos negócios de Risco Vida e não Vida através das suas participadas em conjunto com um parceiro estratégico de seguros, levaram à redefinição da estratégica individual da Santander Totta Seguros.

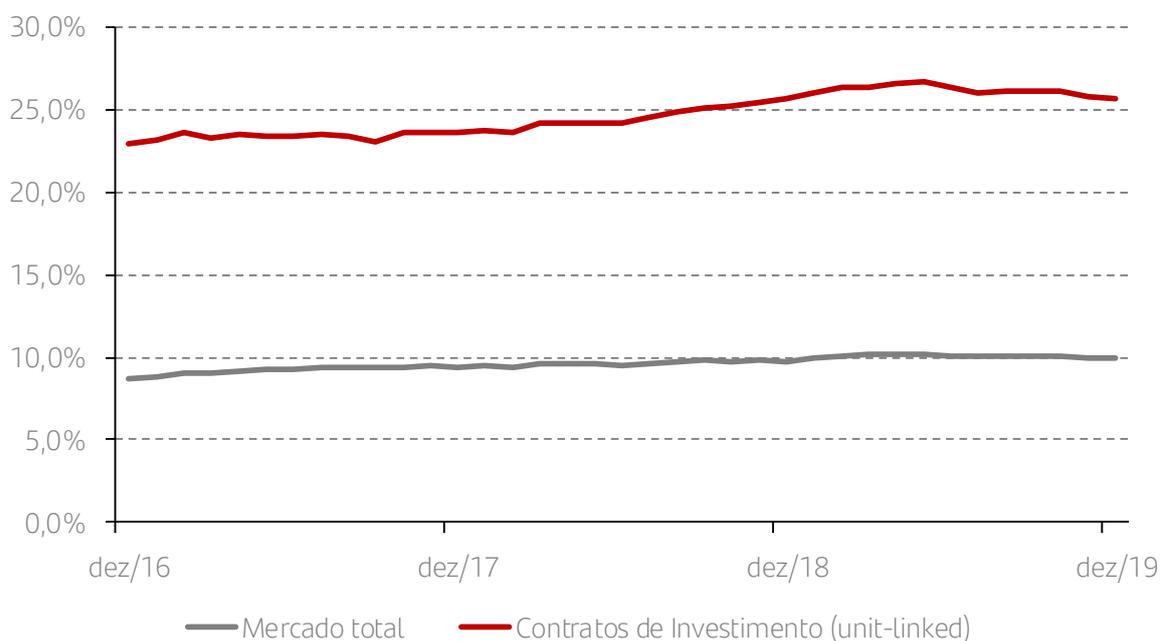
Enquanto grupo segurador, a STS continua a desenvolver toda a gama de produtos de Risco Vida e não Vida orientada a complementar a oferta de seguros do seu mediador Banco Santander Totta, individualmente a companhia tendencialmente especializará a sua atividade no desenvolvimento da poupança a médio e longo prazo e da reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais que aumentam o valor acrescentado e percebido da sua oferta.

Esta redefinição implica que a Santander Totta Seguros continue desenvolver, alargar e diversificar a sua oferta de produtos orientada à satisfação das necessidades de poupança a médio e longo prazo e da reforma e o planeamento financeiros das famílias e empresas, dotando o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

Atividade Comercial

Neste contexto, em 2019, e enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros, manteve-se o foco em Seguros Financeiros, essencialmente contratos de investimento (*unit-linked*), dando continuidade ao crescimento e consolidação a níveis elevados da quota de mercado neste segmento específico de seguros. Este foco no segmento de produtos *unit-linked* permitiu aumentar a quota de mercado em carteira em 3 anos em praticamente 3 p.p. de um valor inferior 23% no final de 2016 para um valor de quase 26% em Dezembro de 2019, valor este que em que alguns momentos deste período foi superado.

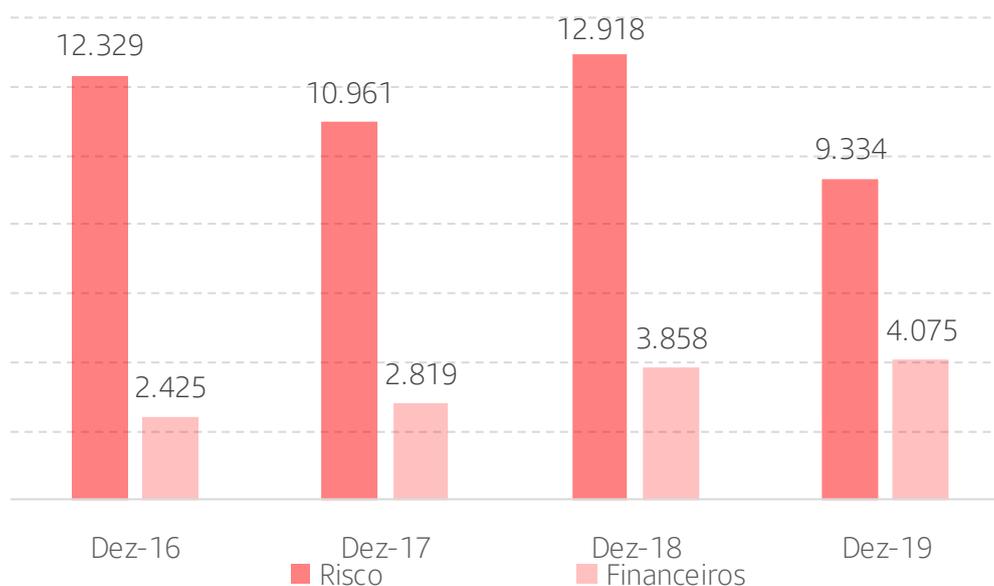
Evolução da Quota de Mercado em Provisões Matemáticas de Seguros Financeiros



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Os Capitais Seguros de seguros financeiros aumentaram 5,6% em relação a 2018, consolidando um ganho de 68% em três anos, enquanto que, os capitais seguros da carteira de Risco Vida por efeito do *run-off* da carteira de Risco Vida se contraíram 24% ao longo deste período.

Evolução dos Capitais Seguros de Vida Risco e Financeiros

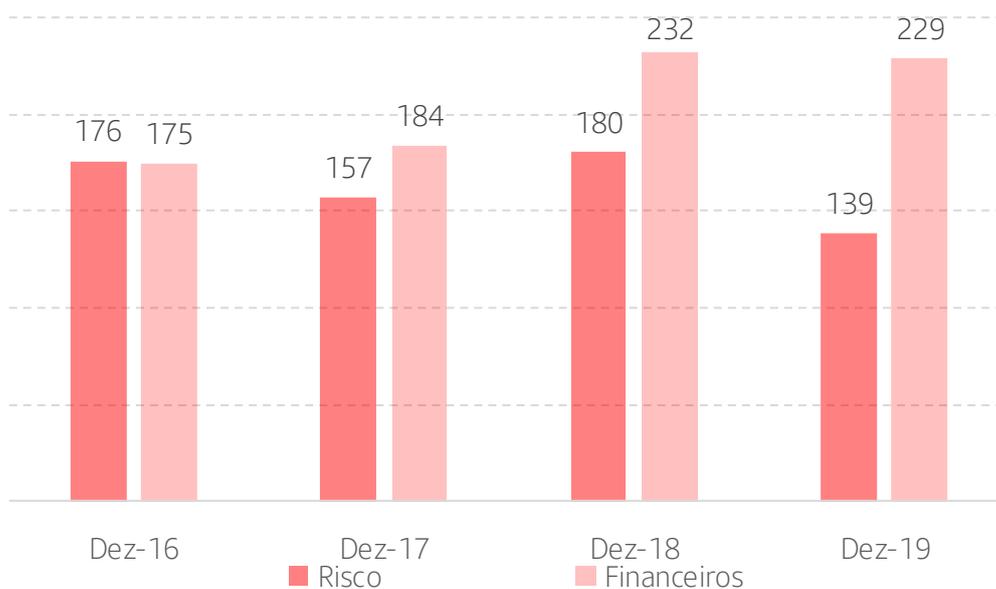


Valores em milhares de milhões de Euros

O crescimento dos Capitais Seguros de seguros financeiros tem vindo a ser limitado pelos elevados vencimentos de produtos a termo certo, que, no atual contexto de taxas de juros, não têm tido no seu vencimento produtos equivalentes para a sua renovação e novas colocações. A inexistência de ativos de bom risco, a prazos longos e com taxas de rentabilidade interessantes e atrativas impossibilitaram a emissão de novos produtos com estas características, produtos estes que historicamente têm revelado uma elevada apetência e procura por parte dos clientes.

Apesar do registo de saídas por vencimento de produtos a termo certo ter sido elevado, a dinâmica comercial permitiu compensar este efeito na sua quase totalidade conseguindo manter praticamente estável o número total de clientes em cerca de 230 mil. Destaca-se que a estratégia de diversificação da oferta de seguros financeiros da Companhia surtiu efeito tanto no crescimento das carteiras como no aumento do número de clientes com estes produtos, com um crescimento superior a 30% em 3 anos.

Número de Clientes com Seguros de Vida Risco e Financeiros



Valores em milhares de Clientes

Atividade e Resultados

O valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2019 o montante de 672,6 milhões de euros representando uma diminuição de -32,4% relativamente ao ano anterior.

Prémios emitidos e contribuições

(em milhões de euros)	2018	2019	Var. %
Contratos de Seguros	173,7	117,7	-32,2%
Seguros de Vida Risco	95,8	85,9	-10,3%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	9,3	7,4	-20,4%
PPR/E	68,6	24,4	-64,4%
Contratos de Investimento	821,7	554,8	-32,5%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	449,3	250,4	-44,3%
PPR/E	372,4	304,4	-18,3%
Total	995,4	672,6	-32,4%

O volume de prémios da atividade de risco e mistos, em 2019, atingiu os 85,9 milhões de euros o que, representa uma diminuição de 10,3% em relação a 2018. Os prémios associados à carteira de

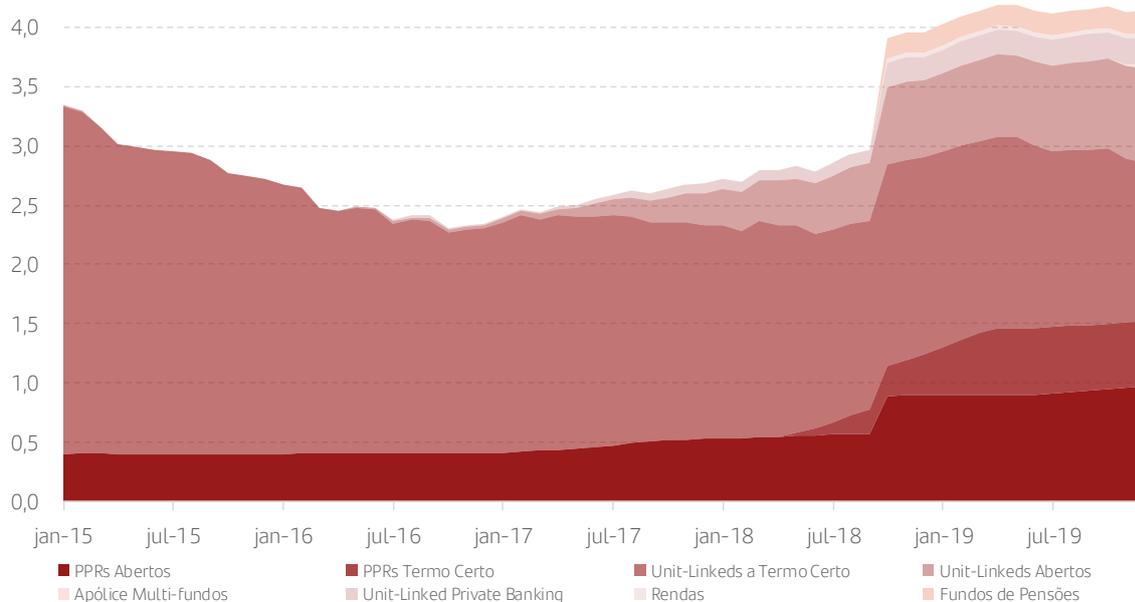
risco da ex-Eurovida (carteira fechada à contratação de novas apólices) ascenderam 13,6 milhões, correspondente em parte apenas a nove meses de atividade, uma vez que parte desta carteira migrou para a Aegon Santander Portugal Vida no início de Outubro.

A emissão de produtos financeiros ao longo do ano alcançou prémios totais emitidos no valor de 586,6 milhões de euros, na sua quase totalidade em seguros ligados a fundos de investimento, alcançando pela primeira vez nos últimos 5 anos um montante sob gestão superior a 4 mil milhões de euros.

Nos seguros financeiros a Companhia promoveu, em estreita colaboração com o mediador Banco Santander Totta, a continuação da diversificação da sua oferta, respondendo por um lado a um enquadramento de baixas taxas de juro, e por outro, à necessidade de dotar a Seguradora de uma oferta completa e universal para servir os diferentes segmentos de clientes do mediador, criando simultaneamente as bases de sustentabilidade para o crescimento futuro do negócio e focando-se na sua missão de ser o veículo privilegiado da poupança a médio e longo prazo e da reforma dentro do grupo Santander em Portugal.

O referido foco em seguros financeiros levou ao desenvolvimento de uma oferta diversificada de novas linhas de produtos durante os últimos 3 anos. A Santander Totta Seguros passou no final de 2016 de uma oferta dois produtos (PPRs e Unit-Link a termo certo) com uma carteira pouco superior a 2 mil milhões de euros para uma oferta mais diversificada, composta pela paleta de produtos representada no gráfico seguinte, e com uma carteira de valor superior a 4,1 mil milhões de euros (incluindo fundos de pensões).

Evolução da Carteira Seguros Financeiros por Produto

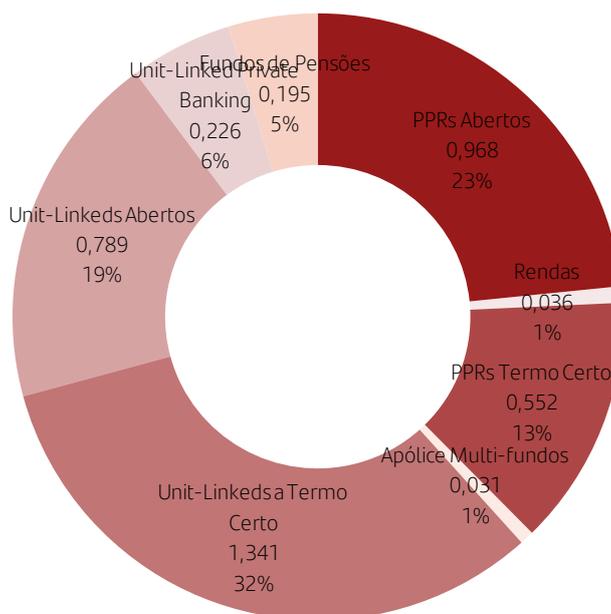


Valores em milhares de milhões de Euros

A carteira da STS (incluindo fundos de pensões) ascende a 4,1 mil milhões de euros, sendo a gama *unit-linked* a termo certo a com maior peso na carteira com um valor de 32% desta. A gama *unit-*

linked Aberto, que há 3 anos não tinha qualquer expressão entre os produtos da companhia, representa hoje 24% do total de seguros financeiros colocados em clientes.

A gama de *unit-linked* Abertos composta pelo Seguro Financeiro Equilibrado e pelo Seguro Financeiro Ações Crescimento destinados aos segmentos *mass market* e *affluent* mantiveram uma colocação expressiva, que em conjunto com os *unit-linked* Private Banking, ostentam um registo de crescimento significativo nos últimos 3 anos, constituindo-se como produtos “core” do Mediador, que, pela percepção de valor financeiro e das coberturas associadas, são claramente valorizados pelos Clientes.



A consolidação da oferta de Seguros PPR em formato *unit-linked* continuou a bom ritmo com o lançamento ainda no primeiro semestre de 2019 de 4 novos produtos que permitiram atingir uma quota em carteira neste sub-segmento de mercado de 49% no final do ano, o que representa uma triplicação da quota em apenas dois anos.

Adicionalmente, e em colaboração estreita com o mediador e em especial a área de Private Banking, foi criada uma nova gama de seguros financeiros no formato de “Apólice Multi-fundos”, permitindo aos clientes gerirem os seus investimentos a cada momento sob uma apólice única, potenciando a gestão de “ciclo de vida”. Esta oferta foi lançada inicialmente com 3 fundos/perfis disponíveis, estando previsto com o tempo e maturação do produto adicionar novos fundos ao portfólio de possibilidades de investimento. O produto inclui ainda as coberturas de risco de 100% do prémio em caso de morte por acidente e 200% do prémio em caso de morte por acidente de circulação.

Estas iniciativas em permitiram consolidar a posição dominante no mercado nacional com uma quota de mercado de carteira de produtos *unit-linked* de praticamente 26%.

Em simultâneo durante o ano de 2019 e enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros de se especializar na poupança a médio e longo prazo e na reforma, e com o objectivo de dotar o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos, procedeu-se ao desenho e desenvolvimento de uma oferta de Planos de Pensões que

permitirá colmatar um *gap* existente atualmente na oferta e que se encaixa na linha estratégia de desenvolvimento da companhia.

Neste âmbito foram realizadas várias sessões de formação com equipas de assessores/dinamizadores e gestores comerciais do Banco Santander em Portugal enquanto elementos de contacto privilegiado com as empresas, tendo estas ocorrido, além de em Lisboa e do Porto, em várias outras cidades do território nacional. O desenho e implementação processual e tecnológica consubstanciou uma mobilização e esforço conjunto de várias equipas da Companhia e do Banco Santander em Portugal. A oferta desenhada concretiza-se em planos de contribuição definida e de adesão coletiva a (numa primeira fase) 3 fundos de pensões abertos, permitindo, entre outras, uma gestão do investimento na ótica do "ciclo-de-vida" e o acesso de forma eficiente, personalizável e escalável por pequenas, médias e grandes empresas.

Resultados

Principais Rúbricas da Demonstração de Resultados

<i>(em milhões de euros)</i>	2018	2019	Var. %
Margem Técnica	72,7	70,1	-3,5%
Comissões a Mediadores	52,5	47,9	-8,7%
Resultado Técnico	20,2	22,2	+10,0%
Custos	13,7	13,1	-4,2%
Resultado não Técnico	15,0	21,9	+45,4%
Resultado Antes Impostos	21,5	30,9	+43,8%
Resultado Líquido	17,8	25,5	+43,5%

A Margem Técnica reduziu-se 3,5% em relação a 2018 por efeito do *run-off* da carteira de Vida Risco, reforçada pela venda, em Outubro de 2019, de parte desta carteira à Aegon Santander Vida e pela diminuição das comissões *up-front* dos produtos financeiros. A Margem Técnica, excluídos estes três efeitos acompanhou o aumento da carteira de seguros crescendo 13,1% em relação ao ano anterior.

O total de Comissões a pagar a Mediadores em 2019 foi de 47,9 milhões de euros diminuindo de 8,7% relativamente ao ano transato, pelos mesmos efeitos que justificaram o decréscimo da Margem Técnica.

O Resultado Técnico em 2019 foi de 22,2 milhões de euros o que representa um aumento de 10% em relação a 2018, justificado pelo aumento dos volumes da carteira de produtos financeiros.

Os Custos Totais da Santander Totta Seguros reduziram-se 4,2% em relação ao ano anterior com um decréscimo de 14,7% nos Custos Operacionais essencialmente resultado da consolidação do processo de integração da ex-Eurovida. Os Outros Custos Variáveis registam um crescimento de 25% resultam essencialmente resultado das comissões a pagar à Santander Asset Management pelo

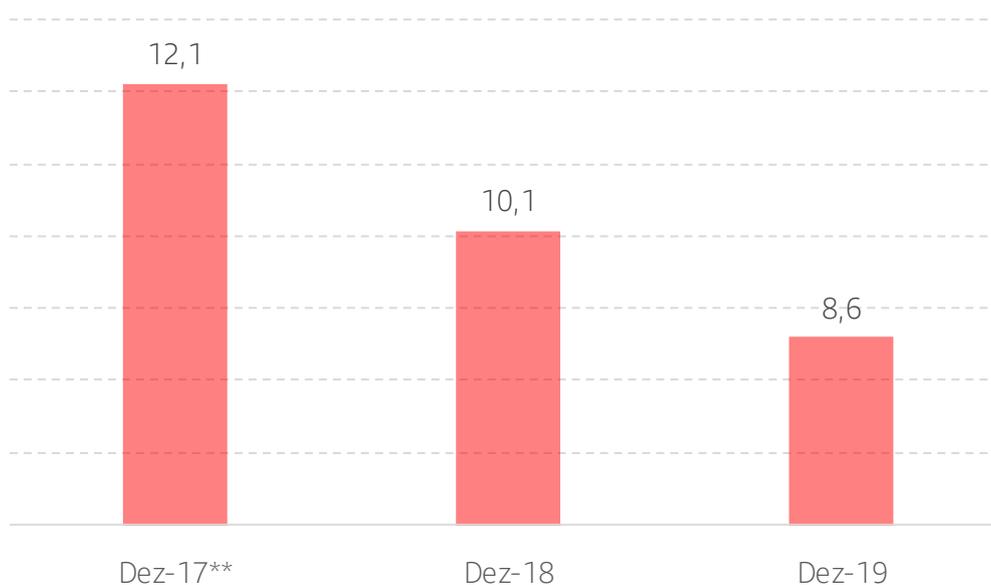
serviço de gestão de carteiras, sendo que o referido crescimento é consequência simultânea do crescimento da carteira e de uma alteração do *mix* de produtos entre os dois anos.

Evolução dos Custos Totais

<i>(em milhões de euros)</i>	2018	2019	Var. %
Custos Operacionais	10,1	8,6	-14,7%
Custos pessoal	4,1	3,5	-14,5%
FSE's	5,5	4,7	-14,0%
Amortizações	0,5	0,4	-25,1%
Outros Custos Variáveis	3,6	4,5	+25,0%
Impostos	0,5	0,3	-32,1%
Comissões de Gestão de Carteira e Outros	3,1	4,2	+34,0%
Total	13,7	13,1	-4,2%

Finalizado o processo de integração da ex-Eurovida, que deverá ocorrer durante o ano 2020 com a alienação das carteiras sobranes desta entidade, a STS deverá retomar o nível de custos que tinha antes da aquisição da Eurovida, no entanto com uma carteira substancialmente superior, quer por efeito do crescimento comercial registado quer por efeito da integração das carteiras de seguros financeiros da ex-Eurovida.

Evolução dos Custos Operacionais*



* Custos com Pessoal + Fornecimentos e Serviços Externos + Amortizações

** Custos operacionais agregados da STS e Eurovida

O Resultado não Técnico regista essencialmente o impacto: (i) do reembolso das obrigações preferenciais perpétuas da Caixa Geral de Depósitos ao valor nominal o que gerou uma mais-valia de 10,2 milhões de euros; (ii) da conclusão da operação de venda do ramo autónomo de negócio de parte dos seguros de vida da ex-Eurovida à Aegon Santander Portugal Vida apurando-se uma mais-valia de 5,8 milhões de euros; e (iii) dos dividendos de 5,4 milhões de euros recebidos da participada Aegon Santander Portugal Vida.

Como corolário dos movimentos anteriores a Santander Totta Seguros atingiu um Resultado Antes de Impostos de 30,9 milhões de euros, o que representa um incremento de 43,8% relativamente ao ano anterior e um Resultado Líquido de 25,5 milhões de euros.

Balanço

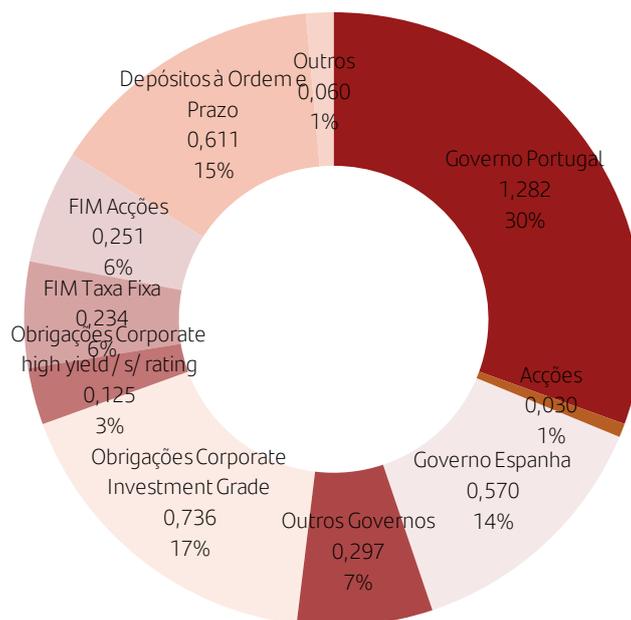
O Ativo Líquido da Santander Totta Seguros em 31 de dezembro de 2019 era de 4.391 milhões de euros representando um aumento de 5,1% face ao ano anterior o qual decorre fundamentalmente do crescimento da carteira de seguros financeiros.

Principais Rúbricas do Balanço

<i>(milhões de euros, excepto %)</i>	2018	2019	Var. %
Ativo Líquido	4.177	4.391	+5,1%
Depósitos e activos Financeiros	4.094	4.331	+5,8%
Participações Financeiras	21,8	21,8	+0,0%
Provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros	3.913	4.181	+6,9%
Capital Próprio	110,9	140,9	+27,1%

O volume total de ativos financeiros geridos, excluindo participações financeiras, aumentou 5,8% em relação a 2018 para os 4.331 milhões de euros, mantendo-se a política de investimentos e os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos.

Carteira de Ativos Financeiros por Tipo de ativo*



*excluindo carteiras de gestão externa ao Grupo Santander

A rúbrica de participações financeiras no valor de 21,8 milhões de euros detalha-se em: (i) 14,3 milhões de euros relativos às participações de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida; e em (ii) 7,5 milhões de euros relativos à participação de 100% na Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A..

As Provisões Técnicas e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros totalizaram 4.181 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 contra 3.913 milhões de euros no ano anterior.

Em 2019 o Capital Próprio da Companhia totalizava 140,9 milhões de Euros, registando-se um aumento de 30,0 milhões de euros face a 2018, essencialmente por efeito da incorporação de 25,5 milhões de euros relativos à totalidade do Resultados Líquidos de 2019 em reservas e resultados transitados, uma vez que durante esse ano não foram distribuídos dividendos relativamente ao exercício de 2018. Contribuiu ainda para a variação dos Capitais Próprios a variação positiva de 4,5 milhões de euros da Reserva de Reavaliação.

Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicador de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

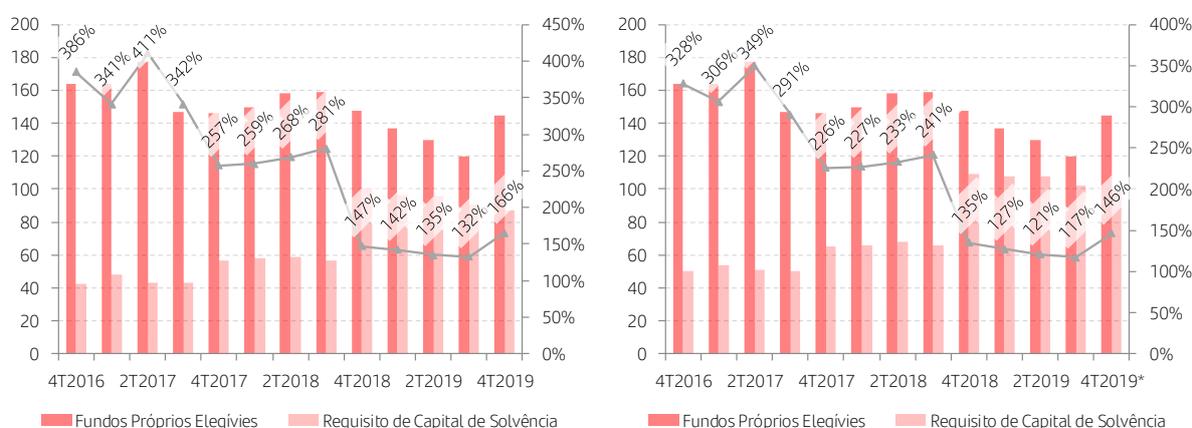
É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em

31 de dezembro de 2019. O Rácio de Solvência individual apurado para o final do quarto trimestre de 2019 foi de 165,4%, o que representa um aumento de 15 p.p. face ao final do ano de 2018.

Para a evolução positiva contribuíram vários fatores, nomeadamente a evolução das taxas de juro, composição da carteira e revisão anual das garantias em produtos de taxa garantida e a não distribuição de dividendos relativamente a 2018.

O rácio de solvência individual final a 31 de dezembro de 2019 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões durante o mês de maio de 2020 e após certificação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Evolução do Rácio de Solvência Individual e Consolidado



A redução de 220 p.p. nos últimos três anos do Rácio de Solvência Individual (de 386% para 166%) e equivalente evolução no rácio consolidado, resulta, para além da actividade normal da companhia, de dois fatores extraordinários: (i) a distribuição de 79 milhões de euros de dividendos durante este período; e (ii) a compra da Eurovida em 2018 com recurso a capitais próprios.

Ainda no âmbito do Regime de Solvência II foi dada continuidade ao processo de implementação de melhorias diversas no processo de reporte da Santander Totta Seguros.

Gestão de Risco

A Sociedade dispõe de um Modelo de Gestão de Risco e Controlo Interno que define os princípios a seguir e que tem como principal objetivo a promoção de uma cultura de riscos e controlo que permita a identificação de oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e eficiência das práticas existentes. Desta forma, e para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo dos principais indicadores de risco, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco, uma metodologia de Apetite por Risco seguida mensalmente no Comité de Riscos.

Compliance

Durante 2019, e em linha com o ano anterior, a Santander Totta Seguros desenvolveu e implementou os procedimentos por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais necessários à atividade, incluindo os referentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados e à Nova diretiva da Distribuição de Seguros.

Foram ainda desenvolvidos procedimentos de atualização de expediente dos clientes directos, no âmbito dos requisitos de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, implementando-se controlos específicos para estes clientes.

Qualidade e Atenção ao Cliente

Adicionalmente foram implementados diversos programas com a vista à melhoria e simplificação da Companhia, através da automatização de funções, melhoria de processos com reflexo na redução das reclamações de clientes, simplificação das operações, gestão mais próxima dos casos de sinistro e contencioso com resultados muito positivos na redução de superior a 20% e de 8% do número de processos de sinistro e contencioso em aberto, respetivamente, entre outras.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de Impostos da Santander Totta Seguros foi de 25.544.516,18 euros (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil quinhentos e dezasseis euros e dezoito cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 2.554.451,62 euros (dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e um euros e sessenta e dois cêntimos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei 147/2015 de 9 de setembro;
- 22.990.064,56 euros (vinte e dois milhões novecentos e noventa mil e sessenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) para Resultados Transitados.

Perspetivas e Desafios para 2020

Para o ano de 2020, a Companhia perspetiva:

- Continuar o processo de reposicionamento da STS como especialista de produtos de poupança a médio e longo prazo e de reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais de forma a aumentar o valor acrescentado e percebido da sua oferta, estruturando para isso uma oferta de valor diversificada;
- Continuar a alargar e a diversificar a sua oferta de produtos que vão de encontro às necessidades da poupança a médio e longo prazo e da reforma e o planeamento financeiros das famílias disponível aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Gestão e desenvolvimentos de parcerias com outros operadores de seguros que permitam complementar a oferta de seguros Vida e não Vida disponibilizados aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Concluir o processo de integração da ex-Eurovida e Popular Seguros e alienação de negócios que não se enquadrem na estratégia da Companhia;
- Implementação da nova Norma de Relato Financeiro Internacional aplicável a contratos de seguros (IFRS 17);
- A otimização de processos e maior eficiência de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa atividade - o serviço a clientes e a sua satisfação com uma maior eficiência nos custos;

Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de "cross-selling" e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 04 de março de 2020

O Conselho de Administração,



Nuno Miguel Frias Costa

Presidente

Francisco del Cura

Francisco del Cura Ayuso

Vogal



Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes

Vogal

Informações Complementares

Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização – Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Membro	Entidade	N.º de títulos 31.12.18	Movimentos em 2019				N.º de títulos 31.12.19
			Data	Operação	N.º de acções	Preço/ acção	
Nuno Frias Costa	Banco Santander SA	27.128	22.02.2019	Depósito de títulos	15.661	4.010€	46.965
			25.03.2019	Depósito de títulos	4.176	4.292€	
Francisco del Cura	Banco Santander SA	29.812	02.2019	Depósito de títulos	16.287	4,250€	46.099
Cristina Melo Antunes	Banco Santander SA	26.640	22.02.2018	Depósito de títulos	6.256	4.010€	35.099
	Banco Santander SA		25.03.2018	Depósito de títulos	2.203	4.292€	
Pedro Mello e Castro	Banco Santander SA	2.309	22.02.2019	Depósito de títulos	3.332	4.010€	5.641
Manuela Vieira Marinho	Banco Santander SA	7.190	22.02.2019	Depósito de títulos	728	4.010€	8.380
			25.03.2019	Depósito de títulos	462	4.292€	

Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019

Unidade: Euros

Notas do Anexo	ACTIVO	Exercício			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	316,287,196		316,287,196	195,620,090
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14,308,000	0	14,308,000	21,808,000
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,016,450,160	0	3,016,450,160	3,080,243,434
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	725,007,133	0	725,007,133	748,779,928
6	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	272,832,983	0	272,832,983	69,415,589
7	Outros activos tangíveis	2,927,701	2,867,775	59,926	79,379
8	Outros activos intangíveis	10,046,983	9,044,172	1,002,811	641,647
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	21,519,593	0	21,519,593	21,042,131
	Ramo Vida	21,519,593	0	21,519,593	21,042,131
	Provisão matemática	84,665		84,665	170,120
	Provisão para sinistros	18,447,223		18,447,223	17,660,802
	Provisão para prémios não adquiridos	2,987,706		2,987,706	3,211,210
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24,138		24,138	24,138
9	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	14,464,939	910,620	13,554,320	13,637,100
	Contas a receber por operações de seguro directo	4,966,342	225,494	4,740,848	5,392,455
	Contas a receber por operações de resseguro	199,404		199,404	158,166
	Contas a receber por outras operações	9,299,194	685,126	8,614,067	8,086,479
15	Activos por impostos e taxas	1,572,670	0	1,572,670	1,558,438
	Activos por impostos (e taxas) correntes	0		0	30
	Activos por impostos diferidos	1,572,670		1,572,670	1,558,408
10	Acréscimos e diferimentos	26,031		26,031	349,138
36	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	7,500,000		7,500,000	23,963,323
	TOTAL ACTIVO	4,402,967,528	12,822,566	4,390,144,962	4,177,162,335

O Contabilista certificado




CMA

Francisco del Cura

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019

		Unidade: Euros	
Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO		
11	Provisões técnicas	726,524,422	715,210,716
	Ramo Vida	726,524,422	715,210,716
	Provisão matemática	644,623,427	653,039,830
	Provisão para sinistros	25,468,379	25,446,449
	Provisão para participação nos resultados	46,835,836	26,900,299
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	44,821,103	25,997,395
	Provisão para participação nos resultados atribuída	2,014,733	902,904
	Provisão para compromissos de taxa	6,579,980	6,579,980
	Provisão para prémios não adquiridos	3,016,800	3,244,158
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,454,666,437	3,197,888,372
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3,403,086,761	3,142,312,039
	Valorizados ao custo amortizado	51,579,676	55,576,333
13	Outros passivos financeiros	31,228,137	85,281,695
	Depósitos recebidos de resseguradores	110,950	245,915
	Outros	31,117,186	85,035,781
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	36,612	0
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	20,656,461	31,078,333
	Contas a pagar por operações de seguro directo	10,990,234	12,622,918
	Contas a pagar por operações de resseguro	3,767,702	5,007,181
	Contas a pagar por outras operações	5,898,525	13,448,235
15	Passivos por impostos e taxas	7,612,451	3,550,791
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	7,390,235	3,550,198
	Passivos por impostos diferidos	222,217	593
10	Acréscimos e diferimentos	3,791,140	4,311,596
16	Outras provisões	4,756,908	5,003,425
36	Passivos de um carteira de seguros para alienação classificado como detido para venda	0	23,963,323
	TOTAL PASSIVO	4,249,272,568	4,066,288,252
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	47,250,000	47,250,000
18	Reservas de reavaliação	10,368,197	4,430,795
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	10,368,197	4,430,795
18	Reserva por impostos diferidos	-2,420,023	-936,416
18	Outras reservas	38,750,272	36,974,589
	Reserva legal	36,273,563	34,497,880
	Outras reservas	2,476,709	2,476,709
18	Resultados transitados	21,379,432	5,398,280
	Resultado do exercício	25,544,516	17,756,836
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	140,872,395	110,874,083
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	4,390,144,962	4,177,162,335

O Contabilista certificado




CMA

Francisco del Cura

Conta de ganhos e perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Unidade: Euros

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	41,597,657		41,597,657	89,508,309
	Prémios brutos emitidos	117,714,453		117,714,453	173,694,737
	Prémios de resseguro cedido	76,120,649		76,120,649	84,190,067
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-227,358		-227,358	-223,588
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-223,504		-223,504	-219,950
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	28,873,660		28,873,660	30,877,648
21	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	51,404,176		51,404,176	45,178,893
	Montantes pagos	52,491,019		52,491,019	45,784,421
	Montantes brutos	72,837,200		72,837,200	62,703,480
	Parte dos resseguradores	20,346,181		20,346,181	16,919,058
	Provisão para sinistros (variação)	-1,086,843		-1,086,843	-605,528
	Montante bruto	-1,394,937		-1,394,937	-1,873,197
	Parte dos resseguradores	-308,094		-308,094	-1,267,668
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	-9,034,042		-9,034,042	43,949,238
	Montante bruto	-10,332,504		-10,332,504	42,159,501
	Parte dos resseguradores	-1,298,462		-1,298,462	-1,789,737
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	1,915,072		1,915,072	815,820
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	0		0	1,500,000
21	Custos e gastos de exploração líquidos	27,948,537		27,948,537	32,560,550
	Custos de aquisição	50,228,102		50,228,102	55,424,305
	Custos de aquisição diferidos (variação)	13,337		13,337	62,129
	Gastos administrativos	5,255,571		5,255,571	6,229,456
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	27,548,474		27,548,474	29,155,340
25	Rendimentos	89,496,699	6,079,818	95,576,517	107,368,600
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	12,286,096	5,553,495	17,839,591	15,228,114
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0
	Outros	77,210,602	526,323	77,736,926	92,140,486
26	Gastos financeiros	11,868,057	328,236	12,196,293	8,556,765
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0
	Outros	11,868,057	328,236	12,196,293	8,556,765
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	706,682	5,816,577	6,523,259	9,027,479
	De activos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1,086,855	88	1,086,943	481,201
	De activos financeiros valorizados ao custo amortizado	-392	0	-392	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-379,781	0	-379,781	-161,180
	De outros	0	5,816,488	5,816,488	8,707,458
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-68,429,297	9,764,008	-58,665,289	-84,526,995
28	Diferenças de câmbio	348,868	2	348,870	1,260,601
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-10,474	-25,895	-36,369	-22,582
	De activos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-10,474	-25,895	-36,369	-22,582
	De activos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	0	0	0
	De outros	0	0	0	0
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	627,101	0	627,101	370,461
16	Outras provisões (variação)	0	76,263	76,263	-344,220
30	Outros rendimentos/gastos	0	533,099	533,099	-166,084
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	9,130,045	21,814,899	30,944,945	21,525,555
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes		6,699,379	6,699,379	2,224,977
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos		-1,298,951	-1,298,951	1,543,741
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			25,544,516	17,756,836

O Contabilista certificado




CMA

Francisco del Cura

Demonstração de variações do capital próprio em 31 de dezembro de 2019

Unidade: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2018 (posição de abertura)	47,250,000	4,430,795	(936,416)	34,497,880	2,476,709	5,398,280	17,756,836	110,874,083
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47,250,000	4,430,795	(936,416)	34,497,880	2,476,709	5,398,280	17,756,836	110,874,083
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	1,775,684	-	15,981,153	(17,756,836)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	25,544,516	25,544,516
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	5,937,403	(1,483,607)	-	-	-	-	4,453,796
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	5,937,403	(1,483,607)	-	-	-	-	4,453,796
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	5,937,403	(1,483,607)	-	-	-	-	29,998,312
	Total das variações do capital próprio	-	5,937,403	(1,483,607)	1,775,684	-	15,981,153	7,787,680	29,998,312
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2019	47,250,000	10,368,197	(2,420,023)	36,273,563	2,476,709	21,379,432	25,544,516	140,872,395

Unidade: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2017 (posição de abertura)	47,250,000	3,985,724	(936,645)	33,987,832	10,727	233,914	5,100,480	89,632,032
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47,250,000	3,985,724	(936,645)	33,987,832	10,727	233,914	5,100,480	89,632,032
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	510,048	-	4,590,432	(5,100,480)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	10,888	573,934	-	584,822
18	Reserva de fusão decorrente da integração da Eurovida	-	-	-	-	2,455,094	-	-	2,455,094
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	17,756,836	17,756,836
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	445,070	229	-	-	-	-	445,299
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	445,070	229	-	-	-	-	445,299
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	445,070	229	-	-	-	-	18,202,135
	Total das variações do capital próprio	-	445,070	229	510,048	2,465,982	5,164,366	12,656,356	21,242,051
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2018	47,250,000	4,430,795	(936,416)	34,497,880	2,476,709	5,398,280	17,756,836	110,874,083

O Contabilista certificado




CMA

Francisco del Cura

Type text here

Demonstração do rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Unidade: Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício	Exercício Anterior
	Resultado líquido do exercício	25,544,516	17,756,836
	Outro rendimento integral do exercício	4,453,796	456,187
	Itens que reclassificam por resultados		
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	5,937,403	445,070
	Ganhos e perdas líquidos	7,060,715	948,853
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(1,123,312)	(503,783)
	Imparidade	(36,369)	(22,582)
27	Alienação	(1,086,943)	(481,201)
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com itens que reclassificam por resultados	(1,483,607)	229
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-
	Itens que não reclassificam por resultados		
	Benefícios pós-emprego	-	-
	Outros movimentos	-	10,888
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	29,998,312	18,213,024

O Contabilista certificado




CMA

Francisco del Cura

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Unid: Euros	
	2019	2018
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	25,544,516	17,756,836
Mais valias na alienação de carteiras de seguros	-5,816,488	0
Mais valia decorrente do ajuste ao preço de venda de participações financeiras (Aegon Vida e Aegon Não Vida)	0	-8,707,458
<i>Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:</i>		
Amortizações do exercício	364,705	486,885
Variação em outras provisões	-246,517	-975,066
Variação nas provisões técnicas	10,836,244	38,705,530
Variação de Passivos por Contratos de Investimento	256,778,065	159,985,247
Impostos sobre lucros		
<i>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</i>		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	610,369	1,228,371
Devedores por outras operações	-3,527,588	3,402,325
Activos por impostos	207,392	3,972,677
Outros activos	-329,024	1,310,809
<i>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:</i>		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	-3,007,127	-1,780,863
Credores por outras operações	-7,549,710	8,085,925
Passivos por impostos	2,356,429	1,649,348
Incentivos longo prazo	0	10,888
Outros passivos	-520,457	720,738
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	275,700,809	225,852,193
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	63,793,274	-233,311,265
Variação nos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	29,710,198	-55,891,768
Variação nos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-203,417,394	20,251,187
Alienação de investimentos em filiais	0	-112,230
Recebimentos decorrentes dos ajustes ao preço de venda de participações financeiras (Aegon Vida e Aegon Não Vida)	3,000,000	8,707,458
Alienação de carteira de seguros vida	5,816,488	0
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	-706,417	-836,141
Aquisição da Eurovida	0	-105,000,000
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-101,803,851	-366,192,759
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias, líquida de mais valia obtida	-53,229,852	0
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-53,229,852	0
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	120,667,106	-140,340,566
Caixa e seus equivalentes no início do período	195,620,090	335,960,656
Caixa e seus equivalentes no fim do período	316,287,196	195,620,090

O Contabilista certificado




CMA

Francisco del Cura

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros”) incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se em 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes, tendo como contrapartida recebido o valor de 9 milhões de euros por ajuste ao valor das participações na Aegon Santander Portugal Vida e na Aegon Santander Portugal Não Vida (decorrente da extensão da rede por integração do ex-Banco Popular).

Ainda neste âmbito, concretizou-se em 2019 o negócio cujos contratos tinham sido assinados em 2018, para a venda do referido ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo vida (incluindo a carteira ressegurada à SCOR), da Eurovida, à Aegon Santander Portugal Vida, pelo preço

acordado de 7,8 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2018 este valor estava registado como adiantamento na Santander Totta Seguros, tendo o reconhecimento contabilístico da operação ocorrido no exercício de 2019, aquando da efetiva transferência do ramo autónomo de negócio.

Neste contexto, em 2019, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (*Unit-linked*), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 4 de março de 2020, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.22.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

As participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

2.3. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Ativos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e dos termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

- a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos de ativos ao custo amortizado", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outros devedores" e aos Ativos de contratos com clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível ("*on demand*"); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber não seja imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Companhia apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. São detalhados na Nota

6 os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu, ou não, um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca

poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

2.6. Provisões técnicas

2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito do atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionarieidade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos, líquidos de resseguro", da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão

corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica "Gastos com pessoal" (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica "Gastos com pessoal" por contrapartida da rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos

nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

2.15. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.16. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.17. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.18. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos

capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.19. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.21. Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual veio substituir a IAS 17, são exigidas alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação. A Companhia passa a reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de direito de uso.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. Deverá ser remensurado sempre que existirem alteração no contrato de locação que assim o justifiquem.

No respeitante ao ativo sob direito de uso, é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2019, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos no exercício de 2019 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

2.22. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

A Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos. A

valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta a avaliação de forma prospetiva das perdas de crédito estimadas associadas a esses ativos, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IFRS 9.

Determinação das responsabilidades por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.8..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2019, das responsabilidades a que se encontra obrigada (Nota 11).

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro (Nota 11).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.23. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2019:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

a) **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Esta norma na data de adoção não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registrado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) **Melhorias às normas 2015 – 2017.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

f) **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registrar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Esta interpretação não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

a) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("*building block approach*") ou simplificado ("*premium allocation approach*"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera nos ramos vida e não vida, contudo nos exercícios de 2019 e 2018 apenas comercializou seguros do ramo vida. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2019 e 2018, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2019					Total
	Seguros de Vida	Ramo Vida Seguros Ligados	Contratos de investimento	Gestão de Fundos Pensões	Área não técnica	
Prémios brutos emitidos	117,683,139	31,314				117,714,453
Prémios de resseguro cedido	(76,120,649)					(76,120,649)
Prémios de resseguro cedido - Estimativa de encargos a incorrer						-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	227,358					227,358
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(223,504)					(223,504)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			28,873,660			28,873,660
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(51,264,343)	(139,832)				(51,404,176)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(1,915,072)					(1,915,072)
Outras provisões técnicas (variação)	8,951,685	82,357				9,034,042
Remunerações de mediação (comissões)	(29,468,189)	(2,064)	(18,158,041)			(47,628,294)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira						-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	27,548,474	-				27,548,474
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3,201,315)	(2,753)	(4,384,674)	(279,975)		(7,868,717)
Resultados dos investimentos	12,113,764		(1,848,395)		21,358,064	31,623,433
Outros rendimentos / gastos técnicos	627,101					627,101
Outros custos e proveitos					456,836	456,836
Resultado antes de impostos	4,958,448	(30,978)	4,482,550	(279,975)	21,814,899	30,944,945
Impostos correntes e diferidos						5,400,428
Resultado líquido do exercício						(25,544,516)
Ativo Total	756,661,481	-	3,447,772,128	-	186,506,188	4,390,939,798
Passivo Total	734,585,880	625,387	3,485,732,358	-	29,123,798	4,250,067,404

	2018					Total
	Seguros de Vida	Ramo Vida Seguros Ligados	Contratos de investimento	Gestão de Fundos Pensões	Área não técnica	
Prémios brutos emitidos	173,649,894	44,843	-	-	-	173,694,737
Prémios de resseguro cedido	(84,190,067)	-	-	-	-	(84,190,067)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	223,588					223,588
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(219,950)					(219,950)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			30,877,648			30,877,648
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(45,031,002)	(147,891)				(45,178,893)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(815,820)					(815,820)
Outras provisões técnicas (variação)	(45,548,268)	99,030				(45,449,238)
Remunerações de mediação (comissões)	(31,613,571)		(20,634,390)			(52,247,960)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	29,155,340					29,155,340
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(5,980,156)	(2,187)	(3,387,843)	(97,744)		(9,467,930)
Resultados dos investimentos	11,695,634	34,797	(1,911,364)		14,776,435	24,595,502
Outros rendimentos / gastos técnicos	(508,218)			878,679		370,461
Outros custos e proveitos					178,135	178,135
Resultado antes de impostos	817,405	28,593	4,944,052	780,935	14,954,570	21,525,555
Impostos correntes e diferidos						(3,768,719)
Resultado líquido do exercício						17,756,836
Ativo Total	788,797,689	1,641,741	3,219,076,086	-	167,646,819	4,177,162,335
Passivo Total	723,610,261	1,413,833	3,225,528,381	-	115,735,776	4,066,288,252

O segmento de "Seguros de Vida" inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Caixa e seus equivalentes	250	981
Depósitos à ordem	316,286,945	201,022,574
	<u>316,287,195</u>	<u>201,023,555</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	(5,403,465)
	<u><u>316,287,195</u></u>	<u><u>195,620,090</u></u>

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados, essencialmente, no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BBB de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: Fitch IBCA, Standard & Poors e Moody's.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	
		2019	2018
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>			
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	6,076,000	6,076,000
		<u>14,308,000</u>	<u>14,308,000</u>
<u>Filiais</u>			
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	100.00%	-	7,500,000
		-	7,500,000
		<u>14,308,000</u>	<u>21,808,000</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 34).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (*“Earn Out”*) a receber pela Companhia a partir de 31 de Dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do *“Alliance and Shareholders’s agreement”*, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2019				2018			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.	Lisboa	49.00%	115,184,418	82,922,152	32,262,266	11,904,466	98,530,965	67,416,940	31,114,044	12,272,939
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.00%	43,970,952	22,166,334	21,804,618	4,950,490	32,972,070	16,392,101	16,579,969	2,713,925

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2019 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2018, que apresentava valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, tendo em conta o cumprimento durante 2019 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

No âmbito do processo de fusão da Eurovida no exercício de 2018, conforme referido na Nota 1, a Santander Totta Seguros incorporou a participação de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo montante de 7.500.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2019 a participação financeira de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. encontra-se apresentada na rubrica “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, pelo montante de 7.500.000 euros. Ver nota 36.

Os dados financeiros da Popular Seguros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2019				2018			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100.00%	16,231,992	5,620,885	10,611,107	1,246,953	20,455,133	11,090,978	9,364,154	217,213

6. ATIVOS FINANCEIROS

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a Companhia optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

A adoção da IFRS 9 resultou em mudanças nas políticas contabilísticas relativamente ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e também na adoção de um modelo de perdas esperadas ao invés do anterior modelo de perdas observadas.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A reclassificação dos ativos financeiros no momento da alteração da política contábilística em 1 de Janeiro de 2018, é analisado como se segue:

	IAS 39		IFRS 9	
	Categoria	Valor	Categoria	Valor
Ativos financeiros				
Caixa e Depósitos à Ordem	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	335,960,656	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	335,960,656
Participações financeiras	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21,808,000	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21,808,000
Interest rate swaps	Ativos financeiros detidos para negociação	8,709,172	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	8,709,172
Acções e Fundos de Investimento	Ativos financeiros disponíveis para venda	8,917,077	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	8,917,077
Obrigações	Ativos financeiros disponíveis para venda	684,776,733	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	684,776,733
Acções e Fundos de Investimento	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	217,366,016	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	217,366,016
Obrigações	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	321,354,777	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	321,354,777
Depósitos a prazo	Empréstimos e contas a receber	84,824,126	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	84,824,126
Empréstimos concedidos	Empréstimos e contas a receber	2,133,135	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2,133,135

No quadro seguinte é possível verificar as reclassificações efetuadas, por categoria e tipo de ativo:

Ativos financeiros	Justo valor através de resultados	Ativos financeiros detidos para negociação	Justo valor através de capital (instrumentos de dívida)	Justo valor através de capital (instrumentos de capital)
Saldo IAS 39 em 01-01-2018	2,825,059,204	8,709,172	684,776,733	8,917,077
Reclassificações de ativos financeiros para justo valor através	17,626,249	-8,709,172	-	-8,917,077
Saldo IFRS 9 em 01-01-2018	2,842,685,453	-	684,776,733	-

Face ao normativo contábilístico anterior, não existem alterações na classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito esperadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39.

As principais classes de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9, que a Companhia detém são os seguintes:

- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; e
- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado.

A Companhia reviu a sua metodologia de cálculo e reconhecimento de perdas de imparidade para cada uma das suas classes de ativos financeiros.

a) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Os empréstimos concedidos foram considerados como tendo baixo risco, dada a materialidade do valor apresentado em balanço e também pelo facto da maior exposição ser ao Banco Santander Totta. Os valores remanescentes são residuais.

b) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Os Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas para as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados da Companhia provocado pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 é o seguinte:

Resultados transitados	01-01-2018
Saldo IAS 39	89,890,100
Aumento de imparidade por contas a receber	-
Aumento da imparidade para instrumentos de dívida ao justo valor através de rendimento integral	-103,280
Aumento dos ativos por impostos diferidos relacionados com a imparidade de ativos financeiros	-
Realização de valias de ativos reclassificados e remensurados	573,934
Ajustamento por adoção da IFRS 9	470,654
Saldo IFRS 9	90,360,753

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	15,310,060	7,035,732
Instrumentos de capital e unidades de participação	642,763,852	556,146,383
Títulos de dívida	2,303,746,607	2,249,851,365
Depósitos a prazo	28,415,626	193,886,119
Instrumentos financeiros derivados	20,358,466	5,386,257
	<u>3,010,594,611</u>	<u>3,012,305,856</u>
Afetos a contratos de seguro:		
Instrumentos de capital e unidades de participação	351,230	5,014,754
Títulos de dívida	501,914	540,752
	<u>853,144</u>	<u>5,555,506</u>
Não afetos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	4,032,421	4,031,518
Instrumentos de capital e unidades de participação	969,985	1,595,000
Títulos de dívida	-	56,755,553
	<u>5,002,406</u>	<u>62,382,072</u>
	<u>3,016,450,160</u>	<u>3,080,243,434</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	11,076,171	10,954,800
Títulos de dívida	713,930,961	737,825,127
	<u>725,007,133</u>	<u>748,779,928</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado:</u>		
Outros depósitos	270,596,612	64,647,551
Empréstimos concedidos	2,236,371	2,222,036
Outros	-	2,546,002
	<u>272,832,983</u>	<u>69,415,589</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2019	2018
Outros depósitos		
Até um mês	287,288	316,870
De um a três meses	35,549,719	7,341,958
De três a seis meses	103,345,624	185,098
De seis meses a um ano	113,108,998	2,500,990
De um a dois anos	15,043,942	48,892,691
Mais de dois anos	3,261,041	5,409,944
	<u>270,596,612</u>	<u>64,647,551</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os depósitos a prazo dizem respeito, essencialmente, a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2019				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26,275,110	1,790,785	162,152,099	126,069,202	316,287,196
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	21,808,000	21,808,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	660,917,222	7,039,494	40,515,267	16,535,150	725,007,133
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	836,877	16,266	3,010,594,611	5,002,407	3,016,450,160
Empréstimos concedidos e contas a receber	36,499,841	1,766,293	234,510,152	56,697	272,832,983
Outros ativos tangíveis	-	-	-	59,926	59,926
Outros ativos intangíveis	-	-	-	1,002,811	1,002,811
	724,529,050	10,612,838	3,447,772,128	170,534,193	4,353,448,209

	2018				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	33,557,598	4,159,477	106,749,643	51,153,372	195,620,090
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	21,808,000	21,808,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,969,255	970,884	3,012,943,841	62,359,454	3,080,243,434
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	673,541,563	17,865,987	41,406,136	15,966,242	748,779,928
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9,551,442	1,817,769	57,976,467	69,911	69,415,589
Outros ativos tangíveis	-	-	-	79,379	79,379
Outros ativos intangíveis	-	-	-	641,647	641,647
	720,619,857	24,814,118	3,219,076,086	152,078,005	4,116,588,066

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a Fitch IBCA, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2019				2018			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:								
AAA	-	3,418,568	-	3,418,568	-	4,181,566	-	4,181,566
AA- até AA+	303,821	2,307,032	6,748,619	9,359,472	-	2,160,553	5,222,672	7,383,225
A- até A+	-	110,523,302	49,912,761	160,436,063	-	49,432,186	29,968,538	79,400,724
BBB- até BBB+	1,168,173,619	824,058,429	20,557,310	2,012,789,358	1,220,818,706	715,196,073	23,020,679	1,959,035,459
BB- até BB+	2,350,754	116,156,560	822,952	119,330,266	208,360	118,821,224	1,240,757	120,270,341
B- até B+	473,119	976,249	7,133,073	8,582,441	-	-	74,992,757	74,992,757
Inferior a CCC	-	16,600	-	16,600	-	11,550	-	11,550
Sem rating	103,915,768	593,917,309	4,684,315	702,517,392	321,563,906	506,793,817	6,610,090	834,967,813
	<u>1,275,217,081</u>	<u>1,651,374,049</u>	<u>89,859,030</u>	<u>3,016,450,160</u>	<u>1,542,590,973</u>	<u>1,396,596,968</u>	<u>141,055,493</u>	<u>3,080,243,434</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:								
AAA	-	5,778,555	-	5,778,555	-	5,354,239	-	5,354,239
AA- até AA+	-	21,719,619	255,181	21,974,800	-	23,981,967	259,769	24,241,735
A- até A+	-	24,872,582	1,386,915	26,259,497	-	51,138,898	1,278,547	52,417,445
BBB- até BBB+	240,189,269	416,876,053	1,297,880	658,363,202	228,989,169	422,555,292	1,351,686	652,896,147
BB- até BB+	-	651,618	-	651,618	-	643,717	-	643,717
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	11,979,461	-	-	11,979,461	13,226,645	-	-	13,226,645
	<u>252,168,730</u>	<u>469,898,427</u>	<u>2,939,976</u>	<u>725,007,133</u>	<u>242,215,814</u>	<u>503,674,112</u>	<u>2,890,002</u>	<u>748,779,928</u>
Total do valor de balanço	<u>1,527,385,811</u>	<u>2,121,272,476</u>	<u>92,799,006</u>	<u>3,741,457,293</u>	<u>1,784,806,786</u>	<u>1,900,271,080</u>	<u>143,945,496</u>	<u>3,829,023,362</u>

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de rating atribuídas entre a "Standard & Poor's" e "Moody's" ou equivalente:

	2019			2018		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
BBB- até BBB+	272,832,983	-	272,832,983	66,869,587	-	66,869,587
BB- até BB+	-	-	-	-	-	-
B- até B+	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	-	-	2,546,002	-	2,546,002
	<u>272,832,983</u>	<u>-</u>	<u>272,832,983</u>	<u>69,415,589</u>	<u>-</u>	<u>69,415,589</u>

Análise de imparidade

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não detinha ativos financeiros em incumprimento nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir,

por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as maturidades contratuais não descontados remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2019				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	316,261,912				316,261,912
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				21,808,000	21,808,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1,136,349,247	370,094,860	1,489,647,587	2,996,091,693
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	93,364,777	208,112,713	423,529,643	725,007,133
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	263,813,052	3,992,617	5,027,314	272,832,983
Contas a receber por operações de seguro direto	4,966,342				4,966,342
Contas a receber por operações de resseguro	199,404				199,404
Contas a receber por outras operações	9,299,194				9,299,194
	<u>330,726,852</u>	<u>1,493,527,075</u>	<u>582,200,191</u>	<u>1,940,012,543</u>	<u>4,346,466,661</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,530,138,043)	(448,535,302)	(241,087,782)	(1,183,325,634)	(3,403,086,761)
Valorizados ao custo amortizado	(2,614,275)	(6,637,852)	(6,918,659)	(35,408,890)	(51,579,677)
	<u>(1,532,752,319)</u>	<u>(455,173,154)</u>	<u>(248,006,441)</u>	<u>(1,218,734,524)</u>	<u>(3,454,666,437)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(110,950)				(110,950)
Outros	(6,998,906)	(8,176,445)	(566,052)	(15,375,783)	(31,117,186)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,990,234)				(10,990,234)
Contas a pagar por operações de resseguro	(3,767,702)				(3,767,702)
Contas a pagar por outras operações	(5,898,525)				(5,898,525)
	<u>(1,560,518,637)</u>	<u>(463,349,598)</u>	<u>(248,572,493)</u>	<u>(1,234,110,308)</u>	<u>(3,506,551,035)</u>
	<u>(1,229,791,785)</u>	<u>1,030,177,477</u>	<u>333,627,698</u>	<u>705,902,236</u>	<u>839,915,626</u>

	2018				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	195,620,090				195,620,090
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				21,808,000	21,808,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	884,308,916	747,748,701	343,438,362	1,104,747,455	3,080,243,434
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	58,302,737	95,197,677	216,359,139	378,920,376	748,779,928
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	12,894,417	50,376,583	3,954,867	2,189,721	69,415,588
Contas a receber por operações de seguro direto	5,392,455	-	-	-	5,392,455
Contas a receber por operações de resseguro	158,166	-	-	-	158,166
Contas a receber por outras operações	8,086,479	-	-	-	8,086,479
	<u>1,164,763,261</u>	<u>893,322,961</u>	<u>563,752,367</u>	<u>1,507,665,552</u>	<u>4,129,504,141</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,113,626,657)	(713,554,368)	(217,206,960)	(1,097,924,054)	(3,142,312,039)
Valorizados ao custo amortizado	(2,307,120)	(7,029,861)	(4,843,588)	(41,395,764)	(55,576,333)
	<u>(1,115,933,777)</u>	<u>(720,584,229)</u>	<u>(222,050,548)</u>	<u>(1,139,319,818)</u>	<u>(3,197,888,372)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(245,915)	-	-	-	(245,915)
Outros	(69,311,785)	-	(1,242,999)	(14,480,997)	(85,035,781)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(12,622,918)	-	-	-	(12,622,918)
Contas a pagar por operações de resseguro	(5,007,181)	-	-	-	(5,007,181)
Contas a pagar por outras operações	(13,448,235)	-	-	-	(13,448,235)
	<u>(1,216,569,810)</u>	<u>(720,584,229)</u>	<u>(223,293,547)</u>	<u>(1,153,800,815)</u>	<u>(3,314,248,401)</u>
	<u>(51,806,550)</u>	<u>172,738,732</u>	<u>340,458,820</u>	<u>353,864,737</u>	<u>815,255,739</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efetiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.

- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 13), nos montantes de 57.147.085 euros em 31 de dezembro de 2018, e incluídas na rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” são exigíveis até 3 meses.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, nomeadamente o risco de taxa de juro.

A gestão deste risco assenta numa análise da gestão de ativos e passivos, utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset Liability Management*).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A monitorização do risco de taxa de juro é efetuada trimestralmente, através do apuramento do impacto no gap de ALM para uma variação negativa e positiva de 100 pontos base sobre a curva de taxa de juro sem risco da EIOPA publicada a 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o impacto estimado numa deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 pontos bases, é o seguinte

	2019		2018	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais próprios	(16,266)	12,562	(14,746)	14,082

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro considerou toda a carteira de seguros de capitalização com garantia de taxa de juro contínua, em que o risco de investimento é suportado da Companhia

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR *Swap Zero Coupon Yield Curve*, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados.

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco

do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis "à vista" pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2019									
	Saldo em 31-12-2018			Aquisições	Alienações / Abates		Depreciações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2019		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534,443	(533,355)	1,088			(1,093)	534,443	(534,448)	(5)	
Equipamento informático	1,952,367	(1,940,421)	11,946			(5,536)	1,952,367	(1,945,957)	6,410	
Material de transporte	300,965	(237,266)	63,699	18,332	(80,643)	80,643	238,654	(197,741)	40,913	
Outros ativos tangíveis	191,168	(188,519)	2,649	11,070		(1,107)	202,238	(189,629)	12,609	
	<u>2,978,942</u>	<u>(2,899,560)</u>	<u>79,382</u>	<u>29,402</u>	<u>(80,643)</u>	<u>80,643</u>	<u>2,927,701</u>	<u>(2,867,775)</u>	<u>59,926</u>	

	2018									
	Saldo em 01-01-2018			Aquisições	Alienações / Abates		Depreciações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2018		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534,586	(526,389)	8,197		(143)	143	(7,109)	534,443	(533,355)	1,088
Equipamento informático	1,967,334	(1,959,475)	7,860	10,844	(25,812)	25,812	(6,758)	1,952,367	(1,940,421)	11,946
Material de transporte	313,517	(199,105)	114,412	-	(12,552)	12,552	(50,712)	300,965	(237,266)	63,699
Outros ativos tangíveis	195,009	(192,360)	2,649	-	(3,841)	3,841	-	191,168	(188,519)	2,649
	<u>3,010,446</u>	<u>(2,877,329)</u>	<u>133,117</u>	<u>10,844</u>	<u>(42,348)</u>	<u>42,348</u>	<u>(64,580)</u>	<u>2,978,942</u>	<u>(2,899,560)</u>	<u>79,382</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A. (Ver Nota 1).

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2019									
	Saldo em 31-12-2018			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2019		
	Valor Bruto	Amortização e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortização e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	9,262,291	(8,620,645)	641,646	287,268			(315,850)	9,549,559	(8,936,495)	613,064
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-				-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	0	-	0	389,747			-	389,747	-	389,747
	<u>9,369,968</u>	<u>(8,728,321)</u>	<u>641,647</u>	<u>677,015</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(315,850)</u>	<u>10,046,983</u>	<u>(9,044,172)</u>	<u>1,002,811</u>

	2018									
	Saldo em 01-01-2018			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2018		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	9,041,221	(8,348,076)	693,146	456,163	(235,093)	149,737	(422,306)	9,262,291	(8,620,645)	641,646
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	244,022	-	244,022	330,014	(574,036)	-	-	0	-	0
	<u>9,392,919</u>	<u>(8,455,752)</u>	<u>937,167</u>	<u>786,177</u>	<u>(809,129)</u>	<u>149,737</u>	<u>(422,306)</u>	<u>9,369,968</u>	<u>(8,728,321)</u>	<u>641,647</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Ver Nota 1).

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Prémios em cobrança	4,838,533	5,746,726
Mediadores	127,809	111,910
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	(225,494)	(149,230)
	<u>4,740,848</u>	<u>5,709,406</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	316,951
	<u>4,740,848</u>	<u>5,392,455</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>	<u>199,404</u>	<u>158,166</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos unit-linked	5,594,654	5,631,124
Outros	3,704,540	3,140,482
Ajustamentos	(685,126)	(685,126)
	<u>8,614,067</u>	<u>8,086,479</u>
	<u>13,554,320</u>	<u>13,637,100</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros" incluía 3.000.000 euros, pendentes de receber da Aegon Spain Holding B.V. correspondentes a parte do preço dos 51% do capital social das participadas Aegon Vida e da Aegon Não Vida alienados pela Companhia (Nota 5), tendo o referido valor sido recebido em janeiro de 2019.

O montante de “Comissão de gestão a receber de produtos unit-linked” é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos unit-link para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rúbricas, à data de relato.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2019	2018
Ativo		
<i><u>Acréscimos de rendimentos</u></i>		
Outros acréscimos de rendimentos	16,384	806,499
	-	-
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	472,339
	<u>16,384</u>	<u>334,160</u>
<i><u>Gastos diferidos</u></i>		
Seguros	1,008	14,978
Rendas e alugueres	8,639	-
	<u>9,647</u>	<u>14,978</u>
	<u>26,031</u>	<u>349,138</u>
Passivo		
<i><u>Acréscimos de gastos</u></i>		
Prémios de desempenho a pagar	948,192	856,085
Férias e subsídio de férias	279,804	355,330
Comissões	324,014	293,880
Prémio de Permanência	324,124	424,493
Comissões pela prestação de colaterais	44,143	70,392
Juros a liquidar de passivos subordinados	-	-
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	801,358	690,747
- Fornecimentos e serviços externos	236,443	361,264
- Contratos de manutenção informática	523,045	95,911
- Diversos	6,677	445,984
	<u>3,487,801</u>	<u>3,594,085</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	68,864
	<u>3,487,801</u>	<u>3,525,221</u>
<i><u>Rendimentos diferidos</u></i>		
Comissões recebidas	243,878	401,503
Outros	59,460	384,872
	<u>303,338</u>	<u>786,375</u>
	<u>3,791,140</u>	<u>4,311,596</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica “Comissões” inclui os montantes de 263.717 euros e 230.718 euros, respetivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma

empresa do Grupo pela gestão dos ativos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontravam-se por pagar as comissões referentes aos meses de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica "Prémio de permanência", corresponde integralmente à avaliação das responsabilidades associadas, tendo por base um estudo atuarial elaborado por uma entidade externa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica "Comissões pela prestação de colaterais" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11), sendo paga trimestralmente.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica "Outros acréscimos de rendimentos" corresponde, essencialmente, ao *profit sharing* proveniente de tratados de resseguro.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
	Valor	Valor
Seguro Direto		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	598,666,726	607,279,707
Mistos	2,969,698	3,245,348
Vida risco	190,381	288,385
Universal life	1,941,811	1,947,298
Rendas	40,854,811	40,279,092
	<u>644,623,427</u>	<u>653,039,830</u>
Provisão para prémios não adquiridos	<u>3,016,800</u>	<u>3,244,158</u>
Provisão para participação nos resultados atribuídos	<u>2,014,733</u>	<u>3,196,069</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>44,821,103</u>	<u>23,704,230</u>
Provisão para compromissos de taxa	<u>6,579,980</u>	<u>6,579,980</u>
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	21,533,725	20,509,048
Sinistros não declarados (IBNR)	3,323,770	4,401,354
Custos de gestão de sinistros	610,885	536,047
	<u>25,468,379</u>	<u>25,446,449</u>
	<u>726,524,422</u>	<u>715,210,716</u>
	2019	2018
	Valor	Valor
Resseguro cedido		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática	13,133	170,120
Provisão para prémios não adquiridos	2,987,706	3,211,210
Provisão para participação nos resultados	71,533	0
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	18,447,223	17,660,802
	<u>21,519,594</u>	<u>21,042,131</u>

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited ("Ressegurador") um tratado de resseguro proporcional ("Contrato"), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco ("Carteira"). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela

Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeu como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

Durante os exercícios de 2019 e 2018 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 têm a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(68,717,263)	(73,712,089)
Encargos de gestão	1,871,201	1,947,325
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	<u>(66,846,062)</u>	<u>(71,764,764)</u>
Varição da provisão matemática de resseguro cedido	(76,721)	(271,318)
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(223,504)	(219,950)
Custos com sinistros de resseguro cedido	18,650,615	13,906,668
Comissões de resseguro cedido	24,287,581	25,763,649
	<u>(24,208,090)</u>	<u>(32,585,715)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon, mobilizado progressivamente ao longo dos anos. Este depósito será mobilizável totalmente em 2020, sendo que em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascendia a 29.442.609 euros e 47.667.242 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prêmios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2019			31-12-2018			
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Total	Prêmios diferidos	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	Custos diferidos	Total
Seguro direto							
Provisão matemática							
De seguros de vida	644,624,488	(1,061)	644,623,427	665,038,648	11,984,419	(14,399)	653,039,830
Provisão para prêmios não adquiridos							
De seguros de vida	3,016,800	-	3,016,800	3,244,158	-	-	3,244,158
	647,641,288	(1,061)	647,640,227	668,282,806	11,984,419	(14,399)	656,283,988

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2019				31-12-2018			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	20,603,434	3,323,770	589,001	24,516,205	25,279,300	4,650,437	500,693	30,430,430
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	-	-	-	6,497,173	249,083	-	6,746,256
	20,603,434	3,323,770	589,001	24,516,205	18,782,128	4,401,354	500,693	23,684,174
Capitais diferidos	907,853	-	15,558	923,411	1,585,898	-	31,529	1,617,428
Mistos	18,178	-	820	18,998	136,441	-	3,729	140,169
Unit Linked	-	-	5,434	5,434	-	-	-	-
Rendas	4,260	-	72	4,332	4,581	-	97	4,678
	21,533,725	3,323,770	610,885	25,468,379	20,509,048	4,401,354	536,047	25,446,449
De seguros não vida	-	-	-	-	-	-	-	-
	21,533,725	3,323,770	610,885	25,468,379	20,509,048	4,401,354	536,047	25,446,449
De resseguro cedido								
De seguros de vida								
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	(18,447,223)	-	-	(18,447,223)	(22,587,992)	-	-	(22,587,992)
	-	-	-	-	(4,927,190)	-	-	(4,927,190)
	(18,447,223)	-	-	(18,447,223)	(17,660,802)	-	-	(17,660,802)
	3,086,502	3,323,770	610,885	7,021,156	2,848,246	4,401,354	536,047	7,785,647

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2019 e 2018 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2019			
	Provisão para sinistros em 31-12-2018	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2019(*)	Reajustamentos
Ramo vida	25,446,449	15,778,176	10,122,576	454,303

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

	2018			
	Provisão para sinistros em 31-12-2017 (**)	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2018 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	34,053,076	12,304,496	16,581,624	(5,166,956)

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

(**) - Inclui Provisão para sinistros de 2017 da Eurovida

Em 2019 e 2018, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2019				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	24,326,994	(20,346,181)	(718,727)	308,094	3,570,180
Produtos financeiros	48,510,200	-	(676,204)	-	47,833,996
Total	72,837,194	(20,346,181)	(1,394,931)	308,094	51,404,176

	2018				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	23,918,568	(16,919,058)	(2,756,223)	1,267,668	5,510,956
Produtos financeiros	38,784,911	-	883,026	-	39,667,937
Total	62,703,480	(16,919,058)	(1,873,197)	1,267,668	45,178,893

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *Compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;

- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

Capital seguro	2019		2018	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	5,528,029,624	5,394,902,577	6,410,207,962	6,265,011,383
Coletivos	802,452,891	500,551,152	829,647,855	502,199,325
Plano Proteção	1,946,724,292	1,938,182,292	2,121,753,916	2,112,185,799
Crédito ao Consumo	182,449,220	152,428	209,902,300	2,423,169
Vida Risco (Carteira Eurovida)	845,051,999	795,275,161	3,317,530,841	3,136,593,652
Outros	1,131,810,837	27,005,988	1,007,999,149	26,887,736
Outros (Carteira Eurovida)	636,986	-	727,133	-
	10,437,155,848	8,656,069,598	13,897,769,157	12,045,301,063

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com onze: Abbey Life, AXA Partners (ex-Genworth), General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, AXA Re, Swiss Re, Partner Re, Mapfre, SCOR e Hannover Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2019 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
AXA Partners (ex-Genworth)	AA-
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	AA-
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mapfre	A
SCOR	A+
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prêmios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2019	2018	2017	2016	2015
Rácio de sinistralidade	24.93%	17.93%	24.59%	21.13%	26.19%
Rácio de despesas de aquisição	31.92%	31.00%	33.53%	33.91%	34.57%
Rácio combinado	56.85%	48.92%	58.13%	55.04%	60.76%

12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	Montante gerido em 31-12-2018	2019		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2019
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2,530,691,188	246,962,819	(437,889,276)	114,191,233	2,453,955,963
PPR	611,620,850	304,408,620	(32,298,084)	65,399,410	949,130,797
	<u>3,142,312,038</u>	<u>551,371,439</u>	<u>(470,187,360)</u>	<u>179,590,643</u>	<u>3,403,086,760</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	55,576,333	3,465,088	(7,597,016)	135,271	51,579,676
PPR					
	<u>55,576,333</u>	<u>3,465,088</u>	<u>(7,597,016)</u>	<u>135,271</u>	<u>51,579,676</u>
	<u>3,197,888,372</u>	<u>554,836,527</u>	<u>(477,784,376)</u>	<u>179,725,914</u>	<u>3,454,666,437</u>

	2018				Montante gerido em 31-12-2018
	Montante gerido em 01-01-2018	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2,713,482,404	446,002,199	(564,939,819)	(63,853,596)	2,530,691,188
PPR	261,627,588	372,406,506	(19,177,046)	(3,236,198)	611,620,850
	<u>2,975,109,992</u>	<u>818,408,705</u>	<u>(584,116,864)</u>	<u>(67,089,793)</u>	<u>3,142,312,039</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	62,793,135	3,252,191	(10,632,900)	163,908	55,576,333
PPR	-	-	-	-	-
	<u>62,793,135</u>	<u>3,252,191</u>	<u>(10,632,900)</u>	<u>163,908</u>	<u>55,576,333</u>
	<u>3,037,903,126</u>	<u>821,660,895</u>	<u>(594,749,765)</u>	<u>(592,066)</u>	<u>3,197,888,372</u>

A 1 de janeiro de 2018 os saldos apresentados incluem os montantes provenientes da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A. (Ver Nota 1).

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2019 e 2018 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked*. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
Passivos subordinados		
Depósitos recebidos de resseguradores	110,950	563,923
Unidade de Negócio detida para venda	-	318,009
	<u>110,950</u>	<u>245,915</u>
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias	-	56,745,000
Prestações acessórias – Pendentes de liquidação	-	402,085
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i>)	6,233,348	5,628,258
Descobertos em depósitos à ordem (produtos <i>unit-linked</i>)	2	409,561
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i>)	16,846,623	15,723,996
Outros	8,037,213	6,126,877
	<u>31,117,185</u>	<u>85,035,777</u>
	<u>31,228,136</u>	<u>85,281,691</u>

Prestações acessórias

A Companhia deteve até 2015 um conjunto de produtos *unit-linked* sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afetados.

A Companhia recebeu do acionista único 85.000.000 euros em prestações acessórias (que podiam ir até ao montante máximo de 100.000.000 euros). A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 euros na aquisição de três obrigações com cupões variáveis, CXGD Float 09/49, CXGD Float 06/49 e BPI Cap Fin Float 49. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um *swap* de taxa de juro em que pagou juro variável e recebeu fixo. Em junho de 2014, a Companhia trocou as obrigações do BPI Capital Finance por 12.175.325 ações do Banco BPI, S.A., tendo alienado ao Banco Santander Totta, S.A. os títulos recebidos pelo montante de 21.501.622 euros. Em 31 de dezembro de 2015, este montante em conjunto com o valor remanescente das prestações acessórias estava aplicado em depósitos cujo valor ascendia a 22.358.310 euros.

O rendimento destes investimentos esteve até julho de 2015, a ser atribuído às carteiras dos produtos *unit-linked* particularmente afetados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

No contrato foi celebrado que a Companhia reembolsará o acionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida em que não o seja, reembolsará o acionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações.

Em maio de 2016, a Companhia procedeu ao reembolso parcial no valor de 22.010.024 euros, das prestações acessórias recebidas do acionista único.

No dia 22 de fevereiro de 2019 foi comunicado por parte da Caixa Geral de Depósitos, emissora das perpetuidades que ainda se encontram em carteira a representar as prestações acessórias, em 31 de dezembro de 2018, o acionamento das opções de compra previstas para os títulos em questão. A data efetiva do acionamento das opções foi o dia 28 de março para o título CXGD Float 06/49 e o dia 29 de março no caso do CXGD Float 49-15. Ambos os títulos foram reembolsados ao par. Após o recebimento, a Companhia reembolsou ao acionista único, o montante total pendente das prestações acessórias no valor de 62.989.976 euros, tendo nesse momento registado um ganho de 9.760.024 euros, reconhecido na rubrica "Ganhos líquidos e ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" da Conta de Ganhos e Perdas (ver nota 27), pelo montante excedente recebido do reembolso dos títulos (72.750.000 euros).

Em 31 de dezembro de 2018, o movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

	<u>2018</u>
Prestações acessórias obtidas	85,000,000
Menos-valias nas obrigações	(6,244,976)
Mais-valias nos swaps	-
Prestações acessórias devolvidas	<u>(22,010,024)</u>
Prestações acessórias exigíveis	<u>56,745,000</u>
Prestações acessórias - Pendentes de liquidação	<u>402,085</u>
	<u><u>57,147,085</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>
Títulos de dívida	56,745,000
Depósitos à ordem	402,085
	<u>57,147,085</u>

Os restantes 'Outros passivos financeiros', resultantes igualmente do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	10,945,427	13,414,155
Tomadores de seguro	44,807	265,923
	<u>10,990,234</u>	<u>13,680,078</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	1,057,160
	<u>10,990,234</u>	<u>12,622,918</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>3,767,702</u>	<u>6,402,364</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	1,395,183
	<u>3,767,702</u>	<u>5,007,181</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	4,997,682	4,247,731
Outros credores	610,518	8,447,343
Outros fornecedores	290,325	853,429
	<u>5,898,525</u>	<u>13,548,504</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	100,269
	<u>5,898,525</u>	<u>13,448,235</u>
	<u>20,656,461</u>	<u>31,078,333</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2019 e ao 4º trimestre de 2018, respetivamente, as quais foram regularizadas em 2020 e em 2019.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019	2018
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	30
	-	30
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(5,992,887)	(1,793,086)
Outros impostos a pagar	(1,397,348)	(1,757,112)
	(7,390,235)	(3,550,198)
Total de impostos correntes	(7,390,235)	(3,550,168)
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>1,572,670</u>	<u>1,558,408</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>(222,217)</u>	<u>(593)</u>
Total de impostos diferidos	1,350,453	1,557,815

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	2019	2018
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Coleta	(6,241,892)	(2,346,942)
Derrama municipal e estadual	(1,737,014)	(979,617)
Tributações autônomas	-	-
Outros	402,792	413,232
Consolidação fiscal	980,000	882,978
Pagamentos por conta	603,228	237,263
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	(5,992,887)	(1,793,086)
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(847,881)	(996,386)
Outros impostos e taxas	(480,859)	(673,578)
Contribuições para a segurança social	(68,608)	(87,147)
	(1,397,348)	(1,757,112)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Reclassificação por outras rubricas de Balanco	Variação em		
			Capital Próprio	Resultados	
Ativos por impostos diferidos					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(72,097)	72,097			-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,629,712			(57,731)	1,571,981
Outros	793			(104)	689
	<u>1,558,408</u>	<u>72,097</u>	<u>-</u>	<u>(57,835)</u>	<u>1,572,670</u>
Passivos por impostos diferidos					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	-	(72,097)	(150,120)		(222,217)
	<u>-</u>	<u>(72,097)</u>	<u>(150,120)</u>	<u>-</u>	<u>(222,217)</u>
	2018				Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	Reclassificação por outras rubricas de Balanco	Variação em		
			Capital Próprio	Resultados	
Ativos por impostos diferidos					
De ativos financeiros disponíveis para venda:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(202,413)	-	130,316	-	(72,097)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,038,718		-	590,994	1,629,712
Prejuízos fiscais reportáveis	1,447,973	(1,447,973)		-	-
Outros	200				793
	<u>2,284,478</u>	<u>(1,447,973)</u>	<u>130,316</u>	<u>590,994</u>	<u>1,558,408</u>

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2019	2018
Impostos correntes	6,699,379	2,224,977
Impostos diferidos	(1,298,951)	1,543,741
Total de impostos em ganhos e perdas	5,400,428	3,768,719
Resultado antes de impostos	30,944,945	21,525,555
Taxa efetiva de imposto	17.45%	17.51%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser demonstrada como segue:

	2019		2018	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		30,944,945		21,525,555
Imposto apurado com base na taxa nominal	21.00%	6,498,438	21.00%	4,520,367
Derramas	5.61%	1,737,014	4.55%	979,617
Utilização de prejuízos fiscais	0.00%	-	6.73%	(1,447,973)
Tributações autónomas	0.00%	-	0.00%	-
Outras diferenças permanentes	1.80%	(556,074)	2.58%	(555,011)
Outros	3.17%	(980,000)	4.45%	(1,176,253)
Impostos diferidos	4.20%	(1,298,951)		
Efeito da anulação do Ativo por Imposto Diferido	0.00%	-	6.73%	1,447,973
Carga de imposto sobre o rendimento do período	17.45%	5,400,428	17.51%	3,768,719

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2019 e 2018 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados:
 - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;
 - Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
 - Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;

- Maior do que 35.000.000 euros - 9%.

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 23,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

No exercício de 2015, a Companhia apurou prejuízo fiscal no montante de 17.552.611 euros, tendo registado o correspondente ativo por imposto diferido, à taxa de 21%, no valor de 3.668.048 euros, os quais foram totalmente utilizados no exercício de 2018 e no exercício de 2017.

Em resultado da inspeção tributária realizada aos exercícios de 2006 e 2007, a Companhia recebeu liquidações adicionais de IRC nos montantes de 430.891 euros e 89.451 euros, respetivamente. Por não concordar com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais, a STS decidiu proceder à impugnação judicial destas liquidações e à prestação das correspondentes garantias bancárias no valor de 325.524 euros e 84.444 euros, tendo liquidado o remanescente imposto. Estes montantes encontravam-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2012. Em 2013, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas, a Companhia procedeu à liquidação dos mesmos, tendo procedido ao levantamento das garantias bancárias prestadas, mantendo-se, no entanto, a decorrer o processo judicial.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013, doze anos para os exercícios de 2014 a 2016 e cinco anos para os exercícios de 2017 e 2018). Deste modo, as declarações fiscais da STS dos exercícios de 2015 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Grupo Santander Totta aplica desde o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que viera a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta,

SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, BST, Santander Totta Seguros e TottaUrbe - sociedades dominadas.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de "Outras provisões" e "Ajustamentos a contas do ativo" foi o seguinte:

	2019				Saldos em 31-12-2019
	Saldos em 31-12-2018	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	149,231	76,263	-	-	225,494
	<u>149,231</u>	<u>76,263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>225,494</u>
Ajustamento em outras contas a receber	685,126	-	-	-	685,126
	<u>685,126</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>685,126</u>
Outras provisões	5,003,425		(218,066)	(28,451)	4,756,908
	<u>5,837,782</u>	<u>76,263</u>	<u>(218,066)</u>	<u>(28,451)</u>	<u>5,667,528</u>

	2018				Saldos em 31-12-2018
	Saldos em 31-12-2017	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	129,585	19,646	-	-	149,231
	<u>129,585</u>	<u>19,646</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>149,231</u>
Ajustamento em outras contas a receber	685,126	-	-	-	685,126
	<u>685,126</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>685,126</u>
Outras provisões	6,671,129	218,066	(581,931)	(1,303,839)	5,003,425
	<u>7,485,840</u>	<u>237,712</u>	<u>(581,931)</u>	<u>(1,303,839)</u>	<u>5,837,782</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outras provisões" destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui as provisões necessárias para fazer face às responsabilidades relacionadas com o tratado de resseguro celebrado em julho de 2012 com a Abbey Life Assurance Company Limited, e ainda quaisquer outros encargos relacionados com a carteira ressegurada e que possam não ser recuperáveis junto do ressegurador, nomeadamente participações nos resultados de seguro direto.

As provisões registadas na rubrica "Outras provisões" são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	55,189,300	30,428,190
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>(44,821,103)</u>	<u>(25,997,395)</u>
	<u>10,368,197</u>	<u>4,430,795</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	<u>(2,420,023)</u>	<u>(936,416)</u>
Reserva legal	<u>36,273,563</u>	<u>34,497,880</u>
Outras reservas	<u>2,476,709</u>	<u>2,476,709</u>
Resultados transitados	<u>21,379,432</u>	<u>5,398,280</u>

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outras reservas” inclui a reserva de fusão no âmbito da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., no montante de 2.455.094 euros.

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de Setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2019	2018
Resultado líquido do período	25,544,516	17,756,836
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47,250,000	47,250,000
Resultados básicos por ação	0.54	0.38

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e 2018, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	88,351,861	(76,120,649)	12,231,211	98,784,993	(84,190,067)	14,594,926
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	29,362,592	-	29,362,592	74,909,744	-	74,909,744
	<u>117,714,453</u>	<u>(76,120,649)</u>	<u>41,593,803</u>	<u>173,694,737</u>	<u>(84,190,067)</u>	<u>89,504,670</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	227,358	(223,504)	3,854	223,588	(219,950)	3,638
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	<u>227,358</u>	<u>(223,504)</u>	<u>3,854</u>	<u>223,588</u>	<u>(219,950)</u>	<u>3,638</u>
	<u>117,941,810</u>	<u>(76,344,153)</u>	<u>41,597,657</u>	<u>173,918,325</u>	<u>(84,410,016)</u>	<u>89,508,309</u>
Ramo não Vida						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>117,941,810</u>	<u>(76,344,153)</u>	<u>41,597,657</u>	<u>173,918,325</u>	<u>(84,410,016)</u>	<u>89,508,309</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica "Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido", inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 68.717.263 euros e de 73.712.089 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2019 e 2018, os prêmios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prêmios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	64,598,662	115,719,622
Relativos a contratos de grupo	<u>53,115,791</u>	<u>57,975,115</u>
	<u>117,714,453</u>	<u>173,694,737</u>
Periódicos	112,136,311	130,499,198
Não periódicos	<u>5,578,142</u>	<u>43,195,539</u>
	<u>117,714,453</u>	<u>173,694,737</u>
De contratos sem participação nos resultados	81,514,356	90,480,968
De contratos com participação nos resultados	<u>36,200,097</u>	<u>83,213,769</u>
	<u>117,714,453</u>	<u>173,694,737</u>

20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2019 e 2018, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contábilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	7,032	7,604
EUROVIDA Rendimento	<u>245,858</u>	<u>186,880</u>
	<u>252,890</u>	<u>194,484</u>
Unit-linked		
Poupança Rendimento Vida	8,136,132	10,657,669
Seguro Investimento	4,822,865	6,332,567
Super Rendimento Seguro	43,791	-
Seguro Poupança Segura PPR	1,608,807	1,329,813
Fundos Santander	10,194,235	7,586,328
EUROVIDA PPR	1,184,835	1,506,688
EUROVIDA INVESTE 2023	<u>2,630,106</u>	<u>3,270,098</u>
	<u>28,620,770</u>	<u>30,683,164</u>
	<u>28,873,660</u>	<u>30,877,648</u>

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão; (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, e (iii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões <i>Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	26,202,896	25,531,258
Comissões de resgate	696,402	646,423
Comissões <i>upfront</i>	1,721,471	4,505,483
	<u>28,620,770</u>	<u>30,683,164</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	29,260,824	31,613,571
Custos imputados (Nota 22)	274,436	1,794,405
Outros custos de aquisição	178,446	167,159
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	18,406,323	20,634,390
Custos imputados (Nota 22)	1,744,728	1,117,036
De Fundos de Pensões		
Custos imputados	363,344	97,744
	<u>50,228,102</u>	<u>55,424,305</u>
Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>13,337</u>	<u>62,129</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>5,255,571</u>	<u>6,229,456</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(27,011,764)	(29,125,537)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(536,710)	(29,803)
	<u>(27,548,474)</u>	<u>(29,155,340)</u>
	<u>27,948,537</u>	<u>32,560,550</u>

Em 2019 e 2018, foram registadas na rubrica "Comissões do ramo vida" as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 25.287.581 euros e 25.763.649 euros, respetivamente (Nota 11).

22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2019 e 2018, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	2019	2018
Gastos com o pessoal (Nota 23)	3,528,139	4,124,917
Fornecimentos e serviços externos:		
Gastos com informática	2,277,342	2,069,343
Consultoria e assessoria	1,502,854	1,878,374
Comunicações	357,452	576,936
Rendas e alugueres (Nota 31)	167,967	243,588
Gastos com cobrança de prémios	4,625	118,059
Gastos com trabalho independente	90,821	102,575
Quotizações	96,926	84,778
Arquivo	66,382	60,041
Livros e documentação técnica	2,266	58,531
Deslocações e estadas	30,264	19,978
Impressos	12,927	23,321
Material de escritório	2,231	18,900
Trabalhos especializados	37,854	91,142
Outros	47,402	117,333
	<u>4,697,312</u>	<u>5,462,898</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	<u>4,184,262</u>	<u>3,120,434</u>
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	48,855	64,580
Ativos intangíveis	315,850	422,306
	<u>364,705</u>	<u>486,885</u>
Impostos e taxas	<u>335,099</u>	<u>493,536</u>
Juros suportados de depósitos de resseguradores	<u>12</u>	<u>16</u>
	<u>13,109,529</u>	<u>13,688,686</u>
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	2019	2018
Custos administrativos (Nota 21)	5,497,579	6,229,456
Custos de aquisição (Nota 21)	2,019,165	2,911,441
Custos com investimentos (Nota 26)	3,821,538	3,007,294
Custos com sinistros	1,407,903	1,442,751
A gestão de fundos de pensões	363,344	97,744
	<u>13,109,529</u>	<u>13,688,686</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, parte dos saldos das rubricas "Gastos com informática" e "Consultoria e assessoria" dizem respeito à prestação de serviços informáticos, faturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 721,821 euros e 1.102.416 euros, respetivamente (Nota 31).

A rubrica "Impostos e taxas" diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	722,142	725,210
Do pessoal	<u>2,001,668</u>	<u>2,311,415</u>
	<u>2,723,810</u>	<u>3,036,625</u>
Encargos sobre remunerações	<u>517,748</u>	<u>678,859</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	36,711	70,744
Outros benefícios a longo prazo	(90,918)	219,299
Outros gastos com pessoal	<u>340,788</u>	<u>119,389</u>
	<u>3,528,139</u>	<u>4,124,917</u>

A rubrica "Remunerações – Dos órgãos sociais" inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica "Remunerações – Do pessoal" inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2019 e 2018 e a pagar em 2020 e 2019, nos montantes de 327.081 euros e 231,519 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica "Outros benefícios a longo prazo".

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2019 e 2018, por categoria profissional, foi o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dirigentes executivos	2	3
Quadros superiores	5	13
Quadros médios	7	11
Profissionais altamente qualificados	15	7
Profissionais qualificados	14	26
	<u>43</u>	<u>60</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 43 e 60, respetivamente.

A redução registada no número de trabalhadores foi originada essencialmente pela transferência de 17 colaboradores para a Aegon Vida em resultado da concretização em 2019 da venda do ramo autónomo de negócio, conforme referido na nota 1 e 36.

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2019 e 2018, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis nos anos de 2019 e 2018, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 416,142 euros e 411.210 euros para as fixas e de 306.000 euros e 314,000 euros para as variáveis.

As remunerações fixas de 2019 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Nome	2019
Manuela Vieira Marinho	63,542
Pedro Brandão Melo Castro	66,935
Nuno Miguel Frias Costa	203,984
Maria Cristina M.B. De Melo Antunes	9,181
	343,642

Conselho Fiscal

Nome	2019
José Luís Areal Alves Cunha	32,500
António Baia Engana	20,000
Maria Manuela Lourenço	20,000
José Duarte Assunção Dias	
	72,500

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2019, é a que consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2019	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações retida por um ano
Nuno Miguel Frias Costa	30,000	31,932
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	26,400	28,099
Manuela Vieira Marinho	-	-
Pedro Brandão Melo Castro	-	-
	56,400	60,031

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 15.367 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, são as que constam do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2019					
	Parcela Pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Nuno Miguel Frias Costa	6,667	6,667	6,667	1,817	1,817	1,816
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	5,867	5,867	5,867	1,599	1,599	1,598
	12,533	12,533	12,533	3,416	3,416	3,414

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2018, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2018 entregue em Fevereiro 2020		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Pedro Brandão Melo Castro	17	4,000	3,637
Nuno Miguel Frias Costa	64	15,133	13,755
	80	19,133	17,392

O valor das ações corresponde a 4.452 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 3.9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2018			
	2021		2022	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	931	4,000	930
Nuno Miguel Frias Costa	15,133	3,521	15,133	3,521
	19,133	4,452	19,133	4,451

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2017, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2017 entregue em Fevereiro 2019		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	51	4,713	3,086
Manuela Vieira Marinho	36	3,333	2,184
Pedro Brandão Melo Castro	43	4,000	2,621
Nuno Miguel Frias Costa	183	16,800	11,005
	314	28,847	18,896

O valor das ações corresponde a 4.837 ações do Banco Santander S.A., das quais 790 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 3,9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2017	
	2020	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Jorge Filipe Alves Gaspar	4,713	791
Manuela Vieira Marinho	3,333	559
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	670
Nuno Miguel Frias Costa	16,800	2,818
	28,847	4,838

Na presente data foram pagos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2016, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte, não existindo diferido qualquer valor:

Nome	Prémio de desempenho de 2016 entregue em Fevereiro 2019		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	522	4,333	3,375
Manuela Vieira Marinho	321	2,667	2,074
	843	7,000	5,450

O valor das ações corresponde a 1.375 ações do Banco Santander S.A., das quais 51 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 3.9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 229.389 Euros (2018: 225.459 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 153.350 Euros (2018: 150.724 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 76.039 Euros (2018: 74.735 Euros)). Do referido montante de honorários, 70.418 Euro foram faturados em 2019.

24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.^a-A, n.º1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 36,711 euros e 70.744 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

No exercício de 2019, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2019		
	Juros	Unidades de participação	Total
Ramo vida:			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	72,385,311	3,503,135	75,888,446
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	11,748,192	-	11,748,192
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,810,324	-	1,810,324
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2,478	-	2,478
Outros ativos	38,913	-	38,913
	<u>85,985,218</u>	<u>3,503,135</u>	<u>89,488,353</u>
Não técnica:			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5,412,366	-	5,412,366
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	487,410	-	487,410
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	185,557	-	185,557
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,170	-	1,170
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1,662	-	1,662
Outros ativos	-	-	-
	<u>6,088,166</u>	<u>-</u>	<u>6,088,166</u>
	<u>92,073,383</u>	<u>3,503,135</u>	<u>95,576,518</u>

No exercício de 2018, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2018		
	Juros	Unidades de participação	Total
Ramo vida:			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	78,654,363	9,194,787	87,849,150
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12,010,637	-	12,010,637
Empréstimos concedidos e contas a receber	2,299,463	-	2,299,463
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(1,216)	-	(1,216)
Outros ativos	557,662	-	557,662
	<u>93,520,909</u>	<u>9,194,787</u>	<u>102,715,696</u>
Não técnica:			
Terrenos e edifícios	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2,973,821	-	2,973,821
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,218,694	-	1,218,694
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	456,498	-	456,498
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,402	-	1,402
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2,489	-	2,489
Outros ativos	-	-	-
	<u>4,652,904</u>	<u>-</u>	<u>4,652,904</u>
	<u>98,173,813</u>	<u>9,194,787</u>	<u>107,368,600</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de "Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos", corresponde aos dividendos pagos pela Aegon Santander Portugal, referentes aos anos de 2018 e 2017, respetivamente.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	3,821,538	-	3,821,538	2,952,226	55,068	3,007,294
Juros de interest rate swaps:						
Produtos <i>unit-linked</i>	8,046,518	-	8,046,518	5,031,849	-	5,031,849
De outros passivos financeiros:						
Comissões	-	328,236	328,236	-	517,255	517,255
Juros de mora	-	0	0	-	368	368
	<u>11,868,057</u>	<u>328,236</u>	<u>12,196,293</u>	<u>7,984,075</u>	<u>572,691</u>	<u>8,556,765</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica "De outros passivos financeiros - Comissões" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral

prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11).

27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2019 e 2018, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	1,086,551	9,188,659
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	(379,781)	(161,180)
Outros (Nota 36)	5,816,488	
	<u>6,523,259</u>	<u>9,027,479</u>
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	24,544,824	(8,867,683)
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	125,928,640	(110,688,596)
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	(209,137,466)	35,029,283
Outros	(1,287)	-
	<u>(58,665,289)</u>	<u>(84,526,996)</u>

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2019 e 2018, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	68,032,982	(57,586,292)	10,446,690	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e per	15,652,414	(11,318,376)	4,334,038	3,637,417	(14,229,840)	(10,592,422)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1,087,628	(774)	1,086,855	665,435	(352,751)	312,685
De outros	1	(393)	(392)	-	-	-
	<u>84,773,024</u>	<u>(68,905,442)</u>	<u>15,867,582</u>	<u>4,302,853</u>	<u>(14,582,590)</u>	<u>(10,279,737)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e per	9,764,008	-	9,764,008	1,726,251	(1,512)	1,724,739
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	88	-	88	287,179	(118,663)	168,516
De outros	-	-	-	8,707,458	-	8,707,458
	<u>9,764,097</u>	<u>-</u>	<u>9,764,097</u>	<u>10,720,888</u>	<u>(120,175)</u>	<u>10,600,713</u>
	<u>94,537,121</u>	<u>(68,905,442)</u>	<u>25,631,679</u>	<u>15,023,741</u>	<u>(14,702,765)</u>	<u>320,976</u>

No exercício de 2018, encontra-se registado um montante de cerca de 9 milhões de Euros, na "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De outros", respeitante à mais-valia decorrente do ajuste ao preço de venda inicial das participações de 51% da Aegon Vida e da Aegon Não Vida, refletindo a revisão do plano de negócio contratado, em consequência do incremento significativo da base de clientes após aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., da carteira de ativos do Banco Popular (Nota 5).

27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2019 e 2018, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	379,356,830	(253,428,190)	125,928,640	118,529,739	(228,997,849)	(110,468,110)
	<u>379,356,830</u>	<u>(253,428,190)</u>	<u>125,928,640</u>	<u>118,529,739</u>	<u>(228,997,849)</u>	<u>(110,468,110)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	66,934	(66,934)	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				(108,634)	(111,852)	(220,486)
	<u>66,934</u>	<u>(66,934)</u>	<u>-</u>	<u>(108,634)</u>	<u>(111,852)</u>	<u>(220,486)</u>
	<u>379,423,764</u>	<u>(253,495,124)</u>	<u>125,928,640</u>	<u>118,421,105</u>	<u>(229,109,701)</u>	<u>(110,688,596)</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2019 e 2018, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(210,429,518)	(16,587,442)
Variações negativas dos passivos financeiros	1,292,052	51,616,725
	<u>(209,137,466)</u>	<u>35,029,283</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	28,620,770	30,683,164
Utilização de "Outras provisões"		-
Outros	926,053	884,257
	<u>(179,590,643)</u>	<u>66,596,704</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(379,781)	(161,180)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	252,890	194,484
Outros	(8,380)	-
	<u>(135,271)</u>	<u>33,304</u>
	<u>(179,725,914)</u>	<u>66,630,008</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2019 e 2018, a rubrica apresenta resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, libras esterlinas, francos suíços, reais brasileiros e coroas dinamarquesas. Todos os instrumentos encontram-se afetos a produtos *unit-linked* ou à carteira de investimentos livres.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2019 e 2018, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(284,686)	(523,686)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(543)	(593)
Bonificação por resgates e anulações	907,412	884,650
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	4,919	10,090
	<u>627,101</u>	<u>370,461</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2019 e 2018, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	(5,651)	(100,873)
Custos por riscos operacionais	(8,976)	(28,590)
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	29,617	(83,606)
Outros	518,109	46,984
	<u>533,099</u>	<u>(166,084)</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2019 e 2018, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo da Companhia	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Nuno Miguel Frias Costa	
Manuela Vieira Marinho ⁽¹⁾	
Pedro Brandão Melo Castro ⁽¹⁾	
Francisco Del Cura Ayuso	
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes ⁽²⁾	
Membros da Comissão Executiva	
Nuno Miguel Frias Costa	
Manuela Vieira Marinho	
Pedro Brandão Melo Castro	
Membros do Conselho Fiscal	
José Luis Areal Alves da Cunha	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

⁽¹⁾ - até ao final do respetivo mandato 2016-2018

⁽²⁾ - Nomeada em Assembleia Geral de 11.11.2019, autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 30.10.2019

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 2 de Janeiro de 2016, a Companhia aderiu ao Agrupamento Santander Tecnología y Operaciones, A.E.I.E. mediante aprovação da Assembleia Geral do Agrupamento realizada a essa data e escritura de aceitação de novo membro de 29 de Janeiro de 2016, pelo que a partir desta data os serviços de tecnologia e operações especializados centralizados em Espanha, passaram a ser prestados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo

os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2019													Total	
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GESBAN	Santander Global Operations	Santander Global Tech	Santander Tecnologia	GEOBAN	AEE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida		POPULAR SEGUROS
Ativo															
Depósitos à ordem	309,053,948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	296,062,532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	7,500,000	21,808,000
Ativos intangíveis	257,748	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257,748
Contas a receber	1,935,678	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,935,678
Total do Ativo	609,329,907	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	7,500,000	631,137,907
Passivo															
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(10,799,515)	(286,377)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11,085,893)
Total do Passivo	(10,799,515)	(286,377)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11,085,893)
Ganhos e perdas															
Juros de depósitos à ordem	9,789	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,789
Juros de depósitos a prazo	10,430,376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,430,376
Comissões de mediação	(45,450,452)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45,450,452)
Comissões de gestão	-	(3,003,861)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,003,861)
Cobrança prémios e outros (Bapop)	(8,958)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8,958)
Comissões de liquidação	(291,622)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291,622)
Comissões de custódia	(794,201)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(794,201)
Comissões de penalização de resgate	(285,985)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(285,985)
Prestação de serviços	(282,494)	-	-	-	-	-	(216,240)	(48,574)	(127,716)	-	-	(48,797)	-	-	(721,821)
Renda escritório	(97,325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(97,325)
Participação nos resultados	(0)	-	-	(112)	(227)	(103)	-	-	-	-	-	-	-	-	(442)
Comissões por colaterais prestados	(328,236)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(328,236)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(6,996,906)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6,996,906)
Total de Ganhos e Perdas	(44,088,056)	(3,003,861)	-	(112)	(227)	(103)	(216,240)	(48,574)	(127,716)	-	-	(48,797)	-	-	(47,531,685)

	2018													Total	
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GESBAN	Santander Global Tech	Santander Tecnologia	GEOBAN	AEE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	POPULAR SEGUROS		
Ativo															
Depósitos à ordem	194,631,024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194,631,024
Depósitos a prazo	257,505,077	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257,505,077
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	7,500,000	21,808,000
Ativos intangíveis	257,748	-	-	21,479	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	279,227
Contas a receber	2,145,081	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,145,081
Total do Ativo	454,538,930	-	-	21,479	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	7,500,000	476,368,409
Passivo															
Passivos Financeiros	-	-	57,147,085	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57,147,085
Contas a pagar	(13,544,880)	(465,595)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14,010,475)
Total do Passivo	(13,544,880)	(465,595)	57,147,085	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,136,610
Ganhos e perdas															
Juros de depósitos à ordem	(6,020)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6,020)
Juros de depósitos a prazo	15,664,946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,664,946
Comissões de mediação	(49,865,503)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49,865,503)
Comissões de gestão	-	(2,069,036)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,069,036)
Cobrança prémios e outros (Bapop)	(116,396)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116,396)
Comissões de liquidação	(110,252)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(110,252)
Comissões de custódia	(922,626)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(922,626)
Comissões de penalização de resgate	(231,145)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(231,145)
Prestação de serviços	(278,490)	-	-	-	-	-	(132,154)	(213,144)	(483,851)	5,223	-	-	-	-	(1,102,416)
Renda escritório	(148,525)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(148,525)
Participação nos resultados	(2,971)	-	-	(112)	(227)	(134)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,444)
Comissões por colaterais prestados	(517,255)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(517,255)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(2,443,591)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,443,591)
Total de Ganhos e Perdas	(38,977,818)	(2,069,036)	-	(112)	(227)	(134)	(132,154)	(213,144)	(483,851)	5,223	-	-	-	-	(41,871,253)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2019		2018	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	13,844,925	105,448	14,769,603	108,807
Santander Internacional Debt, S.A.	-	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	12,372,807	23,182	4,008,812	22,706
Santander Issuances, S.A.	-	-	-	-
Banco Santander, S.A.	1,007,780	15,352	623,575	15,070
Santander Consumer Bank	3,044,040	4,672	2,469,625	3,853
	30,269,552	148,654	21,871,615	150,435

Nos exercícios de 2019 e 2018, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2019			2018		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	124,373	3,462	154,119	159,872	22,342	(30,238)
Santander Internacional Debt, S.A.				21,291	22,710	-
Banco Santander Totta, S.A.	64,514	3,462	136,996	63,129	-	(5,985)
Santander Issuances, S.A.				8,973	18,855	-
Banco Santander, S.A.	26,704	(186)	(1,105)	39,425	-	9,841
	22,539	-	71,161	20,507	368	(25,874)
	238,129	6,738	361,171	313,197	64,275	(52,256)

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2019				
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem					316,261,912
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e per	3,016,450,160	2,958,436,951	33,261,265	24,751,944	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	725,007,133	724,259,232	747,901		
Empréstimos concedidos e contas a receber					272,832,983
Ativos financeiros	3,741,457,293	3,682,696,183	34,009,166	24,751,944	272,832,983
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,403,086,761		3,403,086,761		51,579,676
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias					
Outros passivos financeiros - Restantes	31,228,137			31,228,137	
	20,656,461			20,656,461	
Passivos financeiros	3,434,314,897	-	3,403,086,761	31,228,137	51,579,676

	2018				
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e per	3,080,243,434	2,781,996,155	259,014,596	39,232,683	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	748,779,928	748,023,702	756,226	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	69,415,589
Ativos financeiros	3,829,023,362	3,530,019,857	259,770,822	39,232,683	69,415,589
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,142,312,039	-	3,142,312,039	-	55,576,333
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	56,745,000	-	56,745,000	-	-
Outros passivos financeiros - Restantes	15,723,996	-	-	15,723,996	12,812,700
Passivos financeiros	3,214,781,034	-	3,199,057,039	15,723,996	68,389,033

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Durante o exercício de 2019 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	Saldo em 31-12-2018	Liquidações	Aquisições	Varição justo valor	Saldo em 31-12-2019
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	39,232,683	-29,722,495	839,454	14,402,302	24,751,944

Durante o exercício de 2018 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas - Nível 3

	2017 - 2018			
	Saldo em 01-01-2018*	Liquidações	Varição Justo Valor	Saldo em 31-12-2018
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	33,546,244	654,958	5,031,480,93	39,232,683

Os saldos a 01-01-2018 já incorporam os ativos provenientes da ex-Eurovida.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentado como segue:

2019			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	270,717,218	270,717,218	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	2,115,765	2,131,403	2
Ativos financeiros	274,948,748	272,848,621	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	51,579,676	51,579,676	2
Passivos financeiros	51,579,676	51,579,676	
2018			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	67,193,553	67,193,553	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Empréstimos concedidos	2,222,036	2,205,123	2
Ativos financeiros	69,415,589	69,398,675	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	55,576,333	55,576,333	2
Passivos financeiros	55,576,333	55,576,333	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a epidemia do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19, uma emergência de saúde pública de nível internacional. Este facto poderá ter especiais consequências ao nível do setor segurador mundial e igualmente português. À data de aprovação das demonstrações financeiras não é ainda possível antecipar ou concretizar as exatas consequências desta situação para a Companhia, não colocando a mesma, contudo, em causa a continuidade das suas operações.

34. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável ("Earn Out") a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025. Considerando que as avaliações realizadas pela consultora externa (Willis Towers Watson) às Companhias Aegon Vida e Aegon Não Vida, com referência a 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 apresentam valores superiores aos que estão definidos contratualmente, o referido montante traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

35. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação

financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2019 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia em 2020.

36. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme apresentado na nota 5, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reclassificou a sua participação financeira de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. da rubrica de "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" para a rubrica de "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" pelo montante de 7.500.000 euros, por se considerar reunidas as condições previstas na IFRS 5, conforme detalhado abaixo. Na referida reclassificação não registou qualquer alteração no montante registado contabilisticamente.

- a Gestão está empenhada no plano de venda de parte ou da totalidade da participação financeira, existindo em curso um programa ativo para localizar um comprador e concluir o plano, a um preço razoável em relação ao respetivo justo valor;
- é expectável que o processo de alienação da participação financeira seja concluído até um ano a partir da data da classificação em "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas";
- os ativos e passivos encontram-se disponíveis para alienação;
- o valor escriturado irá ser recuperado através da operação de alienação e não pelo uso contínuo.

Ver mais detalhes da participação financeira na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. na nota 5.

Adicionalmente, no dia 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um acordo ("*signing*") entre a Companhia, a Aegon Espanha ("AE") e Aegon Vida ("AEV") para a transferência de uma Unidade de Negócio ("UN") da primeira entidade para esta última. Esta Unidade de Negócio faz parte das carteiras de vida risco absorvidas pela Companhia aquando da fusão por incorporação da Eurovida.

O *signing* equipara-se a um contrato promessa de compra e venda, visto que o mesmo contempla condições precedentes que devem ser observadas de forma a que o negócio seja devidamente concluído e haja a efetiva transferência da Unidade de Negócio para a AEV ("*closing*"). As condições precedentes existentes no contrato são as seguintes:

- Conclusão da migração tecnológica das carteiras para a AEV, de forma a que esta tenha o total controlo sobre as mesmas;
- Consentimento das contrapartes com quem a Companhia, por via da ex-Eurovida, detém acordos de resseguro, para a transferência das carteiras para a AEV;
- Consentimento das contrapartes com quem a Companhia, por via da ex-Eurovida, detém acordos de prestação de serviços, para a transferência das carteiras para a AEV; e
- Aprovação do negócio por parte do regulador (ASF).

Como prova de boa-fé por parte da AEV, foi feito um adiantamento no valor de 7.843.137€, correspondente ao justo valor da Unidade de Negócio a 1 de novembro de 2018, data de referência utilizada para o efeito. Aquando da assinatura do *closing* será recalculado o novo justo valor da Unidade de Negócio a esta data, de forma a ser determinado o acerto no preço de compra e apurado o valor final da mais-valia a registar pela STS.

A operação descrita anteriormente foi tratada no âmbito da IFRS 5 (pontos 5, 6 e 7), visto cumprir os seguintes requisitos:

- os valores escriturados virem a ser recuperados através da operação de alienação e não pelo uso contínuo dos ativos e passivos subjacentes;
- os ativos e passivos encontram-se disponíveis para alienação, sendo que a sua transferência está condicionada à verificação de cláusulas consideradas como normais para o tipo de operação em causa, onde se considera como pouco provável que qualquer uma destas não seja verificada;
- a Gestão delineou um plano com a respetiva contraparte para o cumprimento das condições previstas no *signing*, de forma a garantir a venda efetiva dos ativos e passivos em causa nos prazos previstos.

No seguimento do descrito no parágrafo anterior, a Companhia efetuou a reclassificação contabilística de todos os ativos e passivos afetos a esta Unidade Autónoma de Negócio para as alinhas de "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" e "Passivos de um grupo detidos para alienação classificados como detidos para venda", respetivamente.

Dado que os ativos e passivos a serem alienados não representam parte significativa de um segmento de negócio, os rendimentos e gastos afetos aos mesmos não sofreram qualquer

reclassificação ao nível da conta de ganhos e perdas, desde a data do *signing* até 31 de dezembro de 2018.

O detalhe da referida reclassificação, realizada em 2018, apresenta-se como segue:

Rubrica	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5,403,465
Provisão matemática do ramo vida	10,857,801
Provisão para sinistros	4,927,190
Ativo	
Provisão para participação nos resultados	1,985,577
Contas a receber por operações de seguro direto	316,951
Acréscimos e diferimentos	472,339
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	<u>23,963,323</u>
Provisão matemática do ramo vida (P)	11,984,419
Provisão para sinistros (P)	6,746,256
Provisão para participação nos resultados (P)	2,293,165
Depósitos recebidos de resseguradores	318,009
Passivo	
Contas a pagar por operações de seguro direto	1,057,160
Contas a pagar por outras operações de resseguro	1,395,183
Contas a pagar por outras operações	100,269
Acréscimos e diferimentos (P)	68,864
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	<u>23,963,323</u>

Em outubro de 2019 concretizou-se o *closing* do contrato tendo sido recalculado o novo justo valor da Unidade de Negócio à referida data, tendo o montante sido ajustado para 6.339.285 euros, em resultado da incorporação dos resultados gerados pela Unidade de Negócio desde a data do *signing* até à data do *closing*. Ao referido montante foram deduzidos os custos incorridos diretamente imputáveis à realização do negócio, no montante de 522.797 euros, tendo sido gerada uma mais valia de 5.816.488 euros no exercício de 2019, a qual se encontra apresentada na rubrica "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De outros" (ver nota 27).

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/19
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A
 Nº de identificação: 1156
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
PTPSE0AM0007	Popular Seguros	1.500.000	7.500.000		5,00	7.500.000	5,00	7.500.000
	sub-total	1.500.000	7.500.000			7.500.000		7.500.000
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	Aegon Santander Portugal Vida	3.675.000	3.675.000		2,24	8.232.000	2,24	8.232.000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3.675.000	3.675.000		1,85	6.076.000	1,85	6.076.000
	Popular Seguros Companhia de Seguros, S.A.							
	sub-total	7.350.000	7.350.000			14.308.000		14.308.000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTCPPOOE0004	Cred Predial Port 49	427.469.798	4.274.698	99,82	0,01	4.267.004	0,01	4.032.421
PTBSRLOM0029	BST Notes 2024	8.227	8.227.000	100,00	1.000,00	8.227.000	1.016,60	8.363.568
	sub-total	427.478.025	12.501.698			12.494.004		12.395.969
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	436.328.025	27.351.698			436.328.025		34.203.969
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0413900087	SANTAN 4% 7/4/20	5	500.000	111,04	111.039,00	555.195	104.075,89	520.379
XS1107291541	SANTAN 6 1/4 PERP	1	100.000	108,16	108.158,05	108.158	108.860,58	108.861
XS1413580579	SANSCF 1 05/26/21	28	2.800.000	101,90	101.897,47	2.853.129	102.229,99	2.862.415
XS1550951641	SANSCF 0 875 24/1/22	105	10.500.000	100,31	100.308,96	10.532.410	102.634,96	10.776.961
XS1692398069	SCBSER 0 75 17/10/22	30	3.000.000	99,87	99.873,82	2.998.215	101.623,74	3.048.712
XS1966025651	SANSCF 1 27/02/24	3	300.000	99,56	99.555,00	298.665	103.785,84	311.286
XS2083247915	SANTAN 0 3 04/10/26	4	400.000	96,78	99.779,00	399.116	98.972,95	385.892
	sub-total	176	17.600.000			17.742.888		18.022.217
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	176	17.600.000			17.742.888		18.022.217
	total	436.328.201	44.951.698			454.070.913		52.226.206
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
321201805230	MERIDIANO	13			12.772,50	168.043	12.148,45	157.930
PTBAF0AM0002	BANIF - NO	3.316.167			0,01	41.007	0,00	332
PTBCP0AM0015	BCP AM/BCP NOM	178.995			0,16	28.858	0,20	36.503
PTBES0AM0007	B. Esp. Santo, S.A.	307.621			0,33	100.686	0,00	31
PTBIG0AM0003	BANCO INVEST GLOBAL	885.250			0,77	681.524	0,77	681.524
PTCTI0AM0001	CTT Portugal SA	4.953			6,65	32.926	3,19	15.800
PTINADAP0008	Impa	47.715			0,41	19.475	0,04	1.556
PTPTCOAM0009	Pharol, SPGPS, SA	55.000			1,83	100.915	0,10	5.478
PTPTIOAM0006	The Navigator SA	508.734			4,19	2.130.936	3,59	1.825.338
PTZON0AM0006	NOS SGPS	2.371			7,56	17.934	4,80	11.381
	sub-total	5.307.819		0		3.320.304		2.736.272
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0		0		0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTXICEM0007	Explorer - II	56			20.453,15	1.146.303	5.888,12	330.001
PTYGALM0004	POPULAR GLOBAL 75	67.376			4,40	296.709	5,22	351.478
PTYGBLM0003	POPULAR GLOBAL 50	95.769			5,33	510.000	6,02	576.972
PTYGBLM0002	POPULAR GLOBAL 25	32.855			6,09	200.000	6,57	215.745
PTYGALM0005	POPULAR TESOURARIA	76.028			5,99	455.029	6,03	458.167
PTYSANHM0002	Sant Ao Europa CL C	5.430.690			4,58	24.846.650	5,25	28.526.946
PTYSACHM0001	Sant AsPortugal CL C	25.969			3,58	92.957	4,58	119.054
PTYSBHHM0017	Multiesouraria CL C	2.438.591			4,99	12.169.694	5,01	12.206.651
PTYSIAIE0008	Fundo Lusinvest	15.000			63,77	956.606	60,12	901.760
	sub-total	8.182.335		0		40.673.747		43.686.774
	2.1.1.4 - Outros							
	Fundo Comp. Trabalho	1.634			1,05	1.721	1,12	1.823
	sub-total	1.634		0		1.721		1.823
	sub-total	13.491.788		0		43.995.772		46.424.869
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	PGB 4 1% 04/15/37	278.000.000	2.780.000	105,69	0,01	2.938.090	0,02	4.215.760
PTOTAE0E0021	PGB 4 85% 25/10/2023	5.401.050.000	54.010.500	117,30	0,01	63.352.853	0,01	65.106.240
PTOTEB0E0020	PGB 4 1% 15/2/045	46.450.000	464.500	114,29	0,01	530.862	0,02	751.350
PTOTECO0E0029	OT 4 8% 15/06/2020	445.500.000	4.455.000	113,87	0,01	5.072.736	0,01	4.676.990
PTOTEKE0E0011	PGB 2 875% 15/10/25	25.345.397.734	253.453.977	97,40	0,01	246.851.689	0,01	295.675.797
PTOTEQOE00015	PGB 5 65% 15/2/24	14.271.770.000	142.717.700	117,86	0,01	168.204.086	0,01	183.753.926
PTOTERO0E0014	PGB 3 875% 15/2/30	868.700.000	8.687.000	114,30	0,01	9.929.449	0,01	11.881.406
PTOTESOE0013	PGB 2 2 17/10/22	6.097.800.000	60.976.000	99,81	0,01	60.861.547	0,01	65.600.926
PTOTEF0E0012	PGB 2 875 21/7/26	12.981.765.000	129.817.650	106,65	0,01	141.044.028	0,01	154.261.626
PTOTEL0E0019	PGB 4 125 14/4/27	2.440.700.000	24.407.000	108,85	0,01	26.567.960	0,01	31.899.917
PTOTEV0E0018	PGB 2 125 10/1/28	26.072.747.734	260.727.477	103,79	0,01	270.601.029	0,01	300.992.243
PTOTEWO0E0017	PGB 2 25 18/4/34	236.200.000	2.362.000	116,20	0,01	2.744.573	0,01	2.857.171
PTOTEXO0E0024	PGB 1 95 15/6/29	4.788.700.000	47.887.000	106,02	0,01	50.769.102	0,01	55.064.969
PTOTEYO0E0007	PGB 3 85% 15/04/2021	6.132.800.000	61.328.000	87,89	0,01	53.903.387	0,01	66.505.611
PTOTVGOE0008	PGB Float 19/5/21	12.306	12.306.000	105,94	1.059,42	13.037.188	1.033,38	12.716.747
PTOTVHOE0007	PGB 2 05% 12/8/21	10.775	10.775.000	105,10	1.050,95	11.324.036	1.040,97	11.216.410
PTOTVIOE0006	PGB float 30/1/21	12.561	12.501.000	105,89	1.056,88	13.237.033	1.039,49	12.964.837
PTOTVJOE0005	PGB Float 12/4/22	163	163.000	100,00	1.000,00	163.000	1.047,07	170.672

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor unitário	Valor de balanço Total
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							
PTOTVLE0001	PGB Flat 5/12/22	1.570	1.570.000	103,36	1.033,57	1.622.706	1.032,23	1.620.993
PTOTVMOE0000	PGB Flat 07/23/25	20	20.000	100,00	1.000,00	20.000	1.043,80	20.876
PTOTVKOE0002	PGB 1.6 2/8/22	110	110.000	104,89	1.048,90	115.379	1.047,73	115.250
	sub-total	105.407.417,913	1.091.518.805			1.142.890.132		1.282.037,967
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PTPETUOM0018	Parpub 3,75% 07/21	46	4.600.000	103,60	103.603,05	4.765.740	107.569,26	4.948.186
PTRAMXOM0006	GOVMAD Float 9/6/22	65	650.000	100,00	10.000,00	650.000	10.294,88	668.517
PTRAMYOM0005	GOVMAD 1.75 15/07/28	29	2.900.000	100,00	100.000,00	2.900.000	110.440,73	3.202.781
PTSDRCOE0002	SAUDCR 0 06/29/21	48	480.000	101,47	10.147,07	487.059	10.197,44	489.477
XSD230315748	PARPUB 3,567 22/9/20	3.098	3.098.000	105,35	1.053,55	3.263.893	1.034,49	3.204.860
XS1085735899	PORTU 5,125 15/10/24	110	1.100.000	87,37	873,73	96.110	1.009,63	111.059
PTCPEDOM0000	REFER 4,25% 13/12/21	91	4.550.000	104,15	52.073,32	4.738.672	53.944,81	4.908.978
PTCFEJOM0004	REFE 4,675% 18/10/24	2	100.000	106,00	53.000,00	106.000	61.021,77	122.044
PTSDREOM0000	SAUDA FLOAT 20/06/22	280	2.800.000	100,14	10.013,76	2.803.852	10.386,67	2.908.287
PTSRHBOE0025	SPRHIS 0 29/09/21	119	1.160.000	99,75	9.975,37	1.157.143	10.377,42	1.203.780
PTRAACOM0013	R.A.Acores 06/15/29	4	400.000	100,00	100.000,00	400.000	101.558,28	406.233
	sub-total	3.889	20.848.000			21.368.469		22.174.183
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTALTEOE0008	ALTCEL 0 06/03/24	11	1.100.000	100,00	100.000,00	1.100.000	100.780,00	1.108.580
PTBPCOM0057	BCPPL 0 3/4 05/31/22	22	2.200.000	99,39	99.396,00	2.186.492	102.281,57	2.250.195
PTBINJOM0015	NovInc 4,75 15/01/18	3	300.000	91,11	273.330	273.330	13.000,00	39.000
PTBEQFOM0016	BESPL 10 12/05/21	226	22.600	84,71	84,71	19.144	0,00	0
PTBINJOM0004	CELBI 0 02/22/24	60	600.000	100,21	10.020,83	601.250	10.073,25	604.395
PTBINJOM0003	CEL.BEIRA FLOAT 27	16	1.600.000	100,33	100.325,41	1.605.207	99.625,05	1.594.001
PTBPCDOM0003	PTBPCDOM0003	3	300.000	102,82	102.817,33	308.452	101.095,50	303.287
PTBPIAOM0026	BPIPL 0,25 22/03/24	3	300.000	95,54	95.540,00	298.620	101.273,67	303.821
PTBSSBOE0012	BRCORO 3,875% 1/4/21	175	17.500.000	104,79	104.790,59	18.338.333	107.740,54	18.854.595
PTBSSJOM0015	BRCP 1,875% 30/4/25	99	9.900.000	93,04	63.041,52	6.373.737	107.437,73	9.869.352
PTBSSJOM0014	BRCORO 2% 22/9/23	150	15.000.000	104,86	104.856,10	15.728.415	107.096,38	16.054.457
PTCGDJOM0022	CXGD 10 3/4 PERP	2	4.000.000	111,08	222.166,44	444.333	236.559,72	473.119
PTCGDKOM0037	CXGD 5,75 28/6/28	2	200.000	99,55	99.550,00	199.100	116.937,84	233.876
PTCGH1OE0014	CXGD 1% 27/1/22	41	4.100.000	101,44	101.444,40	4.159.221	103.280,77	4.234.511
PTFCPJOM0003	FCPPL 1/4 06/09/20	30.000	150.000	100,00	5,00	150.000	5,02	150.615
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	347	34.700.000	101,79	101.787,50	35.320.283	106.068,15	36.805.648
PTGALLCOM0004	GALPL 1% 15/2/23	50	5.000.000	99,69	99.691,00	4.984.550	102.196,71	5.109.836
PTGSDAE0001	GALP 1,375 09/8/23	62	6.200.000	101,42	101.423,52	6.373.001	103.870,78	6.569.512
PTGRPCOE0002	PESTA 0 02/28/20	21	210.000	101,92	10.191,87	214.025	10.132,50	212.783
PTHGVBOE0007	HOVION 0 10/02/23	13	1.300.000	100,26	100.261,54	1.303.400	101.160,76	1.315.090
PTJLLBOE0000	JOSEML 0 05/17/21	31	310.000	100,00	10.000,00	310.000	10.104,75	313.247
PTJLLCOM0009	JOSEML 4 09/28/23	144	1.440.000	100,04	10.004,17	1.440.600	10.347,96	1.490.106
PTOREBOE0006	OREPL 0 07/08/31	244	2.440.000	100,00	1.000,00	244.000	99,40	24.254
PTSDRBOE0003	SAUDCR 0 07/15/20	110	1.100.000	100,29	10.029,09	1.103.200	10.249,92	1.127.491
PTSDRFOM0009	SAUDCR Float 28/6/23	120	1.200.000	100,00	10.000,00	1.200.000	10.316,29	1.237.955
PTSEMCOE0002	SEIPL 0 11/09/20	3	300.000	100,83	100.833,33	302.500	101.409,25	304.228
PTSLBLOM0009	SLBEN 4 04/24/20	40.904	204.520	100,00	5,00	204.520	5,04	205.967
BE000286457	KBCBB 0,5% 03/12/29	7	700.000	99,40	99.403,00	699.403	98.535,73	699.750
PTMENVOM0008	EGLPL Float 21/06/21	38	380.000	100,50	10.050,00	381.900	10.072,90	382.770
PTCGDMOM0027	CXGD 1,25 25/11/24	21	2.100.000	99,92	99.917,34	2.098.264	100.803,71	2.116.878
PTMENVOM0006	EGLPL 4,375 30/10/24	200	100.000	100,00	500,00	100.000	503,58	100.715
	sub-total	73.149	111.261.120			113.019.696		116.876.661
	sub-total	105.407.494,951	1.223.627.925			1.277.278.296		1.421.088.711
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
BE0003810273	PROXIMUS	62.175			26,58	1.652.493	25,52	1.586.706
BMG162491077	BROOKFIELD PRO. PART	17			0,00	0	16,31	277
BRCAASPR01 OF0	OAS Warrants	29.862			0,00	0	0,00	0
DE000A1681X5	Singulus Technologie	47			501,68	23.579	5,20	244
DE000KSCAG888	K+S AG-REG	416			33,39	13.890	11,12	4.624
ES0130670112	Endesa	85.164			19,62	1.671.220	23,79	2.026.052
ES0132105018	ACX SM EQUITY	224.787			9,48	2.131.445	10,05	2.257.985
ES0173516115	Repsol AG - New	20			0,19	4	13,93	279
FR0000120578	SANOFI - AVENTIS	13.530			89,86	1.215.790	89,62	1.212.569
FR0000125007	Saïi Gobain	8			37,53	225	36,50	219
FR0000131104	B. Natimart Paris	45.440			45,37	2.061.882	52,83	2.400.506
FR0000174348	BUREAU VERITAS SA	90.758			19,60	1.778.559	23,26	2.111.031
IT0000132476	ENI IM	129.298			14,35	1.854.791	13,85	1.790.260
NL0000235190	Airbus SE	16.647			110,86	1.845.484	130,48	2.172.101
NL0011794037	KONINKLIJKE AHOLD NV	108.711			18,81	2.045.185	22,30	2.423.712
US000741064	HJ Heinz Holding Cor	1.200			67,71	81.247	28,36	34.032
US6708515001	OI SA-ADR	1.794.353			2,52	4.525.603	0,84	1.499.500
US7165444086	Petroleo Brasileiro	4.250			14,26	60.621	4,17	60.228
US9311421039	WALMART INC	3.600			56,05	211.126	105,56	379.964
US8886011088	Zynga Inc	875			11,95	10.457	5,45	4.771
FR0000130395	Remy Cointreau SA	210			112,88	23.706	109,50	22.995
ES06735169F2	REPSOL Dir Incorpor 19	20			0,00	0	0,42	8
US53680L1098	LITHIUM & BORON TECH	50			62,48	3.124	0,31	16
	sub-total	2.611.456	0			21.210.132		19.988.158
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0	0			0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DE0006791809	KanAm Grundinvest Fo	139.844			56,66	7.923.609	7,84	1.096.375
DE0008007998	DEGI International	24.221			51,91	1.257.234	2,64	63.944
DE0009802306	SEB ImmoInvest	7.194			54,50	392.039	5,49	39.494
DE000802314	SEB ImmoPortfolio Ta	21.428			120,36	2.578.714	9,19	196.504
DE0009007057	Grundbesitz Global	6.276			51,84	480.833	52,72	489.029
DE000AOCARS0	KanAm SPEZIAL grundf	3.245			108,05	350.615	13,70	44.457
ES0133554032	Eurovalor Europa del	23			281,59	6.425	291,23	6.645
ES0133576035	Eurovalor beroameri	16			377,58	6.216	331,35	5.454
FR0007054358	Lyxor ETF € Stox 50	806.576			34,09	29.336.851	36,28	31.221.697
FR0010135103	CARMIGNAC PATRIMOI A	309			648,23	200.079	637,22	196.679
FR0010245514	LYXOR ETF Japan Topx	6.438			122,99	791.840	133,20	857.542
FR0010261198	Lyxor ETF MSCI Europ	250.498			127,37	31.901.864	136,14	34.098.441
FR0010429068	Lyxor ETF MSCI EM	1.818			11,02	20.026	11,20	20.358
FR0010674978	LFP - La Francaise S	500			2.009,66	1.004.828	2.272,24	1.136.120
FR0011550880	BNP Paribas Easy S&P	1.908			7,21	13.756	10,18	19.427
FR0013284304	AMUNDI ETF ISTXX EUR	5.543			22,58	125.150	22,05	122.223
GB0006778798	Newton Cont. Fund	294			1,51	444	1,80	529
GB00619KXV33	ETFS WTI Crude Oil	100			15,58	1.558	8,03	803
IE0031719473	Dimensional Funds -	6.155			13,10	80.857	13,48	82.970
IE003252478	iShares Euro Corpora	21.305			136,82	2.914.894	139,40	2.989.917
IE0032722260	BNY Mellon Global Fu	57.500			1,74	99.832	1,98	113.988
IE00B06YB805	PREFE Real Estate C	838			109,30	91.592	75,74	63.470
IE00B06YB912	PREFE Pan European D	31			107,70	3.344	63,62	1.975
IE00B11XZ103	PIMCO Funds Global I	20			23,80	481	24,74	500
IE00B19FSZ34	MGI Eurozone Equity	221			201,01	44.434	228,24	50.455
IE00B1FZ5861	iSHARES EUR GOV 3-5Y	3.523			168,84	594.833	173,48	611.170
IE00B1KXQ490	MCI Global Equity Fu	3.092			186,34	568.528	250,85	775.9

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total		Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO					de aquisição	de aquisição	unitário	Total
IE00803W2K25	Source EURO STOXX 50	988	80,42		79,451	81,72		80,739	
IE00868F7Y59	ISHares € HY Corp Bd	116	108,26		12,570	105,74		12,286	
IE0086X2V459	ISHares EUR Corp Bon	247	98,13		24,238	96,70		23,884	
IE0087KFL990	PIMCO Funds Global I	3.740	11,15		41,691	13,07		48,869	
IE00880G9288	PIMCO F1 Global	106.675	13,21		1.409,283	14,17	1.511,585		
IE0088BD1851	Mercor Short Duratio	24.706	102,53		2.533,008	105,05	2.595,383		
IE0088BD1068	Mercor Short Duratio	12.507	102,44		1.281,294	102,38	1.280,514		
IE0088D008751	AXA Rosenb US Ind Eq	2.000,725	15,01		30,025,495	16,97	33,952,299		
IE00891D9839	HEPT KET HILL US LS	9.840	101,61		938,909	98,10	906,477		
IE0089F4RW362	MAN GLG EUROPEAN INC	29.623	96,06		2,845,531	110,43	3,271,268		
IE0089FRS973	PIMCO Funds Global I	10.426	11,51		120,000	12,90	134,492		
IE0089HFD143	LM-WA MACRO OPPORT	34.783	112,21		3,902,907	128,75	4,478,311		
IE0089NSY486	Blackstone Diversifl	87.671	10,26		899,376	10,54	924,052		
IE0089QPS894	Legg Mason Western A	20.184	120,48		2,431,811	127,50	2,573,480		
IE0089VZTV79	ETF iShares EUR Corp	129.785	5,02		651,412	5,01	650,233		
IE0092BZ4942	Helicon II Global Eq	34.537	85,16		2,941,177	111,98	3,846,573		
LU0011815304	JPM USD LIQUIDITY A	2	12,050,57		25,547	12,373,57	26,232		
LU0041580167	Deutsche USD Floatin	1.864	151,64		252,385	173,14	288,155		
LU0084964074	Fidelity Funds - Eur	1.004	9,290		9,290	9,05	9,080		
LU0093503737	BGF ESG MULTI-ASSET	7.190	13,86		99,653	14,65	105,334		
LU0094557526	MFS Meridian Eur. A1	2.914	34,00		99,080	41,97	122,298		
LU0104885248	Pictet Water-R €	819	204,86		167,799	325,33	266,475		
LU0106234643	Schroder Internation	168.238	7,16		1,205,412	7,20	1,210,554		
LU0106235378	SCHRODER SF E EQ B	1.985	30,76		60,85	34,65	50,807		
LU0106819104	Schroder Internation	5.492	24,04		132,032	34,13	187,457		
LU0111491469	Parvest Equity High	1.841	84,55		138,730	99,05	162,527		
LU0113257934	Schroder Internation	1.756	19,12		33,591	21,45	37,668		
LU0113993801	Janus Henderson Emer	3.695	13,08		48,337	13,39	49,486		
LU0114721177	Fidelity Funds - Glo	1.307	38,38		50,163	45,34	59,259		
LU0115141201	Invesco Pan European	5.291	18,90		100,000	19,02	100,635		
LU0115795678	Fidelity Funds - Ibe	1.985	40,24		79,091	48,44	65,204		
LU0117861202	JPMorgan Funds - Ame	1.371	1,371		20,845	23,08	31,638		
LU0117866854	JPMorgan Funds - Pac	1.417	14,71		20,845	22,64	32,081		
LU0144510053	Pictet Eur Sustain	109	207,70		22,681	275,51	30,086		
LU0145635123	Deutsche Invest I To	468	148,04		69,310	177,83	83,257		
LU0156671504	CANDR BONDS €	10.125	2,181,48		22,189,503	2,186,64	22,241,769		
LU0177222121	Schroder Internation	1.796	25,85		46,419	25,09	45,060		
LU0177222394	SCHRODER BOND FUND	42.890	30,47		1,306,723	30,73	1,317,621		
LU0190162189	Pictet Bi-HRE Eq	118	368,42		34,305	470,58	55,313		
LU0198729559	Threadneedle Lux- G	14	25,43		383	32,13	459		
LU0201323614	Schroder Internation	201	120,88		24,247	121,87	24,447		
LU0205193047	SCHRODERUS SM & EQ A	89	236,61		20,845	319,65	28,161		
LU0210302286	Dws Inv.Bric P'INC"	1.585	204,23		323,634	237,69	376,653		
LU0217138725	Pictet Prem-RE Eq	175	126,34		22,128	162,80	28,515		
LU0217380490	JPMorgan Funds - Ame	1.214	16,47		20,000	22,02	26,740		
LU0224509215	Schroder Internation	69	136,41		4,012	147,11	4,326		
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2.193	11,654,94		2,557,344	9,00	0		
LU0225434744	LUX INVEST FD-US	172	581,42		100,000	0,00	0		
LU0227384020	Nordea 1 SICAV - Sta	13.280	16,44		218,484	17,10	227,259		
LU0238209786	Fidelity Funds - Eur	231	34,56		7,994	42,26	9,775		
LU0243957742	Invesco Pan European	18.319	19,16		350,947	21,48	393,502		
LU0243958047	Invesco Euro Corpora	13.954	17,19		239,929	19,80	276,335		
LU0248317017	Pictet AS EQ-HRE	198	149,86		29,759	171,95	34,122		
LU0260869003	Franklin Templeton I	7.384	196,47		196,47	34,31	253,337		
LU0260870661	Franklin Templeton I	3.723	26,40		98,287	26,68	99,330		
LU0267387503	Fidelity Funds - Glo	15.910	12,57		199,949	14,02	223,083		
LU0270905242	Pictet Secur-RE Eq	434	103,37		44,909	228,48	86,998		
LU0271484411	Schroder Internation	396	128,70		50,917	190,43	75,338		
LU0279459704	Schroder Internation	27	15,30		408	20,41	544		
LU0280435461	Pictet-CL EN-RE Eq	284	70,26		18,560	82,20	21,715		
LU028622973	Novenergia II E&E	61	12,821,06		1,043,906	16,057,71	1,306,937		
LU0302446991	Schroder Internation	2.658	12,91		33,998	18,47	48,444		
LU0305900820	Schroder Internation	227	93,74		21,273	110,38	25,051		
LU0313923228	BlackRock Strategic	2.315	305,24		706,641	412,53	955,007		
LU0319791611	Schroder Internation	1.237	99,93		123,628	116,38	143,980		
LU0323591916	Schroder Internation	6.201	156,31		969,355	213,18	1,321,976		
LU0333249109	Vontobel Fund - Emer	26	171,64		4,407	187,38	4,811		
LU0336300693	MIRAE ASIA SECTOR LD	86.243	10,78		714,219	10,87	720,081		
LU0340557175	Pictet - Timber	191	123,70		12,837	158,63	18,339		
LU0345362361	FIDELITY FUNDS-ASIA	44.467	22,23		988,310	26,43	1,175,263		
LU0368231436	BGF-Fix Inc Gb Op H	522,627	10,77		5,630,542	10,97	5,733,219		
LU0368555768	VONTOBEL-GLOBAL QUIE	9.324	176,98		1,650,206	197,34	1,839,998		
LU0380865021	db xtrackersEG50 ETF	22.866	47,27		1,080,933	55,63	1,272,036		
LU0396620352	ABERDEEN EUROZ FOF	385.613	4,82		1,895,772	0,11	42,417		
LU0406512847	JPMorgan Liquidity F	21	8,969,34		179,271	9,238,72	197,893		
LU0406802399	Parvest Climate Impa	655	137,57		117,567	211,62	180,851		
LU0432016810	INVESCO BL RISK AL-C	2.982	15,95		350,219	18,47	48,444		
LU0451950587	JANUS HEN J.H.EUR.CO	120.330	161,88		19,479,234	170,30	20,492,181		
LU0468289250	BlackRock Global Fun	1.784,448	16,46		29,380,263	16,48	29,407,700		
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	27.160	26,99		733,070	29,22	783,615		
LU0507265923	Deutsche Invest I To	441	203,87		90,000	226,71	100,083		
LU0507266228	Deutsche Invest I To	7.628	205,26		1,565,780	243,53	1,857,647		
LU0533027347	Capital Internationa	12.343	10,82		133,551	11,77	145,277		
LU0534240711	Invesco Global Total	25.989	13,60		343,159	15,96	365,594		
LU0539144625	NORDEA 1-EURO CON BD	1.528,995	14,17		21,665,384	14,76	22,567,968		
LU0591897862	Schroder Internation	17.003	175,50		2,883,980	197,53	3,358,523		
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	84.601	144,11		12,191,995	149,01	12,606,358		
LU0616856935	Deutsche Invest I Br	775	101,85		78,928	160,29	124,211		
LU0638558717	RUF-TOT R1 OEC	12.810	127,55		1,633,915	128,29	1,643,395		
LU0661988348	JPMorgan Funds - Eur	102	195,18		20,000	238,21	24,409		
LU0740858462	JPMorganGlobal Incom	654	126,28		60,962	140,10	89,844		
LU0757360457	Schroder Internation	440	114,07		50,191	118,59	152,181		
LU0808559586	ROBECO-QI EUR CNSV	117.531	176,42		20,735,181	202,44	23,792,952		
LU0828244219	JAN HRD HRZN GLB PR	6.335	13,84		87,657	15,23	96,482		
LU0951203008	Fidelity Funds - Glo	19.219	11,61		223,079	18,04	346,700		
LU0951570927	Schroder Gaia BD-IF	685	1,251,35		857,172	1,272,95	871,971		
LU0955863922	Invesco Euro Corpora	59.859	11,86		710,038	12,47	746,603		
LU0963987432	MIRABAUD-GLOB STR B	15.851	103,17		1,635,458	105,97	1,679,773		
LU0970532437	La Francaise LUX - M	2.715	1,218,87		3,309,233	1,189,47	3,248,416		
LU0987183380	Aberdeen GL-SL EMMK	97.810	11,18		1,093,927	11,90	1,164,232		
LU0992293067	Jupiter JGF - Dynami	4.842	8,55		41,417	9,24	44,737		
LU1004133291	Invesco Global Targe	41.104	10,95		450,000	10,35	425,436		
LU1055198771	PICTET-SHTRM EM CRP	14.569	73,17		1,065,985	79,77	1,162,201		
LU1071462532	PICTET TR - AGORA-IE	25.243	121,43		3,065,422	129,35	3,265,246		
LU1097728445	FID FDS GL MULT AST	22.444	11,43		256,486	11,87	266,410		
LU1115920552	Pictet - Multi - Ass	3.087	122,59		378,428	128,35	396,216		
LU1129992308	BlackRock - Fixed In	1.901,521	9,45		17,863,105	9,11	17,322,857		
LU1162188839	LFIS Vision UCITS -	21.237	1,165,86		24,759,483	1,177,58	25,008,474		
LU1186220148	Deutsche Invest I Mu	2.989	99,18		296,506	111,97	334,734		
LU1245470080	Flossbach von Storch	115.059	115,99		13,345,299	120,07	13,815,087		
LU1325141510	Vontobel Fund - Twen	8.940	111,46		996,484	115,44	1,032,034		
LU1443248544	Exane Funds 2 - Exan	1.882	11,019,96		20,741,853	13,328,73	26,087,434		
LU1534073041	DEU FLOATING RATE	83.572	84,15		7,032,585	84,32	7,046,751		
LU1572142252	Vontobel Fund - Emer	16.160	106,77		2,043,967	97,86	1,874,998		

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU1834988518	LYXOR EURSTX800 TECH	398	19.992		50,40	19.992	58,81	23.288
LU1834988781	LYXOR EURSTX800 TRVL	650	30,78		20,007	31,54	20,500	
LU1846562301	ALLIANZ ENHNCD S/T E	7.314	7.310.000		996,37	7.286.962	7.286.962	
LU188332816	AMUNDI GL M/A T INC	383	965,16		369,430	1.062,66	406,749	
US46137V3087	INVESCO BUYBACK ACH	936	47,06		44,050	61,35	57,427	
US4642871762	iShares TIPS Bond ET	131	95,23		12,475	103,69	13,583	
US4642876480	iShares Russell 2000	97	129,18		12,530	191,04	18,531	
US7846444804	SPDR Citi Intermedi	283	44,26		12,526	49,16	13,913	
IE00BF2F6646	INVESCO USTRESST-10Y	12.207	38,95		475,452	37,81	461,547	
IE00BF2F6644	INVESCO US TRESS-7Y	25.428	37,58		955,508	36,99	940,455	
LU0772843501	NORDEA - EUR FIN DEB	6.049	182,27		1.102,526	187,68	1.135,276	
LU1105777020	MFM CONVERT BDS OPPO	9.073	141,40		1.282,924	144,20	1.308,327	
LU1209509329	Urban-DY US DOL CAP	216.000	108,43		23.420,248	109,68	23.690,931	
LU1331972484	ELEV-ABS LRET EUR FD	508	1.043,27		529,982	1.082,62	549,971	
LU1555973568	FIDENTIS TORDEUR FIN	202.386	9,74		1.970,572	10,17	2.058,872	
LU1705590206	Mirabaud GLBL E	16.585	1.658,045		1.658,045	101,92	1.690,343	
LU1732475675	SCHROEDER GAIA WELL P	9.518	97,53		928,324	89,29	945,042	
IE00B3YCGJ38	INVESC SP 500 AC EUR	303	512,86		155,335	525,46	159,214	
LU0227127843	AXA WORLD-EUR CR SHR	3.855	151,39		501,392	137,42	502,233	
LU0290355717	XTRACKERS II EUROZON	1.245	248,42		309,278	246,67	307,104	
LU1437018168	AMUNDI IEACS ETF DR	9.204	53,67		494,007	53,20	492,396	
LU1753724316	FIDENTIS TORD -IBER	139.592	10,00		1.395,441	10,24	1.429,422	
	sub-total	16.467.961				558.514,042		577.647,125
	2.2.1.4 - Outros							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	19.079.417				579.724.174		597.635.284
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000308172	BGB 4% 28/03/2022	14.000.000	140,000	109,87	0,01	153,814	0,01	158,609
DE0001102325	DBR 2% 15/8/23	35.000.000	350,000	108,62	0,01	380,153	0,01	385,313
DE0001135432	DBR 3,25% 04/07/2042	65.000.000	650,000	101,16	0,01	657,540	0,02	1.066,708
DE0001142032	DBR 0% 07/12/2027	164.700.000	1.647,000	43,28	0,00	1.712,819	0,01	1.684,408
DE0001142263	DBRR 0% 04/20/37	286.500.000	2.865,000	29,95	0,00	857,953	0,01	2.794,805
ES0000011868	SPGB 6% 31/01/2029	250.000.000	2.500,000	149,79	0,01	3.744,810	0,02	3.882,496
ES0000012102	SPGB 4,8% 31/1/24	515	515,000	115,57	1.155,73	595,200	1.245,58	641,476
ES0000012207	SPGB 4% 30/4/29	9.472	9.472,000	104,64	1.046,36	10.225,005	1.104,52	10.173,887
ES0000012205	SPGB 4,85% 30/7/25	3.745	3.745,000	124,95	1.249,53	4.679,503	1.276,26	4.779,604
ES0000012213	SPGB 4,85% 31/10/20	4.461	4.461,000	110,79	1.107,86	4.942,171	1.052,84	4.696,701
ES0000012389	SPGB 5,5% 30/4/21	9.047	9.047,000	121,49	1.214,87	10.990,960	1.115,67	10.093,260
ES00000123C7	SPGB 5,9% 30/07/2026	6.890	6.890,000	141,55	1.415,50	9.752,821	1.400,68	9.650,660
ES00000123K0	SPGB 5,85% 31/01/22	16.754	16.754,000	127,55	1.275,50	21.369,810	1.183,45	18.827,551
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/1/2023	6.293	6.293,000	126,30	1.262,87	7.909,965	1.223,83	7.664,658
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/23	22.447	22.447,000	122,98	1.229,82	27.605,836	1.182,96	26.545,084
ES0000012411	SPGB 5,75% 30/07/32	14.187	14.187,000	155,71	1.557,10	4.494,855	1.645,58	5.193,570
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/28	2.540	2.540,000	137,05	1.370,47	3.480,987	1.421,87	3.611,560
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/4/24	2.826	2.826,000	115,55	1.155,52	3.285,494	1.193,79	3.373,653
ES00000126B2	SPGB 2,75% 31/10/24	31.560	31.560,000	111,86	1.118,62	35.303,720	1.141,10	36.013,068
ES00000126Z1	SPGB 1,6% 30/4/25	20.756	20.756,000	102,85	1.028,50	21.347,529	1.095,90	22.746,585
ES00000127A2	SPGB 1,95% 30/7/30	5.552	5.552,000	105,38	1.053,55	5.849,314	1.151,81	6.394,854
ES00000127G9	SPGB 2,15% 31/10/25	39.015	39.015,000	107,84	1.078,40	42.073,910	1.124,39	43.868,157
ES00000127J9	SPGB 1,95% 30/4/26	4.473	4.473,000	105,49	1.054,86	4.715,224	1.129,85	5.043,709
ES00000128B8	SPGB 0,75 30/7/21	10.250	10.250,000	102,38	1.023,79	10.493,676	1.022,00	10.475,551
ES00000128H5	SPGB 1,3 31/10/26	11.289	11.289,000	99,70	996,95	11.254,609	1.078,28	12.172,728
ES00000128P1	SPGB 0,4 30/4/22	8.218	8.218,000	100,53	1.005,29	8.281,462	1.020,84	8.389,251
ES00000128P8	SPGB 1,5 30/4/27	6.700	6.700,000	98,56	985,64	6.603,788	1.101,63	7.380,934
ES00000128X2	SPGB 0,05 31/1/21	38	38,000	100,08	1.000,83	38,032	1.005,86	38,223
ES0000012A89	SPGB 1,45 31/10/27	12.225	12.225,000	99,82	998,18	12.202,772	1.093,15	13.383,796
ES0000012A97	SPGB 4,4% 1/10/22	6.075	6.075,000	100,58	1.005,77	6.110,046	1.022,75	6.213,220
ES0000012B19	SPGB 1,4 30/4/28	14.187	14.187,000	100,13	1.001,33	14.204,760	1.153,23	15.357,231
ES0000012B62	SPGB 0,35 30/07/23	350	350,000	101,46	1.014,60	350,146	1.021,00	357,349
ES0000012B88	SPGB 1,4 30/07/28	206.174	206.174,000	99,58	995,81	205.311,073	1.094,34	225.623,615
ES0000012C46	SPGB 0,05 31/10/21	402	402,000	100,82	1.008,19	402,290	1.008,02	405,226
ES0000012E51	SPAIN 1,45 30/04/29	40.211	40.211,000	102,55	1.025,54	41.237,968	1.101,09	44.275,765
ES00000101636	MADRID 3 7/8 09/01/2	2.800	2.800,000	116,18	1.161,80	3.253,040	1.119,32	3.134,087
ES00000101719	MADRID 0,727 18/5/21	30	30,000	101,67	1.016,70	30,501	1.017,52	30,526
ES00000101842	MADRID 0,747 30/4/22	1.500	1.500,000	100,00	1.000,00	1.500,000	1.000,00	1.539,811
ES0224261042	CORES 1 1/2 27/11/22	16	16,000,000	100,12	100,115,93	1.601,855	104,869,44	1.677,911
ES0378641023	FADE 5,9% 17/03/2021	25	2.500,000	119,26	119,264,20	2.881,605	112,161,96	2.804,047
ES0378641239	FADE 0,5 17/12/20	10	1.000,000	101,28	1.012,275	1.012,275	100,804,55	1.008,045
ES0378641288	FADE 0,625 17/3/22	20	2.000,000	101,88	1.018,800	2.037,600	102,404,22	2.048,084
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17.200.000	4.300,000	53,29	0,13	2.291,590	0,25	4.320,769
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4.650.000	4.650,000	39,32	0,39	1.828,966	0,25	4.397,133
FR000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36.000.000	9.000,000	37,36	0,09	3.362,040	0,25	9.028,500
FR0010172484	FRANCE CMT Strip 44	6.000.000	1.500,000	24,41	0,00	368,150	0,25	1.204,245
FR0011486067	FRTR 1,75% 25/8/23	40.000	40,000	109,31	1,09	43,724	1,09	43,487
FR0012517027	FRTR 0,5 25/5/25	40.000	40,000	100,89	1,01	40,354	1,05	41,851
FR0013283666	FRTR 0 25/03/23	40.000	40,000	100,55	1,01	40,220	1,02	40,702
FR0013344751	FRTR 0 25/03/24	26.900	26,900	99,52	1,00	26,771	1,02	27,404
IE006453J047	IRISH 3,9 03/20/23	20.000.000	200,000	121,64	0,01	243,288	0,01	233,984
IE0066X95799	IRISH 3,4 03/18/24	75.000.000	750,000	120,19	0,01	901,425	0,01	888,178
IE0069C9418	IRISH 3,5 25/02/26	50.000.000	500,000	99,49	0,01	492,450	0,01	539,871
IT0003366655	BTPS 9% 1/11/23	712.800.000	7.128,000	150,42	0,02	10.722,126	0,01	9.576,333
IT0001174611	BTPS 6,5% 1/11/27	449.600.000	4.496,000	141,72	0,01	6.371,965	0,01	6.365,855
IT0001278511	BTPS 5,25% 01/11/29	20.000.000	200,000	106,19	0,01	212,388	0,01	273,428
IT0004009673	BTPS 3,75% 1/8/21	2.591	2.591,000	113,32	1.133,22	2.936,168	1.076,40	2.788,955
IT0004356843	BTPS 4,75% 1/8/23	1.726	1.726,000	122,13	1.221,25	2.107,882	1.177,56	2.032,466
IT0004513641	BTPS 5 % 01/03/2025	5.500	5.500,000	123,15	1.231,45	6.772,975	1.238,32	6.799,750
IT0004584930	BTPS 4% 1/9/20	228	228,000	112,95	1.129,50	257,525	1.041,46	237,452
IT0004695075	BTPS 4,75% 1/8/21	5.209	5.209,000	114,22	1.142,24	5.949,893	1.096,29	5.710,576
IT0004759673	BTPS 5% 1/3/22	31.853	31.853,000	118,79	1.187,91	37.838,374	1.124,82	35.828,835
IT0004801541	BTPS 5,5% 1/9/22	1.626	1.626,000	123,50	1.234,96	2.008,040	1.161,46	1.888,541
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	1.342.000.000	13.420,000	33,20	0,00	4.455,037	0,01	13.211,587
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1.341.000.000	13.410,000	23,02	0,00	3.086,415	0,01	11.107,503
IT0004848831	BTPS 5,5 1/11/22	9.260	9.260,000	123,48	1.234,83	11.434,488	1.159,91	10.740,739
IT0004823989	BTPS 4,75% 1/9/2044	295	295,000	138,31	1.383,05	361,210	1.463,97	387,952
IT0004953417	BTPS 3,5% 1/9/24	793	7					

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço Total
X50926003732	EIBXOR 2% 30/04/20	250	250,000	99,77	99,74	249,435	1.020,72	255,181
X51054418196	MEX 2 3/8 04/09/21	150	150,000	105,74	1.067,28	160,103	1.047,62	157,143
DE0001102473	DBR 0 15/08/29	280.000,000	2.800,000	103,04	0,01	2.885,237	0,01	2.849,812
ES0000012669	SPGB 1,85 30/07/35	1.000	1.000,000	115,74	1.157,36	1.157,360	1.149,53	1.149,535
FR0011059088	FRTR 3.25 25/10/21	41.000	41.000	107,86	1,08	44,223	1,08	44,141
2.2.2.2 - De outros emissores públicos		sub-total	5.170.315,365	755.187,900		772.643,533		831.821,449
ES0200002014	ADIFAL 1 7/8 28/9/22	59	5.900,000	105,49	105,490,44	6.223,936	105,862,42	6.245,883
ES0200002022	ADIFAL 0,8 07/05/23	11	1.100,000	98,97	98,970,00	1.088,670	103,173,44	1.134,908
IT0005025389	CDEP 2 3/4 05/31/21	1.057	1.057,000	108,34	1.083,41	1.145,161	1.055,54	1.115,710
IT0005105488	CDEP 1 1/2 04/09/25	2	2.000,000	99,89	199,778	199,778	104,050,26	208,101
IT0005314544	CDEP 0 3/4 11/21/22	10	1.000,000	99,84	99,839,00	998,390	101,344,02	1.013,440
X51072141861	ADIF 3 5/8 27/5/24	10	1.000,000	115,00	115,000,00	1.150,000	116,726,26	1.167,263
X51326536155	AGFRNC 1/2 10/25/2	1	100,000	99,68	99,676,00	99,676	102,165,90	102,168
2.2.2.3 - De outros emissores		sub-total	1.150	10.357,000		10.905,611		10.987,490
BE0002290592	KBCBB 1,625 18/9/29	5	5.000,000	99,74	99,738,00	498,690	104,392,47	521,962
BE0002258276	VGPBB 3,9 21/09/23	212	212,000	105,19	1.051,89	223,001	1.062,12	225,169
BE6285450449	ABIBB float 17/3/20	45	45,000	100,90	1.008,96	45,403	1.001,30	45,058
BE6286963051	BARY 2,375 24/5/24	400	400,000	104,45	1.044,50	417,800	1.062,88	437,070
BE6307427029	CCGGBB 0,625 30/8/23	10	1.000,000	99,75	99,750,00	997,500	102,050,75	1.020,807
CH0483180946	CS 1 24/08/22	200	200,000	99,64	99,640,00	199,288	1.026,84	205,182
DE000406UEBN9	NDB 5 5/8 PERP	20	20,000	61,88	61,879	12,376	830,00	16,600
DE000411CR73	BAYNGR 3,75% 01/7/74	8	8,000	101,40	1.014,00	8,112	1.093,35	8,747
DE000414J587	TKAGR 2 1/2 02/25/25	100	100,000	97,39	97,388	97,388	1.039,96	103,996
DE000414KUE8	SAP GR Float 1/4/20	27	27,000	100,30	1.003,26	27,082	1.000,56	27,015
DE0004169NA6	DAIGR 0,25 11/5/20	7	7,000	100,23	1.002,26	7,016	1.003,36	7,023
DE0004182V54	ANNGR 0,875 10/8/22	14	1.400,000	100,70	100,700,00	1.409,800	102,355,10	1.432,971
DE0004190NE4	DAIGR 1 11/11/25	7,018	7,018,000	99,56	99,564	6,983,383	1.031,91	7,237,804
DE0004192ZH7	ANNGR 0,875 03/7/23	8	8,000,000	99,44	99,437,00	7,95,496	102,522,11	820,177
DE000419UR61	ANNGR 0,75 15/1/24	65	650,000	99,11	99,112,09	6,442,296	102,419,23	6.657,250
DE000419E1Q3	ALV 5,625 17/10/42	13	13,000,000	119,16	119,161,38	1,549,538	115,497,03	1.501,461
DE00041ZLUN1	ANNGR 2,125 09/07/22	3,747	3,747,000	105,63	1.056,29	3,957,931	1.062,14	3,979,826
DE00042ADSD4	PBBGR 0,875 29/1/21	20	2.000,000	101,67	101,670,00	2,033,400	101,620,88	2.032,418
DE00042ADM54	PBBGR 4,6 22/2/27	3	3.000,000	107,50	107,500,00	3,222,500	114,016,66	342,050
DE000C085CF0	CMZB 2 3/4 03/10/21	1	100,000	100,28	100,284,00	100,284	115,144,89	115,145
DE000C240K07	CMZB 1 5/8 21/9/22	14,377	14,377,000	104,33	104,326	14,999,956	103,677,90	14,923,936
DE000C240LW5	CMZB 4 03/30/27	516	516,000	106,84	1.068,40	551,293	1.164,44	600,853
DE000C240NG4	CMZB 1 25 23/10/23	5	5,000,000	99,49	99,496,00	4,974,430	103,057,73	515,289
DK0009511537	NYKRE 0 3/4 07/14/21	2.000	2.000,000	100,83	1.008,30	2,016,600	1.015,91	2.031,828
DK0009520280	NYKRE 0,5% 01/19/22	1.200	1.200,000	99,72	99,717	1.196,604	1.013,46	1.216,156
DK0009740722	NYKRE 6 10/01/29	438,043	4,380	0,84	0,00	37	0,00	727
ES0205045000	CRITERIA 1,625% 4/22	23	2.300,000	101,37	101,367,83	2,331,460	104,731,17	2.408,617
ES0205045018	CAIXAB 1 1/2 10/5/23	19	1.900,000	99,89	99,892,00	1,897,948	104,355,21	1.962,939
ES0313879K13	BKISM 0,875 05/03/24	8	8,000,000	99,44	99,437,00	699,146	103,347,99	723,436
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/1/21	2	200,000	108,97	108,965,00	217,930	107,297,45	214,585
ES0413211873	BBVASM 0 5/8 03/18/2	2	200,000	99,27	99,272,00	198,544	103,087,51	206,175
ES0413307093	BKIASM 1 09/25/25	4	4,000,000	99,09	99,093,00	3,963,732	105,057,76	4.202,311
FR00110014845	PEUGOT 0 09/19/33	5	5,000,000	127,38	1.273,77	6,369	1.471,00	7,355
FR0011052661	COFF 5,978 05/26/21	9	900,000	117,14	117,136,32	1,054,227	108,472,13	976,249
FR0011318658	EDF 2 3/4 03/10/23	1	100,000	109,20	109,200,00	109,200	110,930,96	110,931
FR0012018851	BPOCE V08/07/28	10	1,016,000	104,18	104,183,50	1,041,835	103,028,92	1.050,289
FR0012236669	VPARK 2,125 16/4/25	9	900,000	105,77	105,769,00	951,921	110,708,56	996,377
FR0013210408	VIFFP 0,314 4/10/23	115	11.500,000	98,90	98,899,30	11,373,419	100,720,36	11.582,841
FR0013218153	RCI 0,625 10/11/21	15,535	15.535,000	100,59	1.005,91	15,626,852	1.009,68	15,685,449
FR0013241130	BPOCE Float 9/3/22	1	100,000	101,69	101,690,00	101,690	101,587,85	101,588
FR0013241379	Renault Float 8/7/20	55	55,000	100,56	1.005,59	55,308	1.000,07	55,004
FR0013299641	BNP 1 29/11/24	7	7,000,000	94,37	94,370,00	660,590	101,492,41	710,447
FR0013312154	ACAF 1,625 28/1/2048	1	300,000	99,86	99,863,00	299,949	107,299,63	321,896
FR0013321120	RENAUL 2,25 12/7/21	3	3,000,000	99,60	99,604,00	2,996,776	100,511,49	3,001,962
FR0013327962	CAPFP 1 18/10/24	10	1.000,000	99,38	99,377,00	993,770	103,562,48	1.035,625
FR0013329313	RENAUL 1 18/4/24	39	3.900,000	99,16	99,158,91	3,867,198	100,959,92	3.937,437
FR0013330099	VPARK 1,625 19/04/28	5	5,000,000	97,85	97,851,00	4,892,255	107,669,05	5.384,345
FR0013334695	Ren 1,625% 26/05/26	100	1.000,000	99,94	99,937	99,937	1.035,29	1.032,929
FR0013344215	SUPP 1 375 21/06/27	5	5,000,000	99,03	99,030,00	4,951,500	108,308,83	541,544
FR0013368164	RTFERA 1 5 27/09/30	10	1.000,000	98,58	98,583,00	985,830	109,689,44	1.096,894
FR0013385515	ACAF 0 1/5 05/1/23	15	1.500,000	99,85	1.498,545	1,498,545	102,835,48	1.539,332
FR0013398070	BNP 2,125 23/01/27	5	5,000,000	99,28	99,282,00	4,964,410	111,051,92	5.265,260
FR0013399680	CNPF 2,75% 05/02/29	3	3,000,000	98,84	98,842,00	2,964,826	114,360,30	343,081
FR0013403441	SOCGEN 1,25 15/02/24	15	1.500,000	99,40	99,400,00	1,491,000	104,253,89	1.563,808
FR0013405537	BNP 1,125 28/08/24	8	8,000,000	99,64	99,637,00	7,97,096	103,830,36	830,643
FR0013412343	BPOCE 1 1/4/25	10	1.000,000	99,83	99,826,00	998,260	103,587,37	1.035,874
FR0013412699	RENAUL 0 75 10/04/23	600	600,000	99,78	99,777	599,662	1.010,93	606,558
FR0013414091	CMARK 1,625 15/4/28	4	4,000,000	99,64	99,640,00	3,985,560	106,241,81	424,367
FR0013425192	BFCM 1 875% 18/08/29	3	3,000,000	99,86	99,864,00	2,999,052	107,073,22	3.004,292
FR0013428414	RENAUL 1,25 24/06/25	8	8,000,000	99,32	99,319,00	7,94,552	100,441,32	803,531
FR0013428489	ENGIFPO 375 21/06/27	8	8,000,000	99,42	99,420,00	7,95,360	100,417,77	803,342
FR0013429073	BPOCE 625 28/09/24	8	8,000,000	99,83	99,825,00	7,98,600	101,211,64	809,693
FR0013430741	LIFP 0,625 01/07/30	10	1.000,000	98,82	98,821,00	98,821,00	98,829,21	988,292
FR0013430840	UMGVV 1,625 02/27/29	4	4,000,000	99,20	99,198,00	3,987,792	104,268,50	417,074
FR0013431715	ULFP 1 5/10/1749	2	2,000,000	98,17	98,166,00	1,963,332	99,389,78	1,987,780
IT0005071116	UCM Float 3/5/25	100	1.000,000	99,85	99,850,00	998,500	1.020,946	1.000,946
IT0005161325	ISPM Float 28/2/21	5	50,000	102,25	102,250,00	51,125	1.077,53	50,388
IT0005239535	ISPM 0 5 02/02/20	6	600,000	99,25	99,250,00	595,500	100,242,52	601,455
IT0005366288	CARPP 1 25/03/27	3	300,000	99,86	99,855,00	299,585	105,777,49	317,332
US00206RCN08	T 3 4 05/15/25	150	1.500,000	80,46	80,464	120,696	933,35	140,002
USP7354PA423	OIBRBD 10% 05/02/25	8,492	8.492,000	96,07	96,072	8,158,427	839,98	7.133,073
X50223447227	EDP 4,125% 29/09/20	9,348	9,348,000	105,71	1.057,15	9,880,078	1.042,01	9,738,935
X50486101024	TITIM 5,25% 10/2/22	458	22.800,000	109,94	54,971,52	25,067,013	57,837,33	26,373,822
X50524610812	VEBANK 6 9/2 01/09/2	100	100,000	91,20	91,199	91,199	928,83	83,883
X50531922465	MS 5 3/75 10/08/20	2	100,000	111,25	55,625,00	111,250	52,747,38	105,495
X50550466489	ACAF 3,9 19/4/21	10	500,000	115,93	57,962,50	579,625	53,873,26	538,733

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	unitário						Total	
XS104858452	FCAIM 4 3/4 03/22/21		200	200.000	104,34	208.678	208.678	1.094,48	218.998
XS1050461034	TELEFO 5 7/8 PERP		2	200.000	108,83	108.825,03	217.605	120.930,33	241.881
XS1050547857	MS 2.375 3/13/21		1.400	1.400.000	107,99	1.079,88	1.511.832	1.049,29	1.489.006
XS1054714248	IPFLN 5 3/4 07/04/21		100	100.000	99,56	99,53	99,53	1.032,26	103,226
XS1055536251	SRBANK 2 1/8 04/14/2		200	200.000	99,33	99,26	198,52	1.044,63	208,526
XS1057659838	PEMEX 3 3/4 04/16/26		400	400.000	100,82	1.006,19	402.474	1.058,64	423,456
XS1069439740	AXASA 3 7/8 PERP		403	403.000	110,11	1.101,08	443.734	1.151,90	464,054
XS1077089894	SPPDIS 2 5/8 06/23/2		900	900.000	105,07	1.050,70	945.830	1.054,77	949,293
XS1077772538	ISP 2% 18/9/21		1.000	1.000.000	100,94	1.009,43	1.312,255	1.038,28	1.335,032
XS1088515207	FCAIM 4 3/4 07/15/22		400	400.000	103,27	1.032,85	413.060	1.136,41	454,565
XS111324700	EDP 2.625% 18/1/22		1.000	1.000.000	107,44	1.074,40	1.074,40	1.077,86	1.077,867
XS111428402	AZJAU 2 09/18/24		1.000	1.000.000	99,20	991,95	991.950	1.084,48	1.084,48
XS1128148845	CITI 1.375% 27/10/21		5.718	5.718.000	103,85	1.038,50	5.938.134	1.029,82	5.888.508
XS1132402709	HUIWH 1.375% 31/10/21		500	500.000	99,75	997,48	498.740	1.023,85	511,925
XS1136388425	NOMURA 1 5% 12/5/21		400	400.000	99,50	995,00	398.000	1.029,77	411,908
XS1139091372	LLYDIS 1% 18/11/21		8.078	8.078.000	102,52	1.025,21	8.281.612	1.020,27	8.241.780
XS1140860534	ASSGEN 4 5/8 PERP		300	300.000	106,83	1.068,33	320.500	1.128,91	338,674
XS1141969912	SKYLN 1 7/8 11/24/23		500	500.000	99,84	998,44	499.220	1.068,90	534,448
XS1149938240	SUMIBK 1 01/19/22		250	250.000	99,50	994,97	248.743	1.029,68	257,419
XS1165754851	CHGRID 1 1/2 01/26/2		1.000	1.000.000	99,74	997,36	997.360	1.039,61	1.039,613
XS1169707087	UCG Float 19/2/20		100	100.000	101,23	1.012,29	1.012,29	1.001,75	1.001,75
XS1171489393	TOYOTA 0 75% 21/7/22		4.586	4.586.000	102,36	1.023,61	4.663.588	1.026,77	4.677,969
XS1172951508	PEMEX 2 3/4 04/21/27		200	200.000	99,44	994,44	178.887	972,91	194,562
XS1178105851	TRNIM 0 875% 23/2/22		500	500.000	102,96	1.029,66	5.803.551	1.039,88	600,830
XS1188286286	REN 2 5% 12/2/25		7.705	7.705.000	100,78	1.007,79	7.765.016	1.119,98	8.629,471
XS1195201931	TOTAL 2.25% 12/2049		100	100.000	105,10	1.051,00	105,10	1.040,30	104,030
XS1196817156	KMI 1.5 18/03/22		1.000	1.000.000	103,14	1.031,41	1.031.410	1.044,31	1.044,306
XS1206541366	VW 3 1/2 PERP		100	100.000	98,08	980,78	980,78	1.083,70	1.083,70
XS1207054666	REPSM 3 875% 12/2049		200	200.000	105,80	1.058,00	211,600	1.069,86	213,971
XS1207058733	REPSM 4 1/2 03/25/75		384	384.000	109,84	1.098,35	399.072	1.184,87	431,221
XS1218692251	RENTEN 1 7/8 04/11/72		100	100.000	81,12	811,17	811,17	903,00	903,000
XS1218496032	RWE 3 1/2 04/21/75		4.552	4.552.000	106,48	1.064,77	4.812,275	1.121,15	5.067,558
XS1220886938	SINOPE 1 04/28/22		500	500.000	99,24	992,43	496.215	1.023,68	511,838
XS1222590488	ELEPOR 2% 22/4/25		28.194	28.194.000	92,46	924,62	26.068.668	1.094,21	30.850,151
XS1224002474	LANSNA 0 275 04/28/2		200	200.000	99,76	997,58	199,576	1.013,17	202,635
XS1227698879	OBSBKF 1 05/06/20		500	500.000	99,86	998,64	499,320	1.010,46	505,229
XS1232126810	VOTORA 3 1/2 07/13/2		200	200.000	101,19	1.011,88	202,375	1.077,70	215,540
XS1237619571	RATTEI 1 1/2 05/28/2		200	200.000	99,27	992,72	198,544	1.013,90	202,781
XS1238034895	AMX 0 285/21		1	1.000.000	99,10	991,00	991,000	997,000	997,000
XS12424237168	BRFSBZ 2 3/4 06/03/2		202	202.000	99,02	990,24	200,029	1.055,93	213,298
XS1246144650	ISP Float 15/6/20		100	100.000	100,77	1.007,70	1.007,70	1.003,32	1.003,32
XS1265778933	CLNXXS 3 1/8 07/27/2		11	1.100.000	106,75	1.067,53	1.174,290	1.083,04	1.194,633
XS1271836600	LHAGR 5 1/8 08/12/75		9	9.000	109,81	1.098,12	9.883	1.095,35	9.858
XS1290729208	TLF 1 477% 14/9/21		2	2.000.000	99,95	999,53	199,903	1.033,87	206,084
XS1294343337	OMVAV 6 1/4 PERP		307	307.000	126,31	1.263,09	387.769	1.278,93	392,831
XS1310653936	DVB 1 1/4 02/22/20		7	700.000	99,70	997,00	697,900	1.029,49	709,026
XS1310941247	DEKGRP 1 1/4 10/27/2		4	400.000	104,00	1.040,00	1.040,000	1.073,141	429,326
XS1319814577	FDX 1% 11/1/23		6.296	6.296.000	102,01	1.020,06	6.422,268	1.031,43	6.493,858
XS1322048819	AMSSM 1 625 17/11/21		112	11.200.000	104,82	1.048,24	11.740,627	1.029,820	11.531,833
XS1324928750	BATSLN 1 05/23/22		500	500.000	99,30	992,97	496,485	1.027,04	513,521
XS1325825211	PCLN 2 15 25/11/22		1.100	1.100.000	105,94	1.059,37	1.165,305	1.057,33	1.163,067
XS1348315200	BBV 1% 20/1/21		16	1.600.000	102,15	1.021,50	1.634,400	1.021,85	1.634,911
XS1348762941	BACRED 1 625 19/11/21		1.000	1.000.000	99,88	998,81	998,810	1.032,46	1.032,459
XS1375957204	BPUL 1 925 3/3/25		500	500.000	100,20	1.002,00	500,200	1.101,21	550,606
XS1382791892	DT Float 3/4/20		47	47.000	100,28	1.002,81	47,132	1.000,66	47,031
XS1385359121	EDP 2 375 23/3/23		7.522	7.522.000	102,77	1.027,69	7.730,277	1.089,19	8.192,879
XS1388625425	FCA 3 5/8 29/3/24		100	100.000	102,75	1.027,50	1.027,50	1.157,23	115,723
XS1392460397	LPTY 1 04/08/20		10	1.000.000	102,08	1.020,80	1.020,800	1.010,324	1.010,342
XS1400169931	WFC 1 375 26/10/26		800	800.000	99,08	990,84	792,672	1.057,38	845,902
XS1405138364	SABSM 5 5/8 05/06/26		1	1.000.000	108,90	1.089,00	1.089,000	1.234,82	1.234,439
XS1405765859	SESGFP 5 5/8 PERP		224	224.000	112,81	1.128,09	252,663	1.171,93	262,133
XS1412693185	ENIIM 0 75 17-05-22		6.429	6.429.000	101,82	1.018,22	6.549,152	1.056,142	6.596,142
XS1413581205	Total 3 875 Perp		100	100.000	106,01	1.060,06	1.060,06	1.105,39	1.105,39
XS1419889885	TITIM 3 625 25/05/26		200	200.000	97,21	972,13	194,426	1.130,64	226,128
XS1423826798	RENEPL 01/06/23		8.502	8.502.000	103,40	1.033,99	8.790,946	1.064,79	9.052,864
XS1426036966	UCGIM 4 375 03/01/27		500	500.000	100,85	1.008,50	504,250	1.102,70	551,350
XS1433214449	CEMEX 4 5/8 06/15/24		254	254.000	105,26	1.052,61	267,636	1.043,06	264,936
XS1458422135	JFM 0 625 25/01/24		1.400	1.400.000	98,97	989,74	1.385,836	1.023,96	1.433,543
XS1471648985	EDP 1 125 12/2/24		3.050	3.050.000	98,10	981,00	2.992,000	1.042,97	3.181,945
XS1487495136	SPPIM 3 3/4 08/08/23		557	557.000	105,31	1.053,12	586,598	1.118,03	622,744
XS1490137418	CCK 2 5/8 09/30/24		307	307.000	105,08	1.050,82	322,602	1.072,56	329,275
XS1492457236	MYL 1 1/4 11/23/20		1.800	1.800.000	101,81	1.018,06	1.832,505	1.010,84	1.819,516
XS1492457665	MYL 2 1/4 11/22/24		500	500.000	103,35	1.033,50	516,750	1.065,39	532,695
XS1501167164	TOTAL 2 708 PERP		100	100.000	101,13	1.011,25	1.011,25	1.084,18	1.084,18
XS1505554698	TELEF 0 318 17/10/20		8	800.000	100,60	1.006,00	804,800	1.004,43	803,792
XS1511787407	MS Float 27/1/22		6.842	6.842.000	100,75	1.007,51	6.891,868	1.004,46	6.871,814
XS1538897760	SOCEM 15/14/22		20	200.000	101,82	1.018,44	2.027,089	1.024,97	2.058,942
XS1548914800	BVASSM 0 625 17/1/22		24	2.400.000	99,91	999,18	2.397,957	1.020,060	2.448,734
XS1550951211	TELEFO 1 528 17/1/25		10	100.000	100,00	1.000,00	1.000,000	1.073,502	1.073,502
XS1551086676	ENIIM 1 5 17/01/27		500	500.000	99,67	996,74	498,370	1.086,28	543,141
XS1551306951	ISPIIM 1 375 18/1/24		400	400.000	99,31	993,13	397,252	1.042,83	417,132
XS1557096267	DT 0 875 30/1/24		13.889	13.889.000	101,65	1.016,52	13.911,457	1.038,03	14.209,626
XS1558083652	EDPPL 1 875 29/9/23		628	628.000	102,17	1.021,71	641,831	1.064,89	668,748
XS1558329437	ENIIM 0 75 03/03/2		18	180.000	99,62	996,62	180,000	1.057,75	191,915
XS1560862580	BAC Float 7/2/22		6.607	6.607.000	101,10	1.010,98	6.679,557	1.005,78	6.645,033
XS1560863802	BAC 1 379 07/2/25		1.400	1.400.000	101,35	1.013,46	1.418,844	1.056,96	1.479,607
XS1568888777	PEMEX 4 7/8 02/21/28		100	100.000	99,82	999,20	999,200	1.108,19	1.108,19
XS									

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1874127802	SIENR 1.375 08/9/30	500	500,000	99,53	497,645	1.091,90	543,798	
XS1875331636	GINNVX 1.125 17/9/25	1	100,000	107,16	107,162	105,308	105,309	
XS1878191052	AMSSM 0.875 18/09/23	5	500,000	99,90	499,898	102,953	514,769	
XS1881554597	SGOFF 0.875 21/09/23	10	1.000,000	99,97	997,010	103,132	1.031,329	
XS1883355191	ABT 1.5 27/09/26	250	250,000	99,72	249,308	1.084,30	271,076	
XS1888228249	BERTEL 1 ¼ 09/29/25	7	700,000	99,40	696,366	105,634	739,438	
XS1890709774	MUFG 0.98 09/10/23	400	400,000	100,00	1.000,000	1.030,03	412,132	
XS1891174341	DLR 2.5 16/01/26	1.000	1.000,000	99,96	999,59	1.114,51	1.114,513	
XS1892240281	ALDFF 1.25 11/10/22	10	1.000,000	101,85	1.018,500	103,459	1.034,991	
XS1893621026	EDPPL1 8.75% 13/10/25	8.305	8.305,000	101,05	1.010,48	1.086,50	9.023,369	
XS1893631330	VW 1.375 16/10/23	6.198	6.198,000	102,44	1.024,38	1.035,36	6.417,149	
XS1893631769	VW 2.25% 16/10/26	1.100	1.100,000	100,02	1.000,20	1.078,21	1.186,035	
XS1893632221	VW 0.25% 16/10/20	1.100	1.100,000	99,86	998,64	1.098,509	1.103,769	
XS1933828433	TELEFO 4.375% PERP	10	1.000,000	100,00	1.000,000	114,987	1.149,875	
XS1933830391	MTNA 2.25 17/01/24	100	100,000	101,41	1.014,13	1.099,38	1.068,838	
XS1936805776	CAKISM 2.375 11/02/24	1	100,000	101,60	101,596	109,623	109,623	
XS1942700540	QUABIT 8.25 04/04/23	1	100,000	99,00	99,000	105,315	105,315	
XS1944388856	VW 1.25% 01/08/22	8	800,000	102,20	102,204	103,143	825,148	
XS1944456109	IBM 0.875% 31/01/25	500	500,000	99,40	493,97	1.042,22	521,110	
XS1946004451	TELEFO 1.069 05/2/24	4	400,000	100,00	100,000	104,519	418,062	
XS1951220596	BKIASM 3.75 15/02/29	10	1.000,000	100,00	1.000,000	111,812	1.118,127	
XS1951313680	IMBLN 1.125 14/8/23	1.000	1.000,000	99,45	994,54	1.028,52	1.028,515	
XS1955024988	KO 1.25 08/03/31	500	500,000	99,36	496,80	1.076,43	536,216	
XS1956259801	RAD 0.875 01/04/22	15	1.500,000	99,68	1.497,600	102,539	1.600,139	
XS1957442541	SRGIM 1.25 28/08/25	1.500	1.500,000	99,49	994,99	1.049,60	1.574,393	
XS1958307461	ACAFP 1.75 05/03/29	4	400,000	99,21	396,848	110,849	443,400	
XS1960248919	JPM 1.09 11/03/27	1.000	1.000,000	100,00	1.000,000	1.047,67	1.047,665	
XS1961772560	TELEF 1.788% 12/3/26	10	1.000,000	100,00	1.000,000	109,747	1.097,471	
XS1963830002	EOFP 3.125 15/06/26	500	500,000	100,00	1.000,000	1.063,99	531,944	
XS1968706108	ACAFP 2.25/03/29	3	300,000	99,17	297,510	108,189	324,570	
XS1972547183	VW 0.625 01/04/22	1.000	1.000,000	99,68	996,78	1.014,24	1.014,246	
XS1982725159	ERSTBK 0.375 18/4/24	2	200,000	99,44	198,876	101,372	202,745	
XS1982819994	TITIM 2.75 15/04/25	300	300,000	98,47	295,407	1.074,18	322,254	
XS1987097430	WFCC 0.5 26/04/24	800	800,000	99,74	797,44	1.014,29	811,428	
XS1989375503	MS 0.637 26/07/24	600	600,000	100,00	1.000,000	1.017,89	610,737	
XS1996435688	CEPSA 1% 16/02/25	13	1.300,000	99,85	998,501	1.298,063	1.327,302	
XS2000538343	ERSTBK 0.875 22/5/26	6	600,000	99,50	597,000	102,984	617,910	
XS2000719992	ENELM 3.5% 24/05/90	624	624,000	104,28	1.042,79	1.106,73	690,599	
XS2001175857	PHIANM 0.5% 22/05/26	800	800,000	99,49	795,952	1.014,24	801,934	
XS2001183164	VESTNL 1.5 24/05/27	500	500,000	99,23	496,125	1.052,28	526,139	
XS2006861480	ESBIRE1.125%11/06/30	300	300,000	99,11	297,327	1.045,65	313,694	
XS2013618421	ISSDC 0.875% 18/6/26	1.000	1.000,000	99,37	993,87	995,56	995,563	
XS2014288158	OPBANK 0.19/06/24	800	800,000	99,66	797,240	1.001,74	801,391	
XS2016807964	ACAFP 0.5 24/08/24	8	800,000	99,82	798,544	101,201	809,615	
XS2017471553	UCGIM 1.25 25/06/25	250	250,000	99,66	248,158	1.028,00	257,250	
XS2018639600	ADINA 1.25 26/06/25	500	200,000	99,27	198,544	998,58	199,716	
XS2018639327	HEIGR 1.125 01/12/27	500	500,000	99,44	497,212	1.015,03	507,516	
XS2019815062	OMC 1.4 08/07/31	800	800,000	99,67	797,368	1.031,02	824,816	
XS2019876070	ENEXIS 0.75 02/07/31	500	500,000	99,85	499,730	1.015,36	507,680	
XS2020583618	TELEFO 1.957 01/07/39	500	500,000	100,00	1.000,000	1.056,54	528,269	
XS2020608548	HERIM 0.875 05/07/27	700	700,000	100,41	1.004,13	1.022,06	715,444	
BE315719490	CCBGBB 28/08/26	8	800,000	99,54	796,320	96,872	774,976	
DE000C245V87	CMZB 0.25 16/09/24	5	500,000	99,13	495,625	97,951	489,755	
ES0343307015	KUTXAB 0.5% 25/09/24	5	500,000	99,42	497,105	100,175	500,276	
FR0013396520	ORAFP 2 ¼ 15/01/29	10	1.000,000	111,90	1.119,907	113,283	1.132,833	
FR0013398229	ENGIFP 3.25% PERP	5	500,000	109,71	1.007,710	112,759	563,798	
FR0013444502	DSYFP 0.16/09/22	8	800,000	100,36	1.003,680	100,083	800,664	
FR0013444676	ORAFP 0.04/09/25	10	1.000,000	100,17	1.001,680	97,243	972,430	
FR0013444676	ORAFP 0.5% 04/09/32	5	500,000	99,30	496,500	94,152	470,760	
FR0013444682	ORAFP 1.375% 04/9/49	10	1.000,000	99,00	990,004	91,428	914,283	
FR0013444759	BNP 0.125% 04/09/26	10	1.000,000	99,28	992,258	97,015	970,158	
FR0013444775	ENGIFP 0% 04/03/27	8	800,000	100,81	1.006,480	97,600	781,120	
XS0875797515	DT 3.25% 17/01/28	800	800,000	124,40	1.244,200	1.249,29	999,428	
XS1057055006	IBESM 2.5% 24/10/22	10	1.000,000	108,05	1.080,050	107,481	1.074,813	
XS1139494493	GAS 4.125%30/11/2049	4	400,000	108,38	1.083,375	433,500	1.084,954	
XS1216020161	CNALN 3 10/04/76	300	300,000	100,65	1.006,50	1.045,55	313,666	
XS1591694481	TENN 2.995% PERP	500	500,000	107,17	1.071,67	1.087,51	543,756	
XS1627343186	AQUASM 2.629% 8/8/27	1.500	1.500,000	110,18	1.101,76	1.084,83	1.626,793	
XS1721244371	IBESM 1.875 PERP	3	300,000	103,80	310,800	1.080,63	311,872	
XS1797138960	IBESM 2.625 PERP	4	400,000	105,00	1.050,000	1.087,07	434,681	
XS1936208419	FREGR 2.875 15/02/29	300	300,000	120,30	1.203,00	1.183,97	355,192	
XS1987729768	FNACFP 2.625 30/5/26	310	310,000	106,10	1.061,00	1.051,01	325,813	
XS1991265478	BAC 0.808% 09/05/26	1.500	1.500,000	102,98	1.029,80	1.544,700	1.540,788	
XS1991397545	SABSM 1.75 10/05/24	3	300,000	102,12	1.021,200	104,342	313,024	
XS2010045271	SLB 0.15/10/24	1.000	1.000,000	99,00	999,003	994,30	994,300	
XS2013574384	F 2.386 17/02/26	100	100,000	101,61	1.016,10	1.025,65	102,365	
XS2018614503	CMC 0.8% 98/07/27	800	800,000	99,85	799,676	1.008,63	800,630	
XS2023644201	MRKGR 0.375 05/07/27	3	300,000	99,49	298,470	99,811	299,434	
XS2024715794	DT 0.5 05/07/27	500	500,000	100,80	1.007,97	503,987	498,825	
XS2026150313	AEMSPA 1.16/07/29	1.000	1.000,000	98,75	987,50	1.021,30	1.021,297	
XS2030350340	JEF 1% 19/07/24	250	250,000	99,99	249,985	1.010,47	252,617	
XS2033262622	JPM 1.001 25/7/31	500	500,000	100,00	1.000,000	1.019,29	509,644	
XS2033351995	TRNIM 0.125 25/7/25	3.450	3.450,000	99,32	3.426,861	989,78	3.414,734	
XS203620719	REFSM 0.25% 02/08/27	7	700,000	104,61	1.046,100	97,321	97,321	
XS2043678841	GS 0.125 19/08/24	1.000	1.000,000	99,49	994,899	990,291	990,291	
XS2047619064	PNLNA 0.825 23/09/26	300	300,000	99,30	297,900	999,55	299,866	
XS2049154078	INTNED 0.1% 03/09/25	7	700,000	99,88	699,825	98,551	689,863	
XS2049582542	SHBAS0 0.05% 03/9/26	1.000	1.000,000	99,81	998,050	970,724	970,724	
XS2050404636	DHR 0.20% 18/03/26	500	500,000	99,83	499,165	988,18	494,088	
XS2050933972	RABOBK 3.25% PERP	2	200,000	100,00	200,000	199,803	399,607	
XS2050969333	SKGID 1.5% 15/09/27	200	200,000	100,00	200,000	1.016,88	203,375	
XS2051361264	T 0.25 04/03/26	1.000	1.000,000	99,69	996,96	978,92	978,917	
XS2051659915	LPTY 0.25 13/09/23	750	750,000	99,48	746,123	983,70	737,772	
XS2051788219	ORGAU 1.17/09/29	1.000	1.000,000	99,77	997,730	975,01	975,006	
XS2052503872	DEVOBA 0.01 16/09/24	15	1.500,000	99,87	998,865	98,872	1.483,094	
XS2053052895	EDPPL 0.375 16/09/26	6.620	6.620,000	99,62	6.595,056	990,39	6.556,357	
XS2056490423	ACHMEA 4.625% PERP	400	400,000	100,00	1.000,000	1.052,46	420,985	
XS1989380172	NFLX 3.875 15/11/29	325	325,000	105,80	1.058,00	1.060,67	344,718	
XS202019060	VOO 2.5 24/05/26	300	300,000	112,60	337,800	1.088,50	339,251	
XS2075811781	SESG 0.875 04/11/27	800	800,000	98,58	788,648	979,32	783,453	
FR0013456423	RIFP 0.24/10/23	3	300,000	99,91	299,730	99,860	299,580	
FR0013456449	RIFP 0.875% 24/10/31	3	300,000	98,75	296,250	100,451	301,354	
FR0013463676	EFFP 0.75 27/11/31	10	1.000,000	98,54	985,307	100,536	1.005,367	
XS2070192591	BSX 0.625 01/12/27	400	400,000	99,35	397,408	994,04	397,614	
XS2084882010	FMEGR 1.25 29/11/29	200	200,000	99,69	199,380	1.001,64	200,327	
BE317283610	CCBGBB 37% 13/02/26	10	1.000,000	99,25	992,510	98,376	983,763	
BE317589850	AGSBB 3 PERP Comp	4	400,000	100,00	200,000	203,971	823,868	
DE000A254P51	LEGR 0.875 28/11/27	3	300,000	99,36	298,068	100,270	300,811	
DE000BHYYGAT	BHH 0.5 05/11/29	15	1.500,000	99,16	1.487,355	99,132	1.486,987	
DE000C240LD5	CMZB 4 23/3/26	800	800,000	113,00	1.129,96	1.155,45	924,359	
DE000C245VC5	CMZB 0.5 04/12/26	1.000	1.000,000	99,67	996,710	995,72	995	

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2089368598	ISPM 0.75 04/12/24	500	500.000	99.87	999.86	499.830	1.003.82	501.808
FR0013453040	ALOPF 0.25 14/10/26	10	1.000.000	99.59	99.592.00	995.920	98.135.96	981.360
XS2081491727	FCCSER0 815 04/12/23	1.000	1.000.000	100.00	1.000.00	1.000.000	1.003.06	1.003.064
XS2081500907	FCCSER1 661 12/04/26	2.000	2.000.000	100.05	1.000.50	2.001.000	995.63	1.991.261
XS2079716937	AAFL 0.5 15/11/31	1.000	1.000.000	99.25	992.48	992.480	993.38	993.382
XS2085547433	FIS 0.125 03/12/22	300	300.000	99.63	996.33	298.899	1.003.03	300.909
XS1704789590	IREIM 1.5 24/10/27	800	800.000	106.05	1.060.47	848.376	1.054.83	843.862
XS1956029168	FUMVFH 0.875 27/2/23	800	800.000	102.40	1.024.04	819.232	1.025.65	820.523
XS1956037664	FUMVFH 1.625 27/2/26	500	500.000	105.73	1.057.25	528.625	1.059.76	529.881
XS2010036874	ORSTED 1.75 09/12/19	200	200.000	99.08	990.79	198.158	1.007.35	201.470
XS2079678400	STEDIN 0.5 14/11/29	500	500.000	98.66	986.58	493.290	986.64	483.418
XS2083976139	NTGYSM 0.75 11/28/29	15	1.500.000	99.75	99.751.00	1.496.265	99.984.67	1.499.770
XS2091216205	EOANGR 0.09/29/22	800	800.000	99.87	998.74	798.992	999.68	799.744
		sub-total	1.217.951	717.384.380		741.049.301		754.279.251
		sub-total	5.171.534.466	1.482.929.280		1.524.598.446		1.597.068.190
	2.3 - Derivados de negociação							
	Swaps							3.511.843
	Futuros							2.600
		sub-total	0	0		0		3.514.444
	2.4 - Derivados de cobertura							
		sub-total	0	0		0		0
		total	110.611.600.622	2.706.557.205		3.425.596.689		3.865.751.497
	3 - TOTAL GERAL		111.047.928.823	2.751.508.903		3.879.667.602		3.717.977.703

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2019
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.
 N.º de identificação: 1156
 Ident. do resp. pela informação: Vítor Pescada

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	25.446.449	15.778.176	10.122.576	454.303
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	0	0	0	0
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
TOTAL	0	0	0	0
TOTAL GERAL	25.446.449	15.778.176	10.122.576	454.303

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante designada por "Santander Totta Seguros" ou "Companhia), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4.390.144.962 euros e um total de capital próprio de 140.872.395 euros, incluindo um resultado líquido de 25.544.516 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 33, eventos subsequentes, das demonstrações financeiras, no respeitante às eventuais implicações do Covid-19 na atividade da Companhia, é convicção do Conselho de Administração que, apesar das incertezas futuras, tal não colocará em causa a continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

8

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Justo valor de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidades quando o justo valor é através de reservas)</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.22, 6 e 32 das demonstrações financeiras.</u></p> <p>Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, no montante total de 3.741.457 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2019, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço da Companhia, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Companhia.</p> <p>No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Companhia determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.</p> <p>A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.</p> <p>Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Companhia podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • Verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros; • Verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Companhia, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; • Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos adotados para a valorização adotada; • Testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperadas; e • Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Matérias relevantes de auditoria

financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.

Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 2.6, 2.8, 2.22, 11 e 12 das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 as provisões matemáticas do ramo vida apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 644.632 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa ascende a 6.580 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 3.454.666 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço da Companhia.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro.

A nossa equipa, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- Verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Companhia para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.</p> <p>Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pela Companhia. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente às provisões matemáticas, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta Seguros pela primeira vez para um período compreendido entre 2016 e 2017, na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016. A nossa segunda nomeação ocorreu no dia 3 de maio de 2018 por deliberação por escrito do acionista único, para o triénio compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.

- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

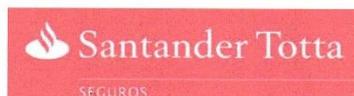
14 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados,
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2019

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2019, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

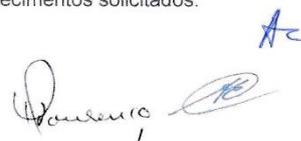
As nove reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2019 e 2020 sobre a atividade e contas da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo-se, em algumas delas, contado com a presença de membros da Administração, do Responsável pela Auditoria Interna, do Diretor Financeiro e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2019 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2019, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.





Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, e aos relatórios dos comités de risco e de *compliance* e da auditoria interna.

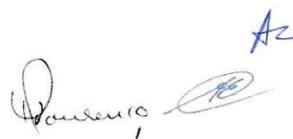
Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se inclui a assunção, por parte do Conselho de Administração, de à data da aprovação do relatório não ser possível antecipar ou concretizar as exatas consequências do surto da Covid-19, embora tal não coloque em causa a continuidade das operações.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável, procedeu à análise da proposta de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e o número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, tendo emitido o correspondente parecer.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.





O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2019;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 15 de abril de 2020

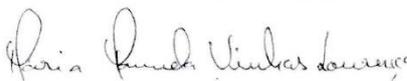
O CONSELHO FISCAL



José Luís Areal Alves da Cunha (Presidente)



António Baia Engana (Vogal)



Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

Relatório sobre a Estrutura e Práticas de Governo Societário

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

- a) O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é diretamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,9%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indiretamente dominante da sociedade Santander Totta SGPS, SA.

- b) As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

- c) Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
- d) Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, conseqüentemente quaisquer acordos parassociais.
- e) A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

Atendendo ao termo do mandato do Conselho de Administração da Santander Totta Seguros em 2018, foi eleito o novo mandato 2019-2021 para este órgão social, após a aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e processo interno de avaliação da idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade, (*fit & proper*) cuja composição integrou a recondução de dois dos anteriores membros (incluindo o respectivo Presidente), e inclusão de um novo membro, conforme se segue:

- Nuno Miguel Frias Costa: Presidente, com funções executivas (recondução)
- Francisco del Cura Ayuso: Vogal, sem funções executivas (recondução)

- Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes: Vogal, com funções executivas (novo membro).

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

- f) Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

- g) As principais áreas organizacionais da Sociedade são:

- Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos: estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único. Assegura o acompanhamento de gestão de carteiras com a Santander Asset Management. Assegura Ainda a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.
- Departamento Financeiro: assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura os Pagamentos aos Fornecedores e aos clientes bem como a gestão de cobranças.
- Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital: assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de

Solvência II e em coordenação com a Área de Riscos; Apura e reporta trimestralmente o requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor; Elabora a estimativa dos fluxos futuros das responsabilidades (*Cash flows*), nos produtos de taxa garantida, utilizados na análise ALM - *Asset-Liability Management*; Coordena e acompanha a operação Sella; Assegura a implementação e seguimento da Política de Qualidade de Dados.

- Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno: assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental. Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos. Validação do cálculo do Rácio de Solvência, necessidades de capital e requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Elaboração e reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões da informação qualitativa prevista em Solvência II. Assegurar as validações e reportes previstos na legislação em vigor para a Função Atuarial. Assegurar a atualização permanente e a certificação do Modelo de Controlo Interno de acordo com as orientações do Grupo Santander, a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a análise das incidências detetadas e seguimento dos planos de ação definidos para a resolução das mesmas.
- Departamento de Qualidade, Contencioso, *Compliance* e Operações de Vida Risco: promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações e de Contencioso da Sociedade. Assegura, todos os processos de *Compliance* localmente em apoio ao *Compliance Officer* da Companhia, incluindo assegurar a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, com identificação das áreas / colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento e assegurar atempada informação de todas as alterações ocorridas. Elabora normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco. Este departamento é ainda responsável pela assessoria jurídica geral e de Governo da Sociedade. Na área Operacional (Vida Risco) é assegurado o adequado processamento das operações de seguros de Vida Risco nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de Sinistros.

h) Modelo global de governo da sociedade

O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores.

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes.

- **Comité de *Compliance*:** procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.
- **Comité de Riscos:** supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o apetite por risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Geral de Risco.
- **Comité de Controlo Interno:** monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.
- **Comité de Investimentos:** monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- **Comité de Aprovação de Produtos:** aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulamentares aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.
- **Comité de Qualidade:** análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, bem como estabelece Projetos de Melhoria de Qualidade e promove o seu seguimento.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro e no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2019-2021 por Deliberação Unânime por escrito datada de 26-03-2019, tendo atualmente a seguinte composição:

Presidente:	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais:	Sara Eusébio da Fonseca Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;

- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- i) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- j) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- k) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- l) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- m) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

- n) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- o) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, por Administrador da Santander Totta SGPS, relativamente ao Presidente do Conselho de Administração.
- c) Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção em outras entidades do Grupo, podem ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;

- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2019, uma parcela inferior a 33% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Em 2016 foram feitas alterações à Política que têm como objetivo: (i) simplificar a estrutura das componentes variáveis da remuneração, ao integrar num único componente o prémio de desempenho de empresa e o prémio a longo prazo previstos para os Administradores Executivos na anterior política; (ii) melhorar o ajustamento por risco *ex ante* da remuneração variável, utilizando um único conjunto de métricas anuais quantitativas e qualitativas que permitam recompensar as decisões adequadas dentro do quadro apropriado de riscos e reforçar o alinhamento da remuneração variável com os interesses e objetivos a longo prazo da sociedade; e (iii) aumentar a incidência dos elementos de longo prazo e as medidas plurianuais de desempenho e combinar de forma mais efetiva os objetivos a curto e a longo prazo (dado que o cumprimento dos objetivos a curto prazo passará a determinar o montante máximo atribuível a longo prazo).
- d) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- e) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- f) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- g) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1. Remuneração Variável

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor, reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;
- e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas *malus* e *claw back* descritas no item (iv) abaixo.
- f) O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos Administradores Executivos e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

(i) Valor de referência da remuneração variável

- g) A remuneração variável de 2019 dos Administradores Executivos será determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo posteriormente fixado para cada membro um valor de referência para o exercício.

(ii) Fixação do valor da remuneração variável

- h) Partindo do esquema de referência descrito abaixo, a remuneração variável de 2019, para os administradores executivos será determinada considerando como elementos básicos do esquema:
 - Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais.
 - Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
 - Um ajuste excecional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/ou riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

i) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



(iii) *Forma de pagamento:*

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2020 e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- a) 60%, dessa remuneração será paga em 2020, líquida de impostos, em dinheiro e em ações.
- b) o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em 2021, 2022 e 2023, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

(iv) *Outras condições da remuneração variável*

Condições de permanência, cláusulas *malus* e *clawback* aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionada, além da permanência do beneficiário no Grupo, à não existência durante o período anterior a cada uma das entregas de circunstâncias que possam dar lugar à aplicação de *malus* e *clawback*, conforme definido na Política de Retribuição do Grupo.

A aplicação de cláusulas *malus* e *clawback* é iniciada em situações em que se verifique um deficiente desempenho financeiro da entidade no seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições criadas por colaboradores devendo considerar-se, pelo menos, as seguintes circunstâncias:

- Falhas significativas na gestão de riscos praticadas pela entidade, por uma unidade de negócio ou de controlo de risco;
- O aumento das necessidades de capital da sociedade não previstas no momento da criação da exposição;
- Quaisquer sanções regulatórias ou condenações judiciais por atos que possam ser imputados à entidade ou ao colaborador responsável por aqueles atos, bem como o incumprimento de códigos de conduta internos da entidade;
- Prova de má conduta, individual ou coletivas.

A decisão de aplicação de *malus* e/ou *clawback*, é da competência da Comissão de Vencimentos.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2015, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2016, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2017, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2018, foi paga em 2019 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

3. Benefícios

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Totta Seguros

Em 2018 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Santander Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2019.

IV. Aspetos complementares

Não foi posta em prática em 2018 nem se prevê para 2019, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2018, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2019.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Esta política foi ainda revista em 2019 à luz das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da actividade seguradora e resseguradora. Nessa medida, acrescenta-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, constando este requisito ainda da Política de subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no

momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa, 28 de março de 2019

Remuneração dos Órgãos Sociais de 2019

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2019 e 2018, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis nos anos de 2019 e 2018, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 416,142 euros e 411.210 euros para as fixas e de 306.000 euros e 314,000 euros para as variáveis.

As remunerações fixas de 2019 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Nome	2019
Manuela Vieira Marinho	63,542
Pedro Brandão Melo Castro	66,935
Nuno Miguel Frias Costa	203,984
Maria Cristina M.B. De Melo Antunes	9,181
	343,642

Conselho Fiscal

Nome	2019
José Luís Areal Alves Cunha	32,500
António Baia Engana	20,000
Maria Manuela Lourenço	20,000
José Duarte Assunção Dias	
	72,500

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2019, é a que consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2019	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações retida por um ano
Nuno Miguel Frias Costa	30,000	31,932
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	26,400	28,099
Manuela Vieira Marinho	-	-
Pedro Brandão Melo Castro	-	-
	56,400	60,031

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 15.367 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, são as que constam do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2019					
	Parcela Pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Nuno Miguel Frias Costa	6,667	6,667	6,667	1,817	1,817	1,816
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	5,867	5,867	5,867	1,599	1,599	1,598
	12,533	12,533	12,533	3,416	3,416	3,414

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2018, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2018 entregue em Fevereiro 2020		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Pedro Brandão Melo Castro	17	4,000	3,637
Nuno Miguel Frias Costa	64	15,133	13,755
	80	19,133	17,392

O valor das ações corresponde a 4.452 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 3.9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2018			
	2021		2022	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	931	4,000	930
Nuno Miguel Frias Costa	15,133	3,521	15,133	3,521
	19,133	4,452	19,133	4,451

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2017, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2017 entregue em Fevereiro 2019		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	51	4,713	3,086
Manuela Vieira Marinho	36	3,333	2,184
Pedro Brandão Melo Castro	43	4,000	2,621
Nuno Miguel Frias Costa	183	16,800	11,005
	314	28,847	18,896

O valor das ações corresponde a 4.837 ações do Banco Santander S.A., das quais 790 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 3,9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2017	
	2020	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Jorge Filipe Alves Gaspar	4,713	791
Manuela Vieira Marinho	3,333	559
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	670
Nuno Miguel Frias Costa	16,800	2,818
	28,847	4,838

Na presente data foram pagos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2016, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte, não existindo diferido qualquer valor:

Nome	Prémio de desempenho de 2016 entregue em Fevereiro 2019		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	522	4,333	3,375
Manuela Vieira Marinho	321	2,667	2,074
	843	7,000	5,450

O valor das ações corresponde a 1.375 ações do Banco Santander S.A., das quais 51 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 3.9065 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 229.389 Euros (2018: 225.459 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 153.350 Euros (2018: 150.724 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 76.039 Euros (2018: 74.735 Euros)). Do referido montante de honorários, 70.418 Euro foram faturados em 2019.

Relatório de Avaliação da Política de Remuneração pelas Funções Chave

Nos termos e para os efeitos do disposto na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF), designadamente no seu capítulo VI. Relativo à avaliação da Política de Remuneração, a política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.

Esta avaliação deve incluir designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.

Esta avaliação será apresentada ao órgão de administração e à Comissão de Vencimentos da Sociedade na forma do presente Relatório e que contém os resultados da análise à política de remunerações, sendo nomeadamente identificadas, caso aplicável, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das recomendações da Circular.

A este propósito, cabe referir que a Sociedade foi objecto de uma auditoria levada a cabo pela Auditoria Interna à implementação das políticas de Solvência II durante o ano de 2018, tendo sido requerido que ficasse definido da política de remunerações que a empresa assegura que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, no âmbito da adopção das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício.

Nesse sentido, e tendo em consideração que da análise de acolhimento das Orientações acima referidas, foi este o único ponto considerado como necessário robustecer na Política, foi o mesmo acrescentado para o ano de 2019 nesta política, sendo certo que o mesmo foi desde logo e ainda em 2018, sido integrado ainda na Política de Subcontratação aprovada a 8 de Novembro.

Assim, não se consideram existir insuficiências à luz das recomendações plasmadas na Circular não sendo por conseguinte, propostas quaisquer medidas de correcção.

Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções Chave

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da Sociedade.

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, de Gestão de Riscos, de Controlo de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna.

Na Santander Totta Seguros, a designação dos responsáveis das funções de controlo é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante, os responsáveis designados pela Sociedade possam acumular o exercício de análogas funções em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções-chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de trabalhadores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;

- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da Circular 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;

- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares de funções-chave enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respectivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- c) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções de controlo o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;
- d) Os responsáveis pelas funções de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna, dado exercerem funções transversalmente no Grupo Santander, auferem remunerações pagas por outra entidade do Grupo e não são remunerados pela Sociedade, aplicando-se a presente Política às restantes funções-chave;

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar, em 2019, uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;

- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1. Determinação da Remuneração Variável Anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;
- e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas *malus* e *claw back* descritas no item (iv) abaixo.
 - (i) *Valor de referência da remuneração variável*
- f) A remuneração variável de 2019 dos Responsáveis de Função-Chave será determinada a partir de uma referência padrão dos objetivos estabelecidos, sendo posteriormente fixado para cada membro um valor de referência para o exercício.

(ii) *Fixação do valor da remuneração variável*

g) Partindo do esquema de referência descrito, a remuneração variável de 2019, será determinada considerando como elementos básicos do esquema:

- Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais.
- Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
- Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/o riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

h) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



(iii) *Forma de pagamento:*

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2020 e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- 60%, dessa remuneração será paga em 2020, em dinheiro e em ações.
- o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em 2021, 2022 e 2023, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

Os pagamentos diferidos do terceiro ano, poderão estar sujeitos aos objetivos a longo prazo descritos no anexo I, nos termos definidos pelo Grupo.

c) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

(iv) *Outras condições da remuneração variável*

Condições de permanência, cláusulas *malus* e *clawback* aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionado, além da permanência do beneficiário no Grupo, à não existência durante o período anterior a cada uma das entregas de circunstâncias que possam dar lugar à aplicação de *malus* e *claw back*, conforme definido na Política de Retribuição do Grupo.

A aplicação de cláusulas *malus* e *clawback* é iniciada em situações em que se verifique um deficiente desempenho financeiro da entidade no seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições criadas por colaboradores devendo considerar-se, pelo menos, as seguintes circunstâncias:

- a) Falhas significativas na gestão de riscos praticadas pela entidade, por uma unidade de negócio ou de controlo de risco;
- b) O aumento das suas necessidades de capital não previstas no momento da criação da exposição;
- c) Quaisquer sanções regulatórias ou condenações judiciais que possam ser imputados à entidade ou ao colaborador responsável por aqueles atos, incluindo o incumprimento de códigos de conduta internos da entidade;
- d) Prova de má conduta sejam individuais ou coletivas. Consideram-se especialmente os efeitos negativos derivados da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou órgãos que tomaram estas decisões;

IV. Aspectos complementares

Não se prevê para 2019, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que durante o ano de 2019 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão de funções-chave.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes titulares, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção das recomendações constantes do Capítulo V da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 29 de março de 2019

